



Sumário

Municípios

Braço do Trombudo	1
Caçador	2
Camboriú	2
Campo Alegre	5
Chapadão do Lageado	5
Concórdia	8
Forquilha	8
Fraiburgo	16
Garopaba	17
Gaspar	20
Imbituba	21
Iomerê	25
Joaçaba	29
Lages	29
Lauro Muller	30
Lindóia do Sul	30
Macieira	37
Meleiro	39
Monte Carlo	40
Navegantes	44
Novo Horizonte	45
Passo de Torres	46
Rio do Sul	168
Salto Veloso	168
São Bento do Sul	169
São Pedro de Alcântara	170
Timbó	180
Tunápolis	181
Videira	181
Vitor Meireles	186

Consórcios

CIGA	186
CISAMA	188

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital de Cadastramento de 2012

EDITAL DE CADASTRAMENTO Nº 1/2012

O Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que se encontra aberta a partir das 8:00 Horas do dia 05 (cinco) do mês de janeiro do ano em curso, as inscrições para cadastramento de fornecedores deste MUNICÍPIO.

I - DO LOCAL

Os interessados deverão inscrever-se mediante requerimento e documentação, junto ao protocolo geral da Prefeitura, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

II - DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação deverá ser entregue juntamente com o requerimento de cadastramento e se constituirá do seguinte:

1 - Da Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- b) Contrato Social e Última Alteração; Declaração de Firma Individual; Estatuto Social, acompanhado da ata da eleição da presente diretoria. Dependendo do tipo de sociedade, apresenta-se o documento correspondente devidamente registrado no órgão competente;
- c) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira;

2 - Da Habilitação Técnica

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- b) Certificados, currículos de profissionais, prospectos, manuais de produtos, atestados e cartas de representação de fornecimento de produtos ou serviços, conforme o caso;

3 - Da Habilitação Econômica

- a) Balanço patrimonial do último exercício financeiro;
- b) Certidão negativa de falência, concordata ou de protestos, expedida pelo cartório competente do domicílio do requerente;

4 - Da Habilitação Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do requerente.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

e) Certidão de regularidade relativo ao INSS.

f) Certidão de regularidade relativo ao FGTS.

Obs. Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal devidamente designado para tal finalidade, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

III - DA ANÁLISE E JULGAMENTO

A análise e julgamento de pedido de inscrição será feita pela Comissão Municipal Permanente de Julgamento de Licitações em reuniões semanais, 03 (três) dias antes de ocorrer abertura de processo licitatório na modalidade Tomada de Preços.

Durante as reuniões serão analisados e julgados todos os pedidos protocolados no período que se antecedeu.

A decisão da Comissão será exarada em atas das reuniões, em sendo favorável, expedir-se-á o Certificado de Fornecedor.

IV - DOS RECURSOS

No caso de indeferimento ao pedido de cadastramento, alterações e ou cancelamento do registro cadastral, caberá recurso a Comissão no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da notificação. O pedido de reconsideração poderá ser feito, em igual prazo, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

V - DO CERTIFICADO DE FORNECEDOR

Os Certificados de Fornecedor serão expedidos pela Unidade de Compras do Município, 05 (cinco) dias após o despacho da Comissão e terão validade de 01 (um) ano, podendo ser expedido segundas vias com data de validade da primeira.

VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O processo pertinente ao pedido de cadastramento será registrado na Unidade de Compra do Município.

Será motivo de cancelamento do registro cadastral e consequentemente caçado o respectivo Certificado de Fornecedor, a empresa cadastrada que tiver sua falência ou concordata decretada ou ainda declarada inidônea por qualquer órgão público, municipal, estadual ou federal.

São motivos para indeferir o pedido de registro cadastral: A falta de documentos previstos nos itens I deste edital bem como suas incorreções ou com prazo de validade vencido;

Braço do Trombudo, 02 de janeiro de 2012.

Vilberto Muller Schovinder
Prefeito Municipal

CADASTRO DE FORNECEDORES

Razão Social da Empresa:

Denominação do Estabelecimento:

CNPJ sob o nº Inscrição Estadual nº

Inscrição Municipal:

Endereço:

Cidade: Cep: Estado:

Fone: Fax: Caixa Postal:

E-mail:

Ramo de Atividade:

Capital Social R\$

Última alteração Contratual:

Faturamento mensal:

Porte da Empresa:

Matriz:

Filiais:

Principais Fornecedores:

Principais Clientes:

NOMES - SÓCIOS	Nº CPF	CATEGORIA
----------------	--------	-----------

Caçador

PREFEITURA

Contrato 69-2011 SAÚDE

Contrato 69/2011 FMS - Aquisição de 20 relógios ponto digitais biométricos destinados as unidades de saúde, referente ao processo licitatório nº 61/2011, PR 46/2011. Contratada: DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA. Valor R\$: 62.000,00. Prazo: 12 meses.

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 054/2011 - 5º aditamento ao Contrato Administrativo nº 18/2007, referente ao processo licitatório nº 10/2007 - Convite nº 09/2007. Objeto: Prorrogação do prazo de contratação. Contratada: John e Cia Ltda - ME - CNPJ nº 02.520.680/0001-08. Valor: R\$ 3.100,00. Prazo: 31.01.2012. Sirley de Fatima Tibes Ceccatto - Presidente.

Camboriú

PREFEITURA

Edital de Chamamento 042/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 042/2012

(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 990 de 27 de agosto de 1993 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

I. Aprovação em concurso público;

II. Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF (cópia autenticada em cartório);

III. Fotocópia Carteira de Identidade (cópia autenticada em cartório);

IV. Fotocópia Comprovante de Residência;
 V. Fotocópia Diploma ou Certificado das Titulações para o cargo pretendido (cópia autenticada em cartório);
 VI. Fotocópia Título de Eleitor acompanhado do comprovante de comparecimento à última eleição ou de Certidão de Quitação Eleitoral;
 VII. Fotocópia Certificado de Quitação do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;
 VIII. Atestado Médico comprobatório do gozo de boa saúde física mental;
 IX. Fotocópia de Certidão de casamento;
 X. Fotocópia da Certidão de nascimento dos filhos;
 XI. Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal;
 XII. Fotocópia da Carteira de Trabalho das seguintes páginas: folha de rosto, dados pessoais e número do PIS/PASEP.
 §1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.
 §2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.
 §3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2012.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
 Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO
 Secretário Municipal Da Administração

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

John Lenon Teodoro
 Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: MERENDEIRA

61º CLASSIFICADO - DIRCE BUENO DE OLIVEIRA
 62º CLASSIFICADO - MARIA MELLO SILVA
 63º CLASSIFICADO - MARIA GORETI VIEIRA
 64º CLASSIFICADO - VANIA MARIA AZAMBUJA ROCHA
 65º CLASSIFICADO - MARIA DERDIDES SIQUEIRA ROZA
 66º CLASSIFICADO - JURANEIDE TEIXEIRA GARCIA
 67º CLASSIFICADO - IRIA PEREIRA
 68º CLASSIFICADO - MARTA GARCIA PESSOA
 69º CLASSIFICADO - EDNALVA ALVES PEREIRA
 70º CLASSIFICADO - NANCY DOS SANTOS MANCAO
 71º CLASSIFICADO - ISANETE DE LIZ
 72º CLASSIFICADO - ROSEMAR DE MIRA
 73º CLASSIFICADO - TEREZA PAIDA
 74º CLASSIFICADO - EVANI VIEIRA DA SILVA
 75º CLASSIFICADO - NEUSA MARIA COELHO DA SILVA VIEIRA
 76º CLASSIFICADO - MARIA TEREZA PRADO

77º CLASSIFICADO - MARIA MARLENE PEREIRA
 78º CLASSIFICADO - NILDA DA SILVA
 79º CLASSIFICADO - SOELI APARECIDA NEPOMUCENA DE LARA
 80º CLASSIFICADO - JULIANA BARCELOS
 81º CLASSIFICADO - ELVIRA BENTO DE MORAES ROSA
 82º CLASSIFICADO - DERLI TEREZA FRANÇA
 83º CLASSIFICADO - SALETE IZOTTON DOS SANTOS LOPES

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

10º CLASSIFICADO - CAMILLE RAMOS VALENTE
 11º CLASSIFICADO - DANIELE FERNANDA JAEHRIG
 12º CLASSIFICADO - ROBERTA CONCATTO

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

71º CLASSIFICADO - PATRICIA VIEIRA
 72º CLASSIFICADO - PATRICIA TEIXEIRA
 73º CLASSIFICADO - GISELE VIGNOLI
 74º CLASSIFICADO - MARLENE MARLI JABLONSKI
 75º CLASSIFICADO - MARIA ISABEL PHILIPPI BECHTOLD
 76º CLASSIFICADO - MARIA DE FATIMA G. DA SILVA
 77º CLASSIFICADO - ADRIANA PEREIRA
 78º CLASSIFICADO - DANIELE CRISTINE PAUL SILVA
 79º CLASSIFICADO - ALINE BIASUS
 80º CLASSIFICADO - LEILA DAIANA NUNES GOMES
 81º CLASSIFICADO - FRANCISLAINE HASPER
 82º CLASSIFICADO - EVANIZE TEREZINHA SCHWERZ SILVEIRA
 83º CLASSIFICADO - LUCIANE CORREA DOS SANTOS
 84º CLASSIFICADO - DANIELA PACIFICO PEPE
 85º CLASSIFICADO - ANDREIA DE SOUZA MACHADO
 86º CLASSIFICADO - NEUSA MENDES BISCONSIN
 87º CLASSIFICADO - SILVIA APARECIDA NAVARRO NADER
 88º CLASSIFICADO - JOSIANE DO PATROCÍNIO S. VARELA
 89º CLASSIFICADO - EDINA CRISTINA DOS SANTOS PORTO
 90º CLASSIFICADO - CARLA ROBERTA DE ARRUDA CRUZ
 91º CLASSIFICADO - CRISTINA SIMÃO
 92º CLASSIFICADO - LUCIANA ALVES DA ROSA
 93º CLASSIFICADO - IVETE MERCEDES GERALDO DA SILVA
 94º CLASSIFICADO - MARIA ANDREIA DOS SANTOS SIEVERT
 95º CLASSIFICADO - SABRINA REGINA MARTINS
 96º CLASSIFICADO - LILIAN PALHANO
 97º CLASSIFICADO - FABIANA GOMES
 98º CLASSIFICADO - EDILENE BATISTA
 99º CLASSIFICADO - DEBORA ALVES DA ROSA
 100º CLASSIFICADO - VALDECI TEREZINHA TILL CARDOSO
 101º CLASSIFICADO - VILVA GONÇALVES DA SILVA
 102º CLASSIFICADO - IVONETE MARGARIDA ADAM
 103º CLASSIFICADO - JUCIANE SCHIRLEI DE SOUZA
 104º CLASSIFICADO - SANY CHARLENE GOUVEIA
 105º CLASSIFICADO - CLEUSA DE FATIMA FERREIRA
 106º CLASSIFICADO - LESLEY GUEDES CASATTI
 107º CLASSIFICADO - GLACY ZAMPOLI LEÃO
 108º CLASSIFICADO - GRASIELLE MORFIM
 109º CLASSIFICADO - SOLANGE UMBELINO DOS SANTOS
 110º CLASSIFICADO - FABIANA DA SILVA
 111º CLASSIFICADO - IVETE SCHWEIG
 112º CLASSIFICADO - ROSEMARY A.V.DE SOUZA
 113º CLASSIFICADO - LUCIANA ZIMMERMANN LOOK
 114º CLASSIFICADO - CINTIA FLOR
 115º CLASSIFICADO - JOCELMA MARIA B. NASCIMENTO
 116º CLASSIFICADO - DAIANA CRISTINA SCOTTINI

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

17º CLASSIFICADO - ROSILEIA JACINTO GOMES
 18º CLASSIFICADO - SIMONE DE JESUS COSTA
 19º CLASSIFICADO - TAIZI NASCIMENTO DA SILVA
 20º CLASSIFICADO - CRISTIANE MARIANO
 21º CLASSIFICADO - IVOLI BERKENBROCK DUARTE
 22º CLASSIFICADO - NÚBIA RIBAS REICHERT
 23º CLASSIFICADO - NOELIDES BOLSANEL

24º CLASSIFICADO - RITA DE CASSIA ZIMMERMAN
 25º CLASSIFICADO - ROSEMERI GARCIA
 26º CLASSIFICADO - MARI INES FONTONI
 27º CLASSIFICADO - ORDONEZA DE LUCIA BRAZ DE SOUZA
 28º CLASSIFICADO - CARLA ANDREIA REGIS
 29º CLASSIFICADO - ELISABETE CRISTINA MIHSFELDT
 30º CLASSIFICADO - THERMUTIS DA SILVA SABARÁ
 31º CLASSIFICADO - GIOVANA SCHIZZI ZANIN
 32º CLASSIFICADO - FRANCIANE CRISTINA FRONZA DA SILVA
 33º CLASSIFICADO - GISLAINE DE SOUZA SALOME
 34º CLASSIFICADO - TATIANA MANICA
 35º CLASSIFICADO - IZOLETE RICARDO DA SILVA
 36º CLASSIFICADO - SIMONE DA SILVA BARBOSA
 37º CLASSIFICADO - CHRISTIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS
 38º CLASSIFICADO - IRONITA MOSER SILVA
 39º CLASSIFICADO - JUCELIO FERREIRA BUENO
 40º CLASSIFICADO - JOSIANE SARAMENTO
 41º CLASSIFICADO - ANA ROSA LINHARES PEREIRA
 42º CLASSIFICADO - MARCIA REGINA DAL PIVA
 43º CLASSIFICADO - FLAVIA RENATA LINHARES DUTRA
 44º CLASSIFICADO - ADRIANA PAMPLONA DALFOVO
 45º CLASSIFICADO - NADIA NARA DE SOUZA
 46º CLASSIFICADO - MAYARA HELENA DA SILVA
 47º CLASSIFICADO - MARCIA REGINA PRAUN
 48º CLASSIFICADO - GISELE NEVES CORREA
 49º CLASSIFICADO - FLAVIA EBERHARDT
 50º CLASSIFICADO - ANGELA SILMARA CORREA
 51º CLASSIFICADO - GISELE APARECIDA STOCCO
 52º CLASSIFICADO - PATRICIA AMANCIO RODRIGUES
 53º CLASSIFICADO - SUZELAINÉ LOBACK DE OLIVEIRA
 54º CLASSIFICADO - CARLA CAROLINA DE SOUZA MOREIRA
 55º CLASSIFICADO - EVA DE CACIA RUFINO
 56º CLASSIFICADO - LURDES KASMIRCZAK
 57º CLASSIFICADO - IRIA LOPES ESCOBAR HOLLER
 58º CLASSIFICADO - LEILA GUIMARÃES LOPES WERGENES

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - CIÊNCIAS

14º CLASSIFICADO - GRACIELA TESTONI
 15º CLASSIFICADO - MILENA DE CASTRO PALMA
 16º CLASSIFICADO - VANESSA LIMA BERTOLOZI SIMON
 17º CLASSIFICADO - TUANE CRISTINE PINHEIRO
 18º CLASSIFICADO - WAGNER E SILVA E SOUZA
 19º CLASSIFICADO - JULIANA MENDES MARQUES
 20º CLASSIFICADO - JERUSA BOZZO

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - EDUCAÇÃO FISICA

27º CLASSIFICADO - GRACIELA TESTONI
 28º CLASSIFICADO - CRISTIAN ANTONIO UTZIG
 29º CLASSIFICADO - ANA CLAUDIA DA SILVA HOSTING
 30º CLASSIFICADO - JELSOMAR SOUZA
 31º CLASSIFICADO - VANESSA GENTILE LACAVA LEONI
 32º CLASSIFICADO - SIBELI APARECIDA GARBIN
 33º CLASSIFICADO - LEONARD LUIS COELHO HOSTINS
 34º CLASSIFICADO - REGIANE CRISTINA ANTONIO DE FARIAS
 35º CLASSIFICADO - RONEY CAETANO
 36º CLASSIFICADO - AIRTON ROBERTO DOS SANTOS
 37º CLASSIFICADO - CLAUDINEI BRAZ DA SILVA

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - GEOGRAFIA

5º CLASSIFICADO - RAFAELA BASTIANI SILVA
 6º CLASSIFICADO - ALEANDRE SCHWEITZER
 7º CLASSIFICADO - INGRID ALVES PEREIRA
 8º CLASSIFICADO - ELIZANGELA FISCHER
 9º CLASSIFICADO - ANDRÉ DA SILVA
 10º CLASSIFICADO - DAISY CHRISTIANE DE SOUZA
 11º CLASSIFICADO - JAIR REDIVO
 12º CLASSIFICADO - CLAUDETE DOS SANTOS
 13º CLASSIFICADO - RODRIGO RODRIGUES
 14º CLASSIFICADO - FRANCISCO JULIAO CARDOSO NETO

15º CLASSIFICADO - IDINETE DA SILVA
 16º CLASSIFICADO - VERA LUCIA AMARAL REIS

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - HISTÓRIA

12º CLASSIFICADO - LORI DIVA MULLER SAGGIN DIAS
 13º CLASSIFICADO - ALDANICE MARTINS DUDEK
 14º CLASSIFICADO - MARIA CLARA DE ANDRADE BORDIM
 15º CLASSIFICADO - JULIANO TREVISANI
 16º CLASSIFICADO - EDSON SCHEINER DA SILVA
 17º CLASSIFICADO - LUCILIA DA COSTA LOPES
 18º CLASSIFICADO - DAIANA ROBERTA GALLO
 19º CLASSIFICADO - CLAUDIA LIMA BERTOLAZI
 20º CLASSIFICADO - KEN ICHI BECHERER

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - LINGUA ESTRANGEIRA IN-GLÊS

11º CLASSIFICADO - JANAINA CATIA SILVA
 12º CLASSIFICADO - ELISANGELA ZEFERINA
 13º CLASSIFICADO - CATIANE HENN
 14º CLASSIFICADO - KAMILA HEUSI
 15º CLASSIFICADO - ALINE YARA BIANCO DI SAMPAIO

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - LINGUA PORTUGUESA

11º CLASSIFICADO - ENERI TERESINHA PLETSCH
 12º CLASSIFICADO - NOELI DE FATIMA DA CRUZ RIBEIRO
 13º CLASSIFICADO - RUBIANA SCREMIN
 14º CLASSIFICADO - CRISTIANE STOLFI
 15º CLASSIFICADO - WILSON JOSÉ CALDEIRA
 16º CLASSIFICADO - VALDETE MONTEIRO DA SILVA DOS SANTOS
 17º CLASSIFICADO - ANDREIA SALAZAR DE GODOY
 18º CLASSIFICADO - BRUNA LUIZA BENDER
 19º CLASSIFICADO - ALAIDE ALVES LEITE
 20º CLASSIFICADO - FERNANDA DE BORTOLI
 21º CLASSIFICADO - TANIA REGINA GARCIA
 22º CLASSIFICADO - HUANITA RADKE CAROLO
 23º CLASSIFICADO - DANIELA PINTO DE PAULA
 24º CLASSIFICADO - JOANA DARC GOULART OLIVEIRA
 25º CLASSIFICADO - DAYANA THIVES OENING

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - LINGUA PORTUGUESA - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
 LUIZ CLAUDIO GANDIN

CARGO: PSICÓLOGO

13º CLASSIFICADO - LUCIANA ELISA CUNHA
 14º CLASSIFICADO - MARINES THIEL
 15º CLASSIFICADO - EVANDRO FERNANDES ALVES
 16º CLASSIFICADO - JUCEMARA GERVASIO
 17º CLASSIFICADO - CAMILA GABRIELA BORTOLOTTI ZIEMI-CZAK
 18º CLASSIFICADO - DESIRE SANTOS DA COSTA
 19º CLASSIFICADO - GISELE GIANA CARDOSO

CARGO: PSICOPEDAGOGO

07º CLASSIFICADO - GLACIR GONÇALVES
 08º CLASSIFICADO - JOVITA ROCHA TOMAS
 09º CLASSIFICADO - JANAINA DE NASCIMENTO
 10º CLASSIFICADO - ROSANE DRUWE DE SOUZA
 11º CLASSIFICADO - ALCIONETE ROCHA DA SILVA
 12º CLASSIFICADO - ISABEL CRISTINA ROCHA PORTO

CARGO: AUXILIAR ODONTOLÓGICO

04º CLASSIFICADO - JUCELI AP. SABINO

Campo Alegre

PREFEITURA

Pregão Presencial 01/2012 - Registro de Preços

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012-

O objeto do presente Edital consiste no Registro de Preços para Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, CONFORME ITINERÁRIOS DESCRITOS NOS ANEXOS DESTE EDITAL, PARA O LETIVO DE 2012, PODENDO SER PRORROGADO NA FORMA DA LEI

O critério de julgamento será pelo requisito menor preço GLOBAL (Total Geral).

Abertura: 12/01/2012, às 14:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 13h45min do dia 12/01/2012, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

Recursos: 00.01.0122 -Transporte Escolar; 00.01.0127 PNATE Programa Nac. Transp. Escolar e 00.01.0118 Receitas e Transf. De Impostos.

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 02/2012 -

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012 -

A licitação tem como objeto a aquisição de materiais de pintura e contratação de mão de obra para pintura das instalações do Centro Municipal de Educação Infantil Alegre Infância, sito à Rua Nereu Ramos, nº 124, Centro, Município de Campo Alegre.

O critério de julgamento será pelo requisito menor preço por LOTE. Abertura: 12/01/2012, às 10:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 09h45min do dia 12/01/2012, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

Recursos: 00.01.0118 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos. O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 459 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 459/2011

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o servidor JOSE ALTAIR DA SILVEIRA, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Serviço da Divisão de Urbanismo, nomeado pela portaria nº. 253/2011 de 06.05.2011, a partir de 02.01.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2011.

José Braulio Inácio
Prefeito Municipal

Portaria Nº 460 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 460/2011

- CONSIDERANDO, que não houve interesse da candidata aprovada no Concurso Público nº. 001/2007, em assumir a vaga;

- CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário, para Execução do Programa Saúde da Família - PSF;

- CONSIDERANDO a necessidade de manter o Programa Saúde da Família - PSF;

- CONSIDERANDO, o interesse público no atendimento a população;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, e conforme disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº. 0026 de 04.05.06.

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 223 de 02.06.2010, já prorrogada pelas Portarias nºs. 382/2010 e 292/2011, de que Admite em caráter temporário DIRCE DE SOUZA, ocupante da função do cargo de Atendente de Consultório Dentário do PSF - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 01.01.2012 a 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 461 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 461/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/08/2010 à 14/08/2011, a servidora JAQUELINE FRANCISCO - Matrícula nº2492/01, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 02.01.2012 à 31.01.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 462 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 462/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04/05/2010 à 03/05/2011, a servidora AVANESA KERSCHBAUM WILL - Matrícula nº229/02, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 02.01.2012 à 31.01.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 463 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 463/2011

"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Chapadão

do Lageado-SC, e em conformidade com o preceituado no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, para atuar durante o exercício de 2012, composta pelos seguintes membros:

Titulares:

- ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA
- NEUSA FRANCISCO LUCKMANN
- MARIO DA SILVA

Suplentes:

- DANIELY APARECIDA ESSER
- ADILSON HEINZ
- JOSIR JACO KALBUSCH

Art. 2º A Comissão será presidida pelo Sr. Mario da Silva e secretariada pela Sra. Rosicleide Sipriani Pereira.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação citada no art. 1º, reunir-se-á, sempre que necessário, com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, dentre outras previstas em leis ou regulamentos, a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, o processamento e julgamento das propostas dos licitantes.

Parágrafo único. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão Especial a ser constituída por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela referida Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 7º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 8º O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão Permanente de Licitação realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 9º Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de MEMBROS DA COMISSÃO,

concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 10. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivadas no setor competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 12. Revoga-se a portaria nº. 376/2010 de 16.12.2010, suas alterações e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 464 de 30.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 464/2011

"NOMEIA EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do decreto 035/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Equipe de Apoio da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2012, que será composta pelos seguintes membros:

TITULARES:

- Joelsio Machado
- Rosicleide Sipriani Pereira
- Mario da Silva

SUPLENTE:

- Neusa Francisco Luckmann
- Adilson Heinz
- Josir Jacó Kalbusch

Art. 2º O Pregoeiro será o Senhor Joélsio Machado, que será secretariado pela Senhora Rosicleide Sipriani Pereira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 4º Revoga - se a Portaria nº 377/2010 de 17.12.2010 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 01/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012

- FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - FMS

O Município de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 12 de Janeiro de 2012, às 11:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol (álcool)), inclusos os serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado-SC, de acordo com as especificações contidas no Anexo do Edital. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 02 de janeiro de 2011.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 01/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012

- PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 12 de Janeiro de 2012, às 09:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol (álcool)), inclusos os serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos Da Prefeitura Municipal do Município de Chapadão do Lageado-SC, de acordo com as especificações contidas no Anexo do Edital. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 02 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N001/2012 de 02/01/2012

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº001/2012 de 02/01/2012.

ARLINDO STEIN, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

NOMEAR

MARCELO LEHMKUL MACHADO, carteira de identidade nº20/R1.424.426, para o cargo Comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, inscrito na OAB/SC 7290 com carga horária de 15 horas, nos termos da Lei nº508 de 27.05.2011, da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Contrato nº001/2012

Contrato Nº001/2012

Extrato do Contrato nº001/2012

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratada: Márcia m. da Silva cia Ltda - infodigitalle

Objeto: Locação de sistema de informática GEDOC,

Valor global: R\$2.691,81.

Valor mensal: R\$224.32.

Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2012.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Contrato nº002/2012

Contrato Nº002/2012

Extrato do Contrato nº002/2012

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema de compras e licitações, sistema de patrimônio.

Valor global: R\$6.686,16.

Valor mensal: R\$557,18.

Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2012.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Contrato nº003/2012

Contrato Nº003/2012

Extrato do Contrato nº003/2012

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratado: Erlon Carlos Thiesen

Objeto: Assessoria de imprensa e relizes,

Valor global: R\$8.400,00.

Valor mensal: R\$700,00.

Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2012.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas Tomada de Preços Nº 47/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 47/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital. EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP foi DESCLASSIFICADA por não cumprir o item 6.1 alínea "h" do edital "Cronograma físico-financeiro de execução da obra do objeto deste Edital, com percentuais de execução mensal compatíveis com os percentuais previstos nos cronogramas integrantes do projeto básico desta licitação, devidamente assinado pelo responsável técnico do proponente; Local, data, identificação e assinatura do representante legal da licitante;". Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante BAUER ENGENHARIA LTDA, sagrou-se vencedora do objeto do presente certame com o menor valor Global de R\$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais); a licitante AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 79.881,90 (setenta e nove mil oitocentos e oitenta e um reais com noventa centavos); a licitante GEOVIAS ENGENHARIA LTDA - EPP ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 80.100,00 (oitenta mil e cem reais); e a licitante ESET- ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 81.214,32 (oitenta e um mil duzentos e quatorze reais com trinta e dois centavos).

O preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 30 de Dezembro de 2011.

Eliane Corrêa Basso

Presidente, em exercício.

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.769, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.769, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA O ARTIGO 4º DA LEI Nº 1.627/11, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONSTITUIR CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº. 1.627, de 04 de fevereiro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Município executará a urbanização da área, com a implantação da infraestrutura do loteamento, e a Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho receberá como pagamento, até 31 de dezembro de 2012, 65 (sessenta e cinco) lotes devidamente urbanizados, desembaraçados e matriculados individualmente em Cartório, correspondente aos lotes 01 a 11 da quadra A, aos lotes 01 a 22 da quadra B, aos lotes 01 a 22 da quadra C e aos lotes 01 a 10 da quadra D, com a área total de 26.935,90m² (vinte e seis mil novecentos e trinta e cinco metros e noventa centímetros quadrados), sendo todos os custos decorrentes de ônus do Município.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.770, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.770, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORQUILHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha, entidade sem fins lucrativos, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 793, de 31 de outubro de 2001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.921.623/0001-05, no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para custeio das despesas correntes destinadas à manutenção das atividades normais do sindicato durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O valor referido no caput desse artigo é a cota parte de benefício econômico que o Município participa, visando auxiliar os trabalhadores rurais perante sua entidade de classe.

Art. 2º Os valores a serem repassados, poderão ser de forma parcelada de acordo com a disponibilidade financeira do Município e as necessidades do Sindicato.

Art. 3º O Sindicato terá o prazo de até 30 (trinta) dias para aplicação dos recursos e de até 60 (sessenta) dias para a devida prestação de contas.

Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei

correrão por conta da dotação 18.02.2.070.3.3.50.01.00(9) do orçamento vigente do município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.771, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.771, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA TEKNOGROM INDÚSTRIA E EQUIPAMENTOS LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à TEKNOGROM INDÚSTRIA E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 14.280.680/0001-92, correspondente ao Lote nº. “04” da quadra “C” do Núcleo Industrial VI do bairro Vila Lourdes, Rod. Mun. Maximiliano Gaidzinski, com área total de 2.542,95 m² (dois mil e quinhentos e quarenta e dois metros e noventa e cinco centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE, 32,77 metros com Afonso Back; ao SUL, 32,77 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 77,66 metros com o Lote nº 05 e ao OESTE, 77,78 metros com o Lote nº 03.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo objeto social é fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, peças e acessórios, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro de 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.772, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.772, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA MN PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à MN PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 09.397.737/0001-64, correspondente ao Lote nº. "20" do Núcleo Industrial IV do bairro Ouro Negro, com área total de 9.358,23 m² (nove mil e trezentos e cinquenta e oito metros e vinte e três centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE, 119,74 metros confrontando com a Área Remanescente; ao SUL, 119,74 metros confrontando com a Rua nº 102; ao LESTE, 78,37 metros confrontando com a Área Remanescente e ao OESTE, 77,95 metros confrontando com a Rua nº 104.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo objeto social é fabricação de peças fundidas e usinadas em ferro, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro de 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.773, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.773, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA CROMONOBRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO EM METAIS ARAMADOS LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à CROMONOBRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO EM METAIS ARAMADOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 14.661.807/0001-80, correspondente aos Lotes nº. "06" e "07" da quadra "C" do Núcleo Industrial VI, do bairro Vila Lourdes, Rod. Mun. Maximiliano Gaidzinski, com área total de 10.117,74 m² (dez mil e cento e dezessete metros e setenta e quatro centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: Lote 06: ao NORTE, 32,74 metros com Afonso Back; ao SUL, 32,77 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 77,31 metros com o Lote nº 07 e ao OESTE, 77,42 metros com o Lote nº 05; Lote 07: ao NORTE, 98,31 metros Afonso Back; ao SUL, 98,31 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 76,95 metros com a Avenida 141 e ao OESTE, 77,31 metros com o Lote nº 06.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo objeto social é comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio varejista de ferragens e ferramentas, fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados, metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente, serviços de usinagem, tornearia e solda, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro de 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária local ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.774, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.774, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA CERVEJARIA SANTA CATARINA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à CERVEJARIA SANTA CATARINA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 08.875.424/0001-01, correspondente ao Lote nº. "02" da quadra "C" do Núcleo Industrial VI do bairro Vila Lourdes, Rod. Mun. Maximiliano Gaidzinski, com área total de 4.175,60 m² (quatro mil e cento e setenta e cinco metros e sessenta centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE, 53,54 metros com Afonso Back; ao SUL, 53,54 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 77,89 metros com o Lote nº 03 e ao OESTE, 78,08 metros com o Lote nº 01.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à ampliação do parque fabril da Empresa, cujo objeto social é fabricação de cerveja e chopes, comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro de 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.775, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.775, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR, TEMPORARIAMENTE, PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar temporariamente profissionais para atuação no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em virtude da necessidade temporária e o excepcional interesse público.

§ 1º As vagas de que trata o "caput" deste artigo serão preenchidas de acordo com as necessidades de profissionais.

§ 2º Ficam criados os cargos temporários para atuação no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, da seguinte forma:

Cargo	Nº. de Vagas	Habilitação Profissional	Atribuições
-------	--------------	--------------------------	-------------

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade, sob orientação da coordenação de proteção básica ou do gestor da assistência social;
- Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;
- Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS, discutir estas questões com o gestor, e realizar articulações com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS;
- Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias tendo como referência a definição de fluxos feita pelo gestor;

Coordenador do CRAS	01	Certificado de conclusão de curso superior.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho com famílias, serviços socioeducativos, buscando o aprimoramento das ações, o alcance de resultados positivos para as famílias atendidas e o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido; • Monitorar regularmente as ações de acordo com diretrizes, instrumentos e indicadores estabelecidos; • Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; • Desencadear, em acordo com o gestor, ações para elaboração do mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS; • Planejar, promover e participar de ações com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação relativa à cobertura da demanda existente no território, na definição dos fluxos entre os serviços da Proteção Social Básica e dessa com a Proteção Especial de Assistência Social e da avaliação da efetividade das ações; • Orientar, conjuntamente com a equipe técnica, e sob a coordenação do gestor, instituições públicas e entidades de assistência social no território de abrangência, em cumprimento às normativas estabelecidas e legislações, quanto a: 1) inscrição no conselho municipal de assistência social e demais conselhos, de acordo com a atividade desenvolvida; 2) qualidade dos serviços; 3) critérios de acesso; 4) fontes de financiamento; 5) legislação, normas e procedimentos para a concessão de atestado de registro e de certificado de entidades beneficentes de assistência social;
Assistente Social	02	Certificado de conclusão de curso superior em Serviço Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; • Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; • Realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; • Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; • Assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território; • Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; • Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; • Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência.

Psicólogo	01	Certificado de conclusão de curso superior em Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; • Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; • Realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; • Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; • Assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território; • Acompanhamento das famílias em cumprimento de condicionalidades; • Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; • Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência.
Agente Administrativo	03	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio.	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS; • Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS; • Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo geracional, sob orientação do técnico de referência do CRAS, identificando e encaminhando casos para o serviço socioeducativo para famílias ou para acompanhamento individualizado; • Participação de reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; • Participação das atividades de capacitação da equipe de referência do CRAS.

§ 3º Para contratação do Coordenador do CRAS será observado o nível de vencimento DAS-10, do Anexo V da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

§ 4º Para contratação do Assistente Social e Psicólogo será observado o nível de vencimento ANS-03, do Anexo VII da Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores.

§ 5º Para contratação do Agente Administrativo será observado o nível de vencimento OAG-08, do Anexo VII da Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores.

§ 6º As contratações temporárias seguirão o Regime Jurídico do Município estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que o regime de previdência será o do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

§ 7º O prazo da contratação será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado enquanto perdurar o Programa.

Art. 2º É criado o cargo comissionado de Gerente de Comunicação Social, com atribuição de planejar, executar e orientar a política de comunicação social da Prefeitura

Municipal de Forquilha, com nível de vencimento DAS-7, do Anexo V da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 3º As contratações temporárias previstas no art. 1º serão fundamentadas no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, que trata de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.776, de 29 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.776, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, COM ENCARGOS, DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE FORQUILHINHA - AAPF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a desafetar e instituir a concessão de direito real de uso à ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE FORQUILHINHA - AAPF, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 04.664.251/0001-21, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 767, de 10 de outubro de 2001, de área de terra pertencente ao Município de Forquilha, correspondente a 575,62m² (quinhentos e setenta e cinco metros e sessenta e dois centímetros quadrados), matrícula nº. 4.218 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, confrontando: ao Norte - 12,50 metros, com a Avenida Eurico Back, ao Sul - 12,50 metros, com área verde, ao Leste - 46,05 metros, com área remanescente, e ao Oeste - 46,05 metros, com área a desmembrar.

Parágrafo único. Destina o imóvel, ora concedido, à implantação da sede entidade beneficiada.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a concessão caducará e o imóvel constituído de terreno (nua propriedade) reverterá automaticamente ao Município concedente, se a concessionária não cumprir as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro de 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36(trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Chefe do Poder Executivo, as obras de construção da sede;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi concedida ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a concessionária vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta concessão;

III - Caso a concessionária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel;

IV - No caso da concessionária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno concedido, sob qualquer justificativa;

V - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente concessão.

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a concessionária apresente ao Poder Executivo, relatório demonstrativo das obrigações concretizadas, e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º O prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada enquanto houver interesse público.

Art. 5º Reverterá ao Poder Público Municipal, o terreno cedido, quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta lei e do Termo de Concessão, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.
Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 6º A concessionária beneficiada deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal.

Art. 7º O Poder Público Municipal poderá requisitar o imóvel, de forma gratuita, para realização de acontecimento social, cultural e esportivo, devendo a requisição ser feita com o prazo mínimo de quinze dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.519, de 30 de dezembro de 2009.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.777, de 30 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.777, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE, E À OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação e manutenção, visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2º Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa, bem como na manutenção das máquinas utilizadas para o Programa.

Art. 4º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, localizados no Município de Forquilha.

Art. 5º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6º Cada produtor terá direito a até 100 (cem) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção, adequação e manutenção dos tanques.

Art. 7º Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

§ 1º Os valores estipulados neste artigo poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação, adequação e manutenção da atividade.

§ 2º O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.

Art. 8º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, EPAGRI - Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, e entidades representativas do setor de Agricultura.

Art. 9º Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 10. Como forma de incentivo aos produtores, o Município oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato FMS Nº. 087/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 087/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTTI LTDA

OBJETO - aquisição de materiais de limpeza, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, durante o primeiro semestre de 2012.

VALOR - R\$ 4.629,75 (quatro mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 02/01/2012 à 30/06/2012

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 24/FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 14 de dezembro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 189/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 189/2011

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA.

OBJETO - prestação de serviços na remodelação do telhado da parte central da edificação existente do Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz, localizado na Rua São José, Bairro Nova York, município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 21.718,21 (vinte e um mil setecentos e dezoito reais e vinte e um centavos)

VIGÊNCIA - 150 (cento e cinquenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias)

DOTAÇÃO - 0501.1011.4490 (34)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93, Carta Convite nº. 119/PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 08/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 08/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 70/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - GLOBAL GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME

DO OBJETO - Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento através de autoclave e destinação final de resíduos de serviços de saúde, grupos A (biológicos), B (Substâncias químicas) e E (Pérfurocortantes), para atendimento de todas as Unidades da Rede Municipal de Saúde, do município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - Vencimento prorrogado de 31/12/2011 para 31/12/2012.

DO VALOR - O valor mensal sofrerá reajuste para R\$ 1.589,25 (hum mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos). totalizando R\$ 19.071,00 (dezenove mil e setenta e um reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 104/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 122/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. ME

DO OBJETO -Prestação de serviços na execução de confecção de caixas de coleta pluvial em alvenaria de blocos de concreto maciço com grelha de ferro fundido para serem usadas como "bocas de lobo" nas ruas do Município de Forquilha/SC, compreendendo o

fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, de acordo com a proposta da contratada e determinações previstas no projeto básico (memorial descritivo) que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 120 (cento e vinte) dias passando de 31/12/2011 para 30/04/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 92/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 92/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 215/2010

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR - SOCIEDADE LIT. CARITATIVA SANTO AGOSTINHO

DO OBJETO - locação de um imóvel situado na Rua João José Back, 370, Centro, município de Forquilha/SC, anexo ao Colégio Sagrada Família, com área construída de 222,29 m², incluindo o uso do ginásio, do parque e do espaço recreativo, destinado ao funcionamento do C.E.I. Monteiro Lobato para o exercício de 2012;

DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 215/PMF/2010 de 31/12/2011 para 31/12/2012.

DO VALOR : O valor mensal terá um reajuste, passando de R\$ 1.127,00 (hum mil cento e vinte e sete reais) para R\$ 1.206,00 (Hum mil duzentos e seis reais). O valor total do contrato é de R\$ 14.472,00 (quatorze mil quatrocentos e setenta e dois reais) para o ano de 2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05/12/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

1º Termo Aditivo Edital ACT Nº 0026/2011

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011. PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO EDITAL

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Fica prorrogada a validade do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0026, de 03 de outubro de 2011, para a função pública de assistente administrativo, para o ano de 2012. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3014.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 29 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 015/2011, para o seguinte cargo:

CARGO: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
1º.	Claudionor Tomaz
2º.	Clemir Zanelato
3º.	Angelo Pacheco de Souza
4º.	Orlando Claudio Madeira
5º.	Osmar Gonçalves Sebastião
6º.	Pedro Paulo Luiz
7º.	Silvio Luiz
8º.	Edemir Torquato

Garopaba, 29 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 016/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 016/2011, para os seguintes cargos:

PROFESSOR C/ LICENCIATURA I – Séries Iniciais - 40horas

Posição	Nº Inscrição	Nome do Candidato
01	109	Sirlei Pereira de Abreu
02	063	Sandra Izabel Inácio Pedro
03	032	Iara dos Santos Martins Westrup
04	162	Marilene dos Santos
05	079	Vanessa dos Santos Rebelo
06	081	Rosinei Rodrigues Pereira Lopes
07	020	Tatiane Agostinho
08	157	Silvia Aparecida de Souza Soares
09	022	Alcina Maria de Souza
10	065	Adriana Ilda Torquato
11	146	Greicy Pacheco Cardoso
12	080	Fernanda de Carvalho
13	004	Liliane Gomez Wasem

14	036	Cristiane Abreu dos Santos
15	098	Miriam Aparecida Figueiró Garcia
16	078	Andresa de Oliveira
17	012	Fabiana Custódio
18	166	Gisleine Silva Texeira
19	090	Verônica Marques de Souza
20	039	Maria Paula Schmidt
21	074	Itamara Meneguel Demetrio
22	113	Camila Pereira
23	126	Paulo Roberto Vieira
24	092	Fabiana de Souza Teixeira
25	169	Andreia de Oliveira
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	153	Maricleide da Rosa Antônio
02	043	Maria de Lourdes Coelho
03	118	Jussandra Lopes
04	082	Otilia Darci Rodrigues
05	044	Leandra Carine da Costa
06	102	Adirléia Sousa da Silva
07	150	Samantha Kary de Souza

PROFESSOR C/ LICENCIATURA I – Séries Iniciais - 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	029	Luciane Adelino Monteiro
02	049	Jaqueline da Silva Silveira
03	019	Mª das Graças Aguiar Pokreviescki
04	114	Cristiani Pacheco Freitas Souza
05	009	Roberta Nascimento Pacheco Furtado
06	148	Juliana de Abreu
07	030	Joelma de Bona
08	054	Vanessa da Silva João Gonçalves
09	013	Kássia Souza Cardone
10	057	Lilian Bortolatto Nunes
11	010	Carmem da Motta Nunes
12	058	Angela Maria Zanelato
13	052	Lucimar Ferreira Silva Oliveira
14	149	Karla Cristhina Araujo Nascimento
15	025	Emerenciana Maciel
16	108	Santa Laura Martins
17	046	Jussara Machado da Rosa Duarte
18	094	Vera Lucia da Silva Pires
19	121	Amanda Cristina Noronha Gerchevski
20	119	Jucimere Terezinha Lopes

21	105	Etielle Pacheco de Sousa
22	089	Joyce Ferreira Rosa
23	103	Márcia August Marcelino
24	055	Simone da Silva Silveira
25	191	Tatiana da Silva Bond
26	127	Marli Borges Carboni
27	178	Paula Geraldine da Costa Lazzarini
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	015	Marilete Pinto de Oliveira
02	190	Andreia Quintanilha Lopes
03	064	Katia Regina Faustino
04	077	Denise Maria Rodrigues dos Santos
05	101	Glauce de Cássia Tackues Fogaça

PROFESSOR C/ LICENCIATURA II – Educação Infantil - 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	087	Elis Regina de Oliveira Soares
02	147	Cinara Ricardo Oliveira
03	071	Gislaine Kelly João
04	072	Kirley Lisboa
05	145	Claudia Marques
06	084	Vera Monteiro
07	165	Juliana Guimarães de Souza
08	066	Mônica Cardoso Ribeiro
09	055	Eliete Liduino Luciano
10	115	Josiane Faraco da Luz
11	023	Osana Vieira
12	144	Adriana dos Santos Oliveira
13	169	Andreia de Oliveira
14	186	Rafaela Alves Machado
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	136	Eva Antoria Almeida
02	075	Rosiane Pacheco

PROFESSOR C/ LICENCIATURA II – Educação Infantil - 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	137	Denize Pacheco de Abreu
02	016	Kacilda de Souza
03	050	Kátia de Souza Gonçalves
04	037	Vivian de Abreu
05	124	Mariane Furtado Nascimento
06	040	Maria Inês Ferreira Martins
07	123	Jaqueline Benta Santana da Silveira
08	083	Edinete Lemos
09	028	Maria de Fátima Soares
10	158	Gisele Cristine Fernandes Thomaz Voss

11	055	Simone da Silva Silveira
12	191	Tatiana da Silva Bond
13	095	Renata da Silva Nunes
14	117	Juliana Cardoso de Souza
15	110	Silvia Maria Vieira Porto
16	164	Valdirene Rodrigues Estevão

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	086	Antônio de Rocchi Sampaio Junior
02	085	Eliete Serafini
03	027	Cristiano Aguiar
04	154	Amauri dos Santos Rodrigues
05	035	Zulmar Lopes Amorim II
06	021	William Vargas Paes
07	096	Guilherme Castro Carvalho
08	076	Eduardo Menchik
09	152	Wenen de Souza Estácio
10	088	Bruna de Souza
11	045	Oswaldo João Colonetti Junior
12	053	Alexandre Pacheco Luiz
13	059	Mariana Barbosa Drago
14	003	Ana Maria Von Hoonholtz
15	143	Sandra Mara Vieira
16	056	Daniel Marcelino Rabello
17	033	Roberto Colling Nardon
18	038	Alvaro Francisco Carvalho Alvares
19	130	Patricia de Toledo Ramon

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	100	Eduardo de Almeida Manoli
02	068	Eliane Pacheco da Silva
03	051	Renata Marcadella
04	182	Luiz Carlos Soares
05	175	Carolina Blaschke Monteiro Santos
06	135	Rodrigo José Carvalho Couto
07	026	Fabiana Leal de Moraes

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	027	Cristiano Aguiar
02	152	Wenen de Souza Estácio
03	003	Ana Maria Von Hoonholtz
04	143	Sandra Mara Vieira
05	056	Daniel Marcelino Rabello
06	033	Roberto Colling Nardon
07	038	Alvaro Francisco Carvalho Alvares

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – 30horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	011	Thiago Antunes
02	156	Francieli Silva Lopes Matos
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	128	Andréa Maria do Nascimento
02	014	Izabel Cristina Santos
03	070	Davi Luiz da Rosa Furlan

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	176	Celso José Barbosa de Souza
02	187	Reginalda Maria de Andrade
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	002	Joseane Araujo do Nascimento
02	073	Gislaine Nair Vieira
03	184	Nidia Di Paula Batalha
04	122	Claudia Pires Bento Lobo

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	011	Thiago Antunes
02	156	Francieli Silva Lopes Matos
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	128	Andréa Maria do Nascimento
02	014	Izabel Cristina Santos

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	176	Celso José Barbosa de Souza
02	011	Thiago Antunes
03	187	Reginalda Maria de Andrade
SEM HABILITAÇÃO		
Nº	Nº Inscrição	Candidato
01	184	Nidia Di Paula Batalha
02	122	Claudia Pires Bento Lobo
03	070	Davi Luiz da Rosa Furlan

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM INGLÊS – 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	139	Fernanda Alves Cândido
02	177	Ândrea Jeanine Tecchio Pacheco
03	061	Aniele dos Santos Abreu
04	031	Camila Cristina Rodrigues
05	091	Adriana Regina Tomé
06	167	Francine Luiz Bento

07	125	Betina Lorensi Lopes
08	151	Juliete Alaerte de Oliveira
09	093	Edina de Souza Teixeira

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM INGLÊS – 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	139	Fernanda Alves Cândido
02	091	Adriana Regina Tomé
03	167	Francine Luiz Bento

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM L. PORTUGUESA – EJA 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	139	Fernanda Alves Cândido
02	061	Aniele dos Santos Abreu
03	151	Juliete Alaerte de Oliveira
04	107	Rosa Helena dos Santos
SEM HABILITAÇÃO		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	136	Eva Antoria Almeida

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ESPANHOL – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	138	Thaisy Pereira Gonçalves Linhares
02	041	Tatiana Soares de Carvalho
03	142	Maria Aparecida Pacheco Lopes

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	134	Elaine Coelho da Luz
02	062	Alvaro Augusto Scheimer Fogassi
03	070	Davi Luiz da Rosa Furlan
04	192	Sidnei Vieira

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM HISTÓRIA – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	173	Elza Helena Soares Hercilio de Souza
02	170	Mauricélia Teixeira Albuquerque
03	134	Elaine Coelho da Luz
04	160	Flávio Ferreira Luciano
05	122	Claudia Pires Bento Lobo
06	129	Jander Antônio Bender

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM CIÊNCIAS – EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	181	Giane Figueiredo
02	099	Nidia Di Paula Batalha
03	127	Marli Borges Carboni
04	159	Jussara Maria Araujo Manenti
05	042	Gisele da Rosa Duarte
06	180	Cassius Cogo da Silveira

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM MATEMÁTICA – EJA 20horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	153	Maricleide da Rosa Antônio
02	181	Giane Figueiredo
03	159	Jussara Maria Araujo Manenti
04	174	Andreia Pivatto

NUTRICIONISTA – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	131	Taize da Silva Aguiar
02	171	Débora Diefenthaler
03	172	Márcio Alexandre Silveira
04	189	Lubiany Bergmann Martins

PSICÓLOGO – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	069	Simone da Cunha
02	133	Patricia Costa Arlaque
03	179	Mario Luiz Junges Junior
04	168	Laura Brandão Chaves
05	188	Mireli Barbosa Martins
06	097	Rômulo Fabiano Silva Vargas
07	112	Jéssica de Menezes Ulguim
08	104	Helena Maria Leitorles

FONOAUDIÓLOGO – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	140	Rosimere da Silva Garcia

MOTORISTA – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	017	Alexandre José Pereira
02	005	Rondinelli Miranda Sanseverino
03	034	Batista Santana
04	132	Ronaldo Santana
05	163	Francisco Iudice

MERENDEIRA – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	067	Andrea de Amorim Carlsem
02	116	Vanda de Souza Miranda
03	185	Daniele Lingner Oscar
04	175	Eliane Bento

SERVENTE – 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	024	Maria Aparecida do Nascimento
02	008	Alexandra Jacinto
03	007	Maria Salete Vieira Souza
04	060	Neide Custódio Machado

05	018	Meryvone Maria Cardoso
06	111	Rozineia Pacheco Machado da Rosa
07	106	Valcira de Medeiros
08	141	Doraci Martins
09	120	Zenaide Joana
10	183	Maria Amorim Botelho
11	193	Carmem Lucia Moreira dos Santos
12	161	Zilma dos Santos Abreu
13	048	Amarildo Rodrigues

Garopaba, 29 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 88.2011 PMG

Ata nº. 88/2011; Processo nº. 241/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: GRAFICA E EDITORA SUL CATARINENSE LTDA EPP; Objeto: aquisição de material gráfico para atender o Gabinete da Prefeitura deste Município. Valor: 1.080,00; Data da Assinatura da Ata: 09/12/2011.

Gaspar

PREFEITURA**Decreto Nº 4.650, de 16 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.650, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 02 de janeiro, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Classificados	Cargo	Carga Horária
Jaqueline Mendes Sabel	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Tatiana Zoz	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Rosangela Pereira de Jesus	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Danielle dos Santos Krauss	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Sirlei Alexandra Oliveira	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Rosangela Maria Walter Till	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Eliane Emi Nakashima Morsch	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Liliane Regina Hoppe	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Vera Lúcia Reinert	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Kátia Regina Moretti	Professor de Ed. Infantil	40 horas



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Juliana Nicoli Nahring	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Luciana Moreira Mathias Fortunato	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Andréia Zendron Zabel	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Juranildes Maria de Souza	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Yeda Brandl Laurindo	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Mirtes Milene Couto Gravato	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Fernanda Pereira Sautner	Professor de Ed. Infantil	40 horas
Leonilde Azzolini	Professor de Ed. Infantil	20 horas vesp
Andressa Pinheiro de Castro	Professor de Ed. Infantil	20 horas vesp
Priscila Pereira	Professor de Ed. Infantil	20 horas vesp
Fernanda Brigido da Silva	Professor de Ed. Infantil	20 horas vesp
Mariléia Dallmann de Almeida	Professor de Anos Iniciais	40 horas
Eliane Deucher	Professor de Anos Iniciais	40 horas
Ramiro Felipe Dias	Professor de Educação Física	20 horas
Aline Luiza Simon	Professor de Língua Portuguesa	40 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Errata Lei Complementar Nº 4.020.2011

ERRATA

Estado de Santa Catarina

Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação da Lei Complementar nº 4.020/2011, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição nº 896, de Dezembro/2011, p.71-74, retifica-se a referida Lei Complementar para a seguinte redação. Onde se lê:

Art. 14. Os Auditores Fiscais Tributários e quando em funções diversas das inerentes as atividades de seus cargos ou atividades especiais terão direito de receber em parcelas de produtividade o teto de produção previsto neste decreto, desde que convocados por necessidade do serviço.

Leia-se:

Art. 14. Os Auditores Fiscais Tributários e quando em funções diversas das inerentes as atividades de seus cargos ou atividades especiais terão direito de receber em parcelas de produtividade o teto de produção previsto nesta lei, desde que convocados por necessidade do serviço.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Decreto PMI 149.2011

DECRETO PMI Nº 149, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 349.000,00 (trezentos e quarenta e nove mil reais), para reforço e novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

4.4.90.00.00.00.00.00.0217 (0043)

Aplicações Diretas

100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0217 (0044)

Aplicações Diretas

105.000,00

Assistência Ambulatorial e Hospitalar

10.302.0014-2.061

3.3.90.00.00.00.00.00.0216 (0054)

Aplicações Diretas

144.000,00

TOTAL 349.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta dos Superávits Financeiros dos recursos do PACS (Programa Agentes Comunitários de Saúde) e Atenção Média e Alta Complexidade (MAC) apurados no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de novembro de 2011.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 156.2011

DECRETO PMI Nº 156, de 30 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 854.500,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0008)

Aplicações Diretas

25.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Manutenção da Secretaria da Fazenda	
04.123.0004-2.004	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0013)	Aplicações Diretas
30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0016)	Aplicações Diretas
2.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Manutenção do FUNDEB	
12.361.0009-2.007	
3.1.90.00.00.00.00.00.0165 (0034)	Aplicações Diretas
195.000,00	
Manutenção da Educação Infantil	
12.365.0009-2.008	
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0037)	Aplicações Diretas
55.000,00	
Manutenção do Ensino Fundamental	
12.361.0009-2.006	
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0028)	Aplicações Diretas
37.500,00	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Limpeza Pública	
15.452.0007-2.016	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0088)	Aplicações Diretas
80.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	
Manutenção Da Secretaria de Agricultura e Pesca	
20.122.0006-2.021	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0098)	Aplicações Diretas
5.000,00	
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Encargos Especiais - Outros	
28.846.0000-0.002	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0104)	Aplicações Diretas
60.000,00	
Encargos Especiais - Dívida Interna	
28.843.0000-0.001	
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (0102)	Aplicações Diretas
5.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL	
Manutenção da SEDURB	
15.122.0007-2.031	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0125)	Aplicações Diretas
10.000,00	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Manutenção da Procuradoria Geral	
02.062.0005-2.039	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0132)	Aplicações Diretas
30.000,00	
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais	
02.062.0005-2.038	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0131)	Aplicações Diretas
150.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA	
Manutenção da Atenção Básica	
10.301.0014-2.121	
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0030)	Aplicações Diretas
100.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA	
Manutenção do Fundo de Assistência Social	
08.422.0013-2.078	
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0013)	Aplicações Diretas
30.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0010)	Aplicações Diretas
40.000,00	
TOTAL 854.500,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de arrecadação de recursos próprios e recursos do FUNDEB apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de novembro de 2011.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 170.2011

DECRETO PMI Nº 170 de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$1.145,00 (hum mil cento e quarenta e cinco reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

01.031.0001-2.001

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas
931,75

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas
213,25

TOTAL 1.145,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

01.031.0001-2.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas
1.145,00

TOTAL 1.145,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 171.2011

DECRETO PMI Nº 171 de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA	
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara	
01.031.0001-2.001	
3.1.90.00.00.00.00.00.080	Aplicações Diretas
5.000,00	
TOTAL	5.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Imbituba

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 172.2011

DECRETO PMI Nº 172, de 26 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM	
Manutenção das atividades do FUNREBOM	
06.182.0012-2.086	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004)	Aplicações Diretas
10.000,00	
TOTAL	10.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM	
Manutenção das atividades do FUNREBOM	

06.182.0012-2.086

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (0003) Aplicações Diretas

10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e Publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 173.2011

DECRETO PMI Nº 173 de 26 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Manutenção do FUNDEB	
12.361.0009-2.007	
3.1.90.00.00.00.00.00.0165 (0034)	Aplicações Diretas
112.000,00	
TOTAL	112.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Manutenção do FUNDEB	
12.361.0009-2.007	
3.1.90.00.00.00.00.00.0163 (0033)	Aplicações Diretas
90.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0035)	Aplicações Diretas
12.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0165 (0036)	Aplicações Diretas
10.000,00	
TOTAL	112.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 174.2011

DECRETO PMI Nº 174, de 29 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre reajuste na tarifa de utilização do Terminal Rodoviário.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução do DETER no 009/2005 de 16 de novembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o valor da tarifa de utilização - TU, do Terminal Rodoviário de Imbituba, nas linhas intermunicipais, conforme descrito abaixo:

I - R\$ 1,00(um real), para as localidades distantes a mais de 50(cinquenta) quilômetros;

II - R\$ 0,50(cinquenta centavos), para as localidades com distância inferior a 25(vinte e cinco) quilômetros.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor à zero hora do dia 01 janeiro de 2012.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de dezembro de 2011.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 178.2011

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 178 , de 19 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre exoneração do Secretário da Junta de Serviço Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor público municipal CLEITON DA ROSA SILVA, matrícula nº 4408, inscrito no CPF sob o nº 063.868.569-96, RG n.º 5.576.330, do cargo/função de Secretário da Junta de Serviço Militar - JSM n.º 088, do Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, jurisdicionada pela 16ª Delegacia do Serviço Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de novembro de 2011.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 179.2011

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 179 , de 19 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a designação da Secretária da Junta de Serviço Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal SOLANGE CASA-GRANDE DA ROSA, matrícula nº 5561, inscrita no CPF sob o nº 024.170.159-78, RG n.º 4.078.830-0, como Secretária da Junta de Serviço Militar - JSM n.º 088, do Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, jurisdicionada pela 16ª Delegacia do Serviço Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI SDR NORTE 218/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 218/2011 A00

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 07.185.611/0001-09

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) POSTO SALVA VIDAS NA BARRA DE IBIRAQUERA - IMBITUBA - SC.

Valor: R\$ 14.200,00 Prazo: 30 dias

Fundamento: Processo nº. 192/2011 Dispensa 63/2011

Imbituba, 22 de novembro de 2011.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Contratante

Castelo Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato de Convênio Nº 059.2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato do Convênio nº. 059/2011

Conveniente: Associação Recreativa Cultural e Filantrópica Nossa Senhora

CNPJ: 04.865.174/0001-78

Objeto: repasse de auxílio financeiro para cobrir parte das despesas com a manutenção da entidade.

Valor: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Lei Municipal nº. 3.999/2011

Imbituba, 23 de novembro de 2011.
José Roberto Martins
Prefeito Municipal

Gervázio Rufino Plácido
Representante Legal

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência Nº 49/11

Ato da Presidência nº 49/11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 1ª Sessão Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de janeiro de 2012 (terça-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
163	PLC nº 251/2011	19/12/11	Poder Execu- tivo	José Roberto Martins	Autoriza o Município, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a firmar termo de convênio com a Cooperativa Educacional de Imbituba - COOPEIMB e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 29 de dezembro de 2011.

Rogberto de Farias Pires Presidente	Elísio Sgrott Vice-Presidente
Luís Antônio Dutra Primeiro-Secretário	Thiago Machado Segundo-Secretário

Editai CMI Nº 02/11

EDITAL CMI Nº 02/11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo art. 161, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, convoca os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dia 03 de janeiro de 2012, terça-feira, no recinto da Sala de Sessões da Câmara Municipal de Imbituba, sediada nesta cidade, na Rua Ernani Cotrin, nº 555 - centro, com início às 19:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1º - Projeto de Lei Complementar nº 251/2011 - Autoriza o Município, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a firmar termo de convênio com a Cooperativa Educacional de Imbituba - COOPEIMB e dá outras providências.
E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, nesta data, o qual foi dada ciência a todos os interessados.

Imbituba, 29 de dezembro de 2011.
Rogberto de Farias Pires
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Iomerê

PREFEITURA

Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA- CT090020 - TA11P-MI19

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ANTONINHO BALDISSERA, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JOTA L ASSESSORIA E CONSULTORIA EM COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nossa Senhora de Lurdes, s/n, Bairro Martelli, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.304.804/0001-38 neste ato representado pelo Sr. JOÃO LUIZ BARIQUIERA, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nºCT090020, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo de Carta Convite nº 0004/2009, resolvem reajustar o valor a ser pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, passando a ser de R\$ 2.638,00 (dois mil seiscentos e trinta e oito reais) mensais, a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 2º Com o disposto na cláusula nona do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT090020.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 29 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paulo Cesar Doré
OAB/SC 7071

Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE MARMITAS PARA POLÍCIA MILITAR - CT110008
TA11PMI20

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ANTONINHO BALDISSERA, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av Pedro Penso, nº. 195 na cidade de Iomerê/SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.586.050/0001-19, neste ato representada pelo seu Sócio-Gerente, SR. PEDRO SOVRANI, doravante denominado CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato nº CT110008, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com o disposto na cláusula sexta, item 6.3 do contrato acima epigrafado, resolvem acrescentar o número de marmitas, acrescentando 40 marmitas ao licitado.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT110008.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2012..

Iomerê (SC), 20 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paulo Cesar Doré
OAB/SC 7071

Aditivo

PRIMEIRO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA - CT11FMS0004
TA11FMS12

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. ANTONINHO BALDISSERA doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado,

CNPJ 00.867.301/0001-17, com sede na Rua Fernando Ferrari, 35, em Joaçaba(SC, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações aditar o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT11FMS0004 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 01 de janeiro de 2012, passando a ser o equivalente a R\$ 520,56 (quinhentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) totalizando R\$ 6.246,72 (seis mil e duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos)

Art. 3º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 29 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paulo Cesar Doré
OAB/SC 7071

Contrato Nº 0081/2011

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
CT110081

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede na Rua João Rech, nº 500, na cidade de Iomerê, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Antoninho Baldissera, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Iomerê, SC., doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO IINTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CINCO, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Lei n. 578/2010, e

do Contrato de Programa CTP/CINCO/0001/2011-24.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Variável de Horas Máquina de Escavadeira Hidráulica, previamente aprovadas em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2011, na ação: Desenvolvimento da Extensão Rural.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO os seguintes valores correspondentes as prestações de serviços de máquinas previstos no contrato de programa:

I - Valor de R\$ 8.636,00 (Oito mil, seiscentos e trinta e seis reais), para atendimento das despesas com prestação de 127 (cento e vinte e sete) horas máquinas de escavadeira hidráulica.

3.2. Será de responsabilidade do contratante o fornecimento de combustível para a realização das horas máquinas de Escavadeira Hidráulica contratadas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento deverá ser realizado até 05(cinco) dias contados da assinatura deste Contrato de Rateio, de acordo com a seguinte classificação contábil:

Classificação	Denominação	Valor
3.1.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 2.806,70
3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 5.575,30
4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 254,00

4.2. O CONTRATADO devolverá o saldo financeiro não utilizado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Integrado do Contestado - CINCO será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- Solicitar os serviços objeto do presente Contrato, respeitadas as disponibilidades de máquinas e equipamentos;
- Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação	Valor
06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
06.01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
06.0601.15.451.0017.2048	Man. da Sec. Obras e Serviços Públicos	
3.1.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
R\$ 2.806,70		
3.1.71.11.99	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
R\$ 2.159,00		
3.1.71.13.99	Obrigações Patronais	R\$ 647,70
3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
R\$ 5.575,30		
3.3.71.30.99	Material de Consumo	R\$ 2.032,00
3.3.71.39.99	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
R\$ 3.543,30		
4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
R\$ 254,00		
4.4.71.52.99	Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 254,00		

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de Dezembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da

obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO.

Iomerê (SC), 23 de Dezembro 2011.

Município de Iomerê
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

Testemunhas:

1ª -
2ª -

Assessoria Jurídica:

Contrato Nº 0082/2011

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA - CT110081

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO BALDISSERA, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 00.456.865/0001-67 com sede na Rua João Pessoa, 134 na cidade de Criciúma/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato é a locação de: sistema de tributação, e de atendimento público, com licenciamento para uso, manutenções e atualizações, sendo o sistema composto de cadastros de: imóveis, ISS, alvarás, dívida ativa, receitas diversas, melhoria, controle de obras, com sistema de processamento de IPTU, alvará, ISS ofício, ISS homologado, ISS retido, Dívida ativa, receitas diversas, baixas, sistema tributos, NET para CNDs, ISS homologado, ISS retido, consulta de débitos e emissão de boletos e emissão de diversos relatórios de acompanhamento, com assistência técnica in loco, inclusa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente contrato é de 582,42(quinzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos) mensais, mediante a apresentação de nota fiscal, até o dia 10(dez) do mês subsequente ao vencido, tendo o CONTRATANTE o prazo de 05(cinco) dias após a liquidação do documento fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

3.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO

4.1 - O presente contrato terá início em 01 de janeiro de 2012, e seu término em 30 de abril de 2012.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

I) Cabe ao CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização do fornecimento do material objeto do presente contrato;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrer, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem;
- e) demais responsabilidades determinadas no contrato.

II) Cabe à CONTRATADA:

- a) Instalar os sistemas, objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização dos mesmos, sem custo adicional ao CONTRATANTE;
- b) Prestar suporte na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento, sem custo adicional ao CONTRATANTE;
- c) Arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros que forem necessários à execução do objeto do presente contrato.
- d) Prestar as suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas;
- e) Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;
- f) Fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que a Comissão solicitar;
- g) Responder civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador;
- h) Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada dos serviços objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 3º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 -Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a realização dos serviços, este deverá comunicar a contratante com no máximo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, justificando o motivo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 28 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paulo Cesar Doré
OAB/SC 7071

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PP 19/2011/FAS - PL 19/2011/FAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº19/2011/FAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011/FAS

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados à manutenção das atividades dos projetos e serviços sociais desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FAS (CRAS/PAIF/IGD, Proteção Social Básica-Abrigo, Proteção Social-Idoso, manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, PETI/CREAS), até o mês de junho de 2012. Data da abertura: Dia 13/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 13/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão

Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em Exercício

SIMAE

Resumo Contrato JHL 0018/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0118/2011

TOMADA DE PREÇOS JHL 0008/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0059/2011

PROTOCOLO Nº 2894/2011

Data: 29/12/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE PAINEIS DE COMANDO, PEÇAS SOBRES-
SALENTES E SOFTWARES DO SISTEMA DE TELESUPERVISÃO
PARA SISTEMA DE TELESUPERVISÃO DAS ELEVATORIAS DO SI-
MAE

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 75.840,00 (Setenta e cinco mil
oitocentos e quarenta reais).

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.30.26 e 4.4.90.39.08

Prazo de vigência: 29/12/2011 a 29/06/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Lauda PP 67, 68 e 69-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
PP	67/2011 PML	Contratação de Empresa Agenciadora para Fornecimento de Passagens Rodoviárias Intermunicipais e Interestaduais.	17/01/12	13:30
PP	68/2011 PML	Contratação de Empresa Agenciadora para Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais.	17/01/12	15:30
PP	69/2011 PML	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços "por hora cheia trabalhada," de Máquinas e Equipamentos.	18/01/12	13:30

A retirada dos Editais, obter-se-á no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou

pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de dezembro de 2011.
Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração

Resultado PP 24-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2011 - SMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS
E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público
aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDORES:
- ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VALOR: R\$ 27.255,00 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e
cinco reais).

- GUILLERMO PABLO KONRAD E CIA LTDA.
VALOR: R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seissentos reais).

Lages, 29 de dezembro de 2011.
Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 01/2012
Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 1/2012
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL.

Abertura às 10h00m do dia 16 de janeiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e ho-
rário:
Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das
07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 02 de janeiro de 2011.
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 3/2012
Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 3/2012

Tipo: Menor Preço por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL

Abertura para às 08h00m do dia 16 de janeiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e ho-
rário:
Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das
07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 2 de janeiro de 2012
RENATO CITADIN
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aviso Processo de Inexigibilidade Nº 01/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2012

Processo Adm. Nº 1/2012
Edital : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2012
Objeto: SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL
Valor: R\$ 197.490,80 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e
noventa reais e oitenta centavos).
Em Favor de: Editora Positivo Ltda.
Fundamento Legal: art. 25 incisos I e II, da Lei 8.666/93 e altera-
ções posteriores.
Período de Vigência: 12 (doze) meses, com inicio em 9/1/2012 e
termino em 31/12/2012.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei ORDINÁRIA N.º 1.074/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.074/2011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO I DA LEI ORDINÁRIA Nº
1.061/2011, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE AUTORIZA RE-
PASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE
CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu
Pedro Bringhamti, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do
Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da
Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º . Fica alterada a redação do Anexo I Lei Ordinária Nº
1.061/2011, de 12 de dezembro de 2011, passando a vigorar com
a redação apresentada .

Art. 2º Ficam inalterados os demais dispositivos da Lei Ordinária
Nº 1.061/2011, de 12 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 23 de dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi
Técnico Administrativo

ANEXO I

Entidade	Objeto	Valor (R\$)
Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude	Aquisição de mesas e Bancos	5.000,00
Associação Comunitária de Linha Joana	Reforma de Equipamentos	10.000,00
	Reforma da Rede de água Em Linha Joana Baixa	5.000,00
	Manutenção das Atividades	8.000,00
Associação Atlética Portuguesa de Linha Joana	Reforma da Copa do Centro Comunitário	5.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Santos	Reforma da Churrasqueira	4.000,00
Clube de Mães Isolde Dalmora	Aquisição de Móveis, Utensílios e eletrodomésticos	4.000,00
Associação de Agricultores de Linha Maria Guinther	Manutenção das Atividades	10.000,00
Esporte Clube Ipiranga de Linha Maria Guinther	Reforma de Casa de Carnes	5.000,00
Esporte Clube Palmeiras, de Linha Alegre	Reformas no Centro Comunitário	12.000,00
Associação de Agricultores de Linha Alegre	Reforma da Rede de água	10.000,00
	Manutenção das Atividades	7.000,00
Associação de Agricultores de Linha Seretãozinho	Manutenção das Atividades	16.000,00
	Rede de Água em Linha Gruta	12.000,00
Associação de Agricultores de Lajeado dos Pinheiros	Manutenção das Atividades	16.000,00
Clube de Mães de Linha Santo Isidoro	Construção de Banheiros	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Brasil de Linha Santa Rita	Reformas no Centro Comunitário	6.000,00
Clube de Mães de Linha Acordi	Construção de Churrasqueira	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Aparecida de Linha Azul	Reforma da Cancha de Bochas	6.000,00
Esporte Clube Princesa de Linha Alto Acídio	Reformas no Centro Comunitário	6.000,00
Esporte Clube Juventus de Linha Barra do Azul	Reboco Externo no Centro Comunitário	6.000,00
Associação de Agricultores de Lajeado Acídio	Reforma de Equipamentos	4.500,00

	Manutenção das Atividades	5.500,00
Esporte Clube Guarani de Lajeado Acídio	Construção de Vestiários	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha Mimososa	Aquisição de Equipamentos	16.000,00
	Manutenção das Atividades	6.000,00
Esporte Clube Cruzeiro de Linha Nossa Senhora da Saúde	Reformas na Churrasqueira	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Canário da Serra de Linha Sanga Martins	Reformas no Centro Comunitário	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha Sanga Castelhanos	Aquisição de Equipamentos	10.000,00
	Manutenção das Atividades	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha XV de Novembro	Aquisição de Equipamentos	12.000,00
	Manutenção das Atividades	6.000,00
Esporte clube Internacional de Linha XV de novembro	Melhorias no Centro Comunitário	13.500,00
Havai Futebol Clube, de Lajeado Acampamento	Aquisição de Móveis e Utensílios	7.000,00
Associação de Agricultores de Linha Salto Grande	Aquisição de Equipamentos	14.000,00
	Manutenção das Atividades	3.500,00
Associação de Agricultores de Linha Rossetto	Construção de Garagem de Máquinas	7.000,00
	Manutenção das Atividades	10.000,00
Esporte Clube Três Pinheiros	Reforma do Alambreado	7.000,00
Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Lindóia do Sul	Aquisição de Equipamentos	7.000,00

Lei ORDINÁRIA N.º 1.075/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.075/2011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO I DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.063/2011, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Bringhamti, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º . Fica alterada a redação do Anexo I Lei Ordinária Nº 1.063/2011, de 12 de dezembro de 2011, passando a vigorar com



a redação apresentada .

Art. 2º Ficam inalterados os demais dispositivos da Lei Ordinária Nº 1.063/2011, de 12 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 23 de dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi

Técnico Administrativo

ANEXO I

Entidade	CNPJ	Prioridade	Valor em R\$
Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lindóia do Sul	02.642.698/0001-74	Manutenção das atividades da entidade	23.000,00
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	80.641.319/0001-35	Manutenção das atividades da entidade	12.000,00
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	80.622.939/0001-27	Manutenção das atividades da entidade	3.600,00
Clube dos Idosos Lindoienses	78.507.274/0001-69	Manutenção das atividades da entidade e Pagamento de Ginástica para os Idosos	11.100,00
Câmara de Dirigentes Lojistas de Lindóia do Sul	73.529.737/0001-70	Manutenção das atividades da entidade	3.500,00
Núcleo de Recuperação de Alcoolistas - ARAL	80.641.053/0001-20	Manutenção das atividades da entidade	10.000,00
Prefeitura Municipal de Ipumirim	82.814.575/0001-02	Manutenção das atividades do Procon Regionalizado	12.300,00
Beneficência Camília do Sul	83.506.030/0002-82	Atendimento de Urgência e Emergência aos habitantes do Município através de escala de sobreaviso médico	9.800,00

Lei ORDINÁRIA N.º 1.076/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.076/2011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Bringhenti, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucr R\$ 110.550,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.010 - Saneamento Básico Rural - Funderural

4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucr R\$ 22.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - Funderural

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucr R\$ 82.500,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0110 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucr R\$ 9.781,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural - Funderural

4.4.50.00.00.00.00.00.0110 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucr R\$ 96.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 1.007 - Esportes - Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R \$ 52.500,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Diretoria de Educação - Educação Especial

3.1.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público

R\$ 6.868,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público

R\$ 5.868,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público

R\$ 1.664,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE



Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
 Projeto/Atividade 2.008 - Diretoria de Infraestrutura - Saneamento
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 12.819,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
 Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 9.781,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural - Funderural
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental - Funderural
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 5.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
 100.550,00

Superávit do Exercício Anterior. R\$ 106.281,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
 Em, 23 de dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi
 Técnico Administrativo

Decreto N.º 2.210/2011

DECRETO N.º 2.210/2011, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
 DECRETA HORÁRIO ESPECIAL E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º Em virtude das festividades alusivas à Natal e encerramento do exercício, fica decretado Horário Especial nas repartições Públicas do Município de Lindóia do Sul, nos dias 23 e 30 de Dezembro de 2011.

Parágrafo Primeiro. O horário especial de expediente nos dias

especificados no Art. 1º será em turno único, das 07h às 13h.

Parágrafo Segundo. O horário especial de trabalho no dia 23 de dezembro de 2011 na Secretaria de Infraestrutura será em turno único, das 06h às 12h.

Art. 2º O disposto no art. 1º deste Decreto não se aplica nas Unidades Escolares e Centro de Educação Infantil, os quais são definidos de acordo com o calendário próprio, aprovado pela Secretaria de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado.

Em 21 de dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi

Auxiliar de Técnico

Decreto N.º 2.213/2011

DECRETO N.º 2.213/2011, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011
 ESTABELECE AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, senhor Aderson Carlos Bussolaro, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 122/2009 e alterações, Lei Complementar nº 178/2011 e Lei Complementar nº 179/2011

DECRETA

Art. 1º Estabelece as gratificações de função de confiança dos servidores públicos municipais, conforme consta no quadro abaixo:

Nome	Função	Valor R\$
Adenir Agustini	Chefe do setor de veículos da Diretoria de Educação	520,00
Antonio Carlos Vicente	Responsável pelos serviços administrativos da Câmara de Vereadores	250,00
Edison Domingos Girton	Coordenador do setor de compras e licitações	600,00
Geneci Dellai Mingotti	Chefe do setor de contabilidade	520,00
Gilmar Antonio Milan	Gerente do setor de mecânica	800,00
Jandir Antonio Cittadin	Responsável do setor de Pedreiro	250,00
Jesus Leonardo Brayer Pereira	Coordenador do setor de veterinária	600,00
Jonas Paulo Buzanello	Jonas do Setor da Dengue, junto a Secretaria de Saúde	250,00
Leonardo Júnior Cavallhier	Encarregado do Setor de Publicação de Contratos	330,00
Luis Gabrielli	Responsável dos Serviços Administrativos do Conselho Tutelar	250,00
Josemar Tecchio	Encarregado do setor da Junta de Serviço Militar e INCRA	330,00
Loiri Rech	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária e Ornamentação de Eventos Municipais	520,00
Marcelo Diogo Colossi	Chefe do posto do SINE	520,00
Marciane Agustini	Chefe do setor administrativo da Educação	520,00

Neudi Domingos Ber- tol	Chefe da Turma 01 de Infra- estrutura	520,00
Nilse Salete Zatta Col- le	Responsável pelos Serviços de Auxiliar de Educação	250,00
Ocedir Roque Proinelli	Chefe do setor de Cultura	520,00
Onório Pereira Chaves	Encarregado do setor de carpin- taria	330,00
Odir Antônio Von- Dentz	Chefe do Setor de Cascalha- mento	520,00
Revelino Damin	Chefe da Turma 02 de Infra- Estrutura	520,00
Rosane Dalmora Frare	Chefe do setor de Odontologia	520,00
Sirlei Maria Cason- Correa	Responsável do setor de recep- ção e protocolo	250,00

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 2.144/2011, de 28 de Junho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos apartir de 01 de Dezembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Técnico Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

Decreto Nº 2.211/2011

DECRETO Nº 2.211/2011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.076/2011 de 23 de Dezembro de 2011:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas
4.4.50.00.00.00.00.00.0104- Transf. A Inst. Privadas sem Fins
Lucr R\$ 110.550,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.010 - Saneamento Básico Rural - Funderural
4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins
Lucr R\$ 22.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - Funderural
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins
Lucr R\$ 82.500,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0110 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins
Lucr R\$ 9.781,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural - Funderural
4.4.50.00.00.00.00.00.0110 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins
Lucr R\$ 96.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 1.007 - Esportes - Investimentos Gerais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R \$
52.500,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Diretoria de Educação - Educação Especial

3.1.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público
R\$ 6.868,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público
R\$ 5.868,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0104- Transf. a Consórcio Público
R\$ 1.664,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
Projeto/Atividade 2.008 - Diretoria de Infraestrutura - Saneamento
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
12.819,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
9.781,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural - Funderural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental - Funderural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
5.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R \$
100.550,00

Superávit do Exercício Anterior: R\$ 106.281,00



Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,

Em, 23 de Dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi

Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.212/2011,

DECRETO Nº 2.212/2011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Art. 8º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0064- Aplicações Diretas	R	\$
7.861,80		

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.3.90.00.00.00.00.00.0064- Aplicações Diretas	R	\$
7.861,80		

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,

Em, 23 de Dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi

Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.214/2011

DECRETO Nº 2.214/2011, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR N. 159/2010, DE 30 DE AGOSTO DE 2010 E ESTABELECE NORMAS SOBRE AS ESTRADAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar municipal n.159, de 30 de agosto de 2010.

D E C R E T A

Art. 1º As vias públicas de domínio do Município de Lindóia do Sul, localizadas fora do perímetro urbano, passam a ser regulamentadas nos termos deste Decreto.

Parágrafo único. Vias públicas são caminhos abertos ao trânsito público, ligadas a outras.

Art. 2º Todas as vias e estradas abertas e em uso, que não sejam de domínio da União ou do Estado de Santa Catarina, constituem-se bens do Município, destinados ao uso comum do povo.

§ 1º São parte integrante das vias públicas, quaisquer obras nelas executadas.

§ 2º Faz parte da via pública, além do seu leito normal, as valas de escoamento de águas, bueiros, pontes, área ocupada com a colocação de outros equipamentos relacionados a mesma e as áreas compreendidas nos distanciamentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 3º Desde que seja respeitada a legislação de trânsito e demais normas em vigor, todos poderão transitar nas vias públicas.

Art. 4º Todos tem o dever de zelar pela adequada utilização e manutenção das vias públicas.

Art. 5º Desde que não prejudique o trânsito poderá ser autorizada a ocupação temporária de vias públicas, mediante ato específico da administração Pública.

Art. 6º A construção de bueiros, pontes, passagens, valas, alteração de leito, acesso ou qualquer ato de modificação de via pública deve ser prejudicado de autorização do Município.

Parágrafo único. É vedado qualquer construção ou forma de ocupação de via pública, nas áreas especificadas nos arts. 8º a 11.

Art. 7º A abertura de vias públicas em terrenos particulares depende de prévia autorização da administração pública Municipal.

Parágrafo único. O requerimento de autorização deverá estar acompanhado de planta elaborada por profissional da área e termo de doação da respectiva área ao município.

Art. 8º A largura mínima das vias públicas de maior tráfego na área rural do município será de 8 (oito) metros, contando-se uma distância perpendicular do seu eixo de 7 (sete) metros para ambos os lados.

Art. 9º Nenhuma via pública de tráfego na área rural terá largura inferior a 6(seis) metros, contando-se uma distância perpendicular do seu eixo de 3 (três) metros para ambos os lados.

Art. 10º Nas vias públicas de maior tráfego, de que trata o art. 8º, além da área de domínio especificada no mesmo, deverá ser respeitado uma área adjacente ou faixa "non aedificandi" de pelo menos 4 (quatro) metros, para cada lado da via pública, contados a partir da linha que define a faixa de domínio.

Art. 11º As vias públicas não abrangidos pelo art. 8º, assim como, nas situações já constituídas até a publicação deste decreto, a área "non aedificandi" será de pelo menos 2 (dois) metros, para cada lado da via pública, contados a partir da linha que define a faixa de domínio.

Art. 12º As áreas descritas nos arts. 8º e 9º são considerados

de utilidade pública do Município, para fins de uso rodoviário, as quais, juntamente com as áreas das vias públicas existentes e efetivamente ocupadas para essa finalidade, constituem área de domínio do Município de Lindóia do Sul.

Art. 13º As faixas "non aedificandi" de que tratam os arts. 8, 10 e 11 constituem-se áreas com restrição administrativa, sobre qual o proprietário particular não poderá utilizar para edificações, construções, inclusive cercas, nem o plantio de árvores ou outra vegetação.

Art. 14º De forma excepcional, as distâncias estabelecidas nos artigos antecedentes poderão ser reduzidas, quando a situação já se encontrava consolidada na entrada em vigor da Lei Complementar nº 159/2010 (art. 6º).

Art. 15º A designação de vias públicas é ato privativo do Município de Lindóia do Sul.

Art. 16º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 26 de Dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi
Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.215/2011

DECRETO Nº 2.215/2011, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.
REGULAMENTA PROGRAMAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária nº 580/2005, de 19 de outubro de 2005 e Lei Ordinária nº 1.053/2011, de 21 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Mecanização Agrícola:

I - subsídio de 70% (setenta por cento) para os serviços de terraplanagem realizados em propriedades com máquinas de propriedade do município até o limite de 50 horas de trabalho realizado;
II - subsídio de 50% (cinquenta por cento) para os serviços realizados nas propriedades rurais com máquinas de propriedade do município ou máquinas terceirizadas pelo município até o limite de 08 (oito) horas.

III - auxílio financeiro com o objetivo de participar nos gastos com terraplanagem e escavações de novas instalações de produção agropecuária no valor de 0,01 Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM por metro quadrado de área construída, cujo projeto tenha sido desenvolvido e/ou aprovado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Recuperação do Solo:

I - subsídio integral para o transporte de calcário desde o depósito municipal até a sede da propriedade rural;
II - subsídio de até 100% (cem por cento) para uma análise de solo inserida em programa prioritário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante aprovação de profissional desta secretaria

Art. 3º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do

Programa de Sementes e Mudanças:

I - subsídio para transporte de mudas florestais, no valor de R\$ 0,02 (dois centavos) por muda, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da quantidade total transportada;

II - subsídio para aquisição de mudas florestais nativas destinadas à recuperação ambiental, no valor de 50% (cinquenta por cento) do custo;

III - subsídio de até 100% (cem por cento) para sementes de hortaliças, mudas frutíferas e ornamentais desde que comprovado o relevante interesse sócio-ambiental e necessidade, atestado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e/ou Diretoria de Ação Social.

Art. 4º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Dejetos Animais:

I - subsídio de 50% (cinquenta por cento) para os serviços realizados nas propriedades rurais com máquinas de propriedade do município ou máquinas terceirizadas pelo município até o limite de 08 (oito) horas;

II - subsídio total para o transporte de substrato ou outros materiais utilizados em sistemas alternativos de tratamento de dejetos animais cuja eficácia dos mesmos seja comprovada tecnicamente.

Art. 5º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa Bovinocultura de Leite:

I - subsídio integral para inseminação artificial de bovinos, mediante o pagamento de 01 (uma) inseminação a cada 02 (duas) Notas Fiscais de inseminação apresentadas, até o limite máximo de 06 (seis) subsídios anuais;

II - subsídio integral para o transporte de mudas de espécies forrageiras destinadas à formação de pastagem perene;

III - subsídio de até 100% no custo de exames relacionados à sanidade animal, quando se tratar de casos relacionados à saúde pública desde que comprovada e/ou atestada a necessidade por profissional legalmente habilitado.

Art. 5º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Saneamento Básico Rural:

I - fornecimento de 01 (um) tubo modelo Caxambu e 01 (um) tubo de 0,80m para proteção de fonte;

II - subsídio para construção de fossa séptica, no valor de 50% (cinquenta por cento) do custo do material;

III - subsídio integral para os serviços de abertura de valas e instalação de cisternas para sistemas coletivos de captação de água;

IV - subsídio de 50% (cinquenta por cento) para os serviços de máquinas necessários para a instalação de cisternas;

Art. 6º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental:

I - fornecimento de mudas florestais nativas para a restauração da faixa ciliar e áreas de preservação permanente desde que comprovado o relevante interesse ambiental e necessidade, atestado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - fornecimento de material para a confecção de cercas para o isolamento e restauração da faixa ciliar e áreas de preservação permanente desde que comprovado o relevante interesse ambiental e necessidade, atestado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Art. 7º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Infra-Estrutura e Melhoramento das Residências Rurais e Programa de Habitação Rural:

I - subsídio integral nos serviços de terraplanagem para a construção de residências, cujo projeto de construção esteja aprovado e/ou atestada o início da construção;

II - subsídio integral para os serviços de cascalhamento das vias internas da propriedade;

III - subsídio integral para o transporte de pedra britada bruta, se

esta vier a substituir o cascalhamento das vias internas da propriedade;

IV - realização e execução do Projeto Técnico Social para projetos Habitacionais Oficiais e/ou inserido no Sistema nacional de Habitação.

Art. 8º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa Agregação de Valor:

I - subsídio integral para serviços de terraplanagem para instalação de agroindústrias no meio rural e para a implantação dos respectivos sistemas de tratamento de efluentes;

II - Concessão para uso de equipamentos para agroindústrias familiares inseridas em sistema associativo e cujo projeto tenha sido desenvolvido e/ou aprovado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - incentivo em dinheiro para aquisição de material de construção a ser adquirido pelo Município, e posterior doação para a construção de agroindústrias familiares inseridas em sistema associativo e cujo projeto tenha sido desenvolvido e/ou aprovado por profissional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e mediante homologação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 9º As despesas para execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 9º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de dezembro de 2011.

Art. 10 Revogam-se os decretos nº 1.372/20055, 1.514/2006 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 26 de Dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi
Técnico Administrativo

Decreto Nº 2.217/2011

DECRETO Nº 2.217/2011, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA PROGRAMAS MUNICIPAIS DE MELHORAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária nº 1.025/2011, de 18 de agosto de 2011

DECRETA

Art. 1º Os seguintes incentivos serão oferecidos no âmbito do Programa de Saneamento Básico:

I - subsídio para construção de fossa séptica, no valor de até 50% (cinquenta por cento) do custo do material, comprovada a necessidade e atestada por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo Único. O subsídio especificado no Art. 1º será concedido mediante a comprovação das seguintes condições:

I - proprietário de um único imóvel no Município ou fora dele e que o utilize como residência unifamiliar, cujo rendimento dos seus ocupantes seja igual ou inferior a dois salários mínimos mensais.

Art. 2º As despesas para execução do presente Decreto correrão

à conta do orçamento vigente.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de dezembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 27 de Dezembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi
Técnico Administrativo

Macieira

PREFEITURA

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

2º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0015/2010. Contrato de aditamento nº 33/2011. Processo Licitatório nº 0013/2010. Pregão Presencial nº 0002/2010. Objeto: Prorrogação de prazo e alteração de trajeto para contratação de serviços de transportes escolar na Linha Alto Santo Antônio, destinado ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2012. Contratada: NATALINA DOS SANTOS ME. Prazo: 31/12/2012. Valor por km rodado: R\$ 2,22. Quilometragem diária: Aproximadamente 125 km.

Macieira, 29 de dezembro de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0019/2011. Contrato de aditamento nº 34/2011. Processo Licitatório nº 0008/2011. Pregão Presencial nº 0003/2011. Objeto: Prorrogação de prazo e alteração de trajeto para contratação de serviços de transportes escolar na Linha Tombini, destinado ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2012. Contratada: NATALINA DOS SANTOS ME. Prazo: 31/12/2012. Valor por km rodado: R\$ 2,22. Quilometragem diária: Aproximadamente 145 km.

Macieira, 29 de dezembro de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0005/2011. Contrato de aditamento nº 35/2011. Processo Licitatório nº 0002/2011. Pregão Presencial nº 0001/2011. Objeto: Prorrogação de prazo e alteração de trajeto para contratação de serviços de transportes

escolar na Linha KM 48, destinado ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2012. Contratada: ALAIA NE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. Prazo: 31/12/2012. Valor por km rodado: R\$ 2,20. Quilometragem diária: Aproximadamente 155 km.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde. 1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0004/2011. Contrato de aditamento nº 14/2011. Processo Licitatório nº 0002/2011. Pregão Presencial nº 0001/2011. Objeto: Prorrogação de prazo para contratação e realização de serviços de exames laboratoriais com coleta, fornecimento de material e resultados, destinado ao atendimento dos munícipes na sede e km 30 para 2012, conforme descrições do termo de aditamento e contrato original. Contratada: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA. Prazo: 31/12/2012.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

2º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0028/2010. Contrato de aditamento nº 36/2011. Processo Licitatório nº 0020/2010. Dispensa de Licitação nº 0001/2010. Objeto: Prorrogação de prazo para Locação de imóvel para destinação de sala de costura para formação de capacitação, conforme descrições do termo de aditamento e contrato original. Contratado: ADAÉRCIO LOCATELLI. Prazo: 31/12/2012. Valor mensal: R\$ 374,00.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. 2º aditamento ao Contrato Administrativo nº. 0010/2010. Aditamento nº 37/2011. Processo licitatório nº 0009/2010. Convite nº 0007/2010. Objeto: Prorrogação de prazo para Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria no E-sfinge e E-sfinge Obras. Contratada: INSTITUTO FAEE S/C LTDA. Prazo: 31/12/12. Valor total do contrato: R\$ 24.000,00.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Aditamento de Contrato

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0049/2011. Contrato de aditamento nº 38/2011. Processo Licitatório nº 0029/2011. Dispensa de Licitação nº 0002/2011. Objeto: Prorrogação de prazo para Locação de imóvel para destinação de funcionamento de futuro museu e armazenamento de peças antigas, conforme descrições do termo de aditamento e contrato original. Contratado: NELSON ANTÔNIO CAMPAGNIM. Prazo: 31/12/2012. Valor mensal: R\$ 480,00 mensal.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Edital de CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES PARA 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, por este instrumento convoca todos os inscritos em seu cadastro para efetivarem a atualização dos já existentes, sito a Rua José Augusto Royer, Centro - CEP 89.518-000 - Macieira. Fica igualmente facultado aos demais interessados a possibilidade de cadastrar-se, conforme previsto na Lei Federal nº 8666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores. I - DO OBJETO: O PRESENTE Edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e atualizações dos já inscritos no cadastro de fornecedores do Município de Macieira, para que as empresas cadastradas possam participar de futuras licitações e Contratos na Prefeitura Municipal de Macieira.

II - DA DOCUMENTAÇÃO: Será exigido dos interessados para que comprove a habilitação, exclusivamente, documentação relativa:

- A) HABILITAÇÃO JURÍDICA;
- B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA;
- C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- D) REGULARIDADE FISCAL;

A) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

I - Cédula de identidade. II - Registro Comercial, no caso de empresa individual. III - Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades comerciais, e, no caso de Sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício. V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente: II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Para o fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público. Dependendo da complexidade da licitação poderão ser feitas outras exigências contidas no Art. 30 da Lei 8.666/93 atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores.

C) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

I - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação; II - Certidão negativa de falência ou concordata de pessoa física. (Dependendo da complexidade da Licitação, poderão ser feitas outras exigências contidas no Art. 31 Da Lei 8.666/93 suplementada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores).

D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO REGULARIDADE FISCAL

I - Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ):

II - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:

III - Prova de Regularidade, para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei; IV - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; V - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no recolhimento dessa obrigação. Os documentos não originais deverão estar autenticados por Tabela de Notas ou acompanhados dos originais para autenticação no setor de licitações.

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As inscrições estarão permanentemente abertas a todos os interessados.

Os interessados deverão solicitar pelo fone (49) 3574-2000 ou fax, ou ainda, pelo correio eletrônico, a folha de cadastro, que deverá retornar preenchida e assinada, acompanhada dos documentos solicitados no item nº. II DA DOCUMENTAÇÃO, do presente Edital, para que o Cadastro possa ser efetivado e posteriormente, possa se dar a emissão do Certificado de Registro Cadastral.

Macieira, 30 de dezembro de 2011.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Decreto n.º 079/2011

DECRETO n.º 079/2011

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

D E C R E T A R

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, das 07:00 horas às 13:00 horas, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, de Segunda à Sexta-feira, exceto os motoristas da saúde e educação, os funcionários responsáveis pela coleta do lixo e os funcionários que atuam nas escolas.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as demais disposições em contrário, em especial o Decreto nº 068/2011.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 440/2011

PORTARIA n.º 440/2011

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais do magistério relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, de acordo com o período aquisitivo.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 440/2011

NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Adair Zanelatto	315
Albina Gomes de Carvalho	1228
Ana Lucia Pereira Carradore	154
Ana Paula de Luca Vieira	96
Andrei Visentin Maffioletti	954
Andréia de Cezaro C Pasini	359
Andréia Duarte de Oliveira	597
Andreia da Rocha G. Felisberto	358
Ângela Maria V De Luca	139
Clari de Sousa Marcelino	905
Clarice de Souza M. Bristot	46
Claudia Casagrande Gonçalves	142
Cleimar Mota	1029
Cleonice G Pasini Piazza	132
Cristiane Albano Meister	1059
Daniela Benedet Pasini	356
Dulcineia Martins B Machado	63

Edeneia Menegon	300
Edilênia Macarini Frezza Ronchi	1189
Edna Aparecida S. Silverio	348
Edson de Oliveira Claro	714
Eleiza Presa M Dordete	720
Eleiza Presa M Dordete	454
Eliane Alexandre C. Pirola	287
Fábia Roberta P. Mendonça	115
Gracia Vanilda M Schimitis	47
Geovani Scarabelot Hubbe	1033
Herminia Maria B. Simon	470
Ilenio Baesso	464
Iraci da Glória Silva	471
Ivanir Antunes Cardoso	347
Ivonete Minato	143
Ivonete Salvador Cardoso	897
Ivonir de Oliveira Bristot	461
Izabel Matias Carminati	67
Jadna P Martinello	100
Jane Zanette Fernandes	286
Jania Cleide Z. Lodete	452
NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Jerson da Silva Mota	146
Jorge Luiz Carvalho Coral	456
Jose Francisco Merencio	144
Jucivan dos Santos de Jesus Marques	1184
Katiucia Carradore Squizzato	468
Kétny Mezzari Cibien	460
Lea Sonia P Berkenbrock	78
Lenir Antunes C Nola	76
Lenir Bordignon Fernandes	725
Leoni Albano	1183
Lidia Rosso Feghera	159
Lilian Isana G. Rocha Oenning	791
Lucia Mota de Oliveira	133
Luciana Despacina Amboni	44
Lucilena Zavariz	723
Lucemar Coral de Souza	734
Márcia Aparecida D da Rocha	107
Margarida Zeferino Gomes	161
Maria Adriana D. Trento	280
Maria de Fátima da Boit	339
Maria de Fátima M. Pagnan	727
Maria de L Dal Pont Colombo	80
Maria de Lourdes B. Bordignon	42
Maria Eliane Tomazzia	69
Maria Paulino Sipinski	284
Maria Rosangela B Dal Pont	349
Maria Tereza Albano	712
Marisa Arlete Milanez	288
Marisa de Luca Piazza	152
Marlene Aléssio Zanelatto	352
Marli da Silva Mafioleti	726
Melissa Boeira Zapala	1223
Michelia Fabris Fernandes	465
Nair de Loudes da Silva Baesso	721
Nilza Tomaz Tezza	138
Patrícia Matheos Miguel	340
Paula Beatriz Conti Réus	724

Paula Maragno	455
Paulina Scarabelot Macarini	316
Raquel Tiscoski Pasini	469
NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Rogéria Laurindo	1025
Rosane Bristot Piazza	285
Rosilane de B. M. Magagnin	1190
Rosangela Ramos Pereira	553
Rosimeri Ostetto Minatto	77
Rosineia da Silva Tomazi	993
Rosineia D. A Fernandes	531
Rosinha de Souza Alexandre	171
Rozane Pirolla Motta	357
Scheila Serafim F Freitas	722
Sidnei Schwartz	360
Solange Teresinha de Figueiredo	992
Sonia Elzi Sartori Manfredini	101
Sonir Bordignon Scarabelot	344
Tânia Regina Piazza Rossi	59
Tatiana Amboni	1247
Vanderleia De Luca Antunes	37
Vanderleia Pirola Ise	135
Vanessa Delair T Scarabelot	103
Vera Lucia Ronzani Correa	104
Zenir Lodete Stradioto	462
Zuleide Polla	97

Meleiro, 29 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Contrato PÚBLICO Administrativo de EXECUÇÃO de SERVIÇOS de MANUTENÇÃO da ILUMINAÇÃO PÚBLICA de MONTE CARLO-SC Nº 62/2011.

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE MONTE CARLO-SC nº 62/2011.

OBETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PUBLICA DE MONTE CARLO-SC, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, que fazem entre si, o Município de Monte Carlo, com sede à Rodovia SC 456 Km 15, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, neste ato denominado CONTRATANTE e a empresa ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME, localizada na Rua Candida Correa Becker, 306 - Centro na Cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.446.363/0001-71, neste ato representada pela sua titular a Sra. Andressa Paula de Souza, doravante denominado



CONTRATADA e o, mediante as seguintes cláusulas:

As despesas decorrentes deste contrato enquadraram-se Dotação Orçamentária de 2012, conforme parecer contábil em anexo ao processo, COMO SEGUE:

09.01 2.028 3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (DOZE) meses, iniciando-se em 02/01/2012 e findando em 31/12/2012, se não houver manifestação de rescisão por nenhuma das partes, podendo ser prorrogado por mais um período, caso haja necessidade devidamente justificada.

O valor do presente contrato é de R\$ 1200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, sem qualquer reajuste.

Parágrafo único. Os pagamentos de que trata a Cláusula Quarta serão efetuados dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da entrega do objeto, mediante emissão de nota fiscal, AS QUAIS DEVERÃO VIR ACOMPANHADA DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, INSS E FGTS.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor.

Monte Carlo, 28 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME

Andressa Paula de Souza
CONTRATADA

3º Termo Aditivo Concurso 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CONCURSO PÚBLICO 002/2011

EDITAL Nº 007/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 3º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 005/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

ONDE SE LÊ:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 11 de janeiro de 2012, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC.

LEIA-SE:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 01 de fevereiro de 2012, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC ou via depósito identificado na Conta Conta 194.042-2 – Agência 1387-0, juntamente com a ficha de inscrição contida no anexo IV, que deverá ser encaminhada com todos os dados preenchidos conforme as orientações contidas na Ficha, juntamente com o comprovante do depósito e enviada via correio com Aviso de Recebimento-AR, devendo chegar a Prefeitura Municipal imprerivelmente até 01 de fevereiro de 2012, sob pena de não ser homologada a inscrição.

INCLUIR:

2.3.1.1. Não será fixada data limite para postagem da ficha de

inscrição com depósito identificado pois os prazos de entrega dos correios variam dependendo da região do país, portanto é atribuição do candidato fazer com esta chegue a Prefeitura Municipal de Monte Carlo até a data limite de 01 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

2.3.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos pessoais para preenchimento da ficha de inscrição, juntamente com uma foto 3 x 4 recente,. No ato da inscrição não será exigido o comprovante de escolaridade, com fundamento na Súmula 266 do STJ, no entanto fica o candidato ciente de que a escolaridade deverá ser comprovada na data da posse, sob as penas da lei.

LEIA-SE:

2.3.2. No ato da inscrição realizada no paço municipal o candidato deverá apresentar os documentos pessoais para preenchimento da ficha de inscrição, juntamente com uma foto 3 x 4 recente, para os depósitos identificados será necessário juntar cópia autenticada de um documento oficial com foto. No ato da inscrição não será exigido o comprovante de escolaridade, com fundamento na Súmula 266 do STJ, no entanto fica o candidato ciente de que a escolaridade deverá ser comprovada na data da posse, sob as penas da lei.

ONDE SE LÊ:

2.3.4. A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário.

LEIA-SE:

2.3.4. A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário. Para os casos de depósito identificado, este deverá ser juntado à ficha de inscrição.

ONDE SE LÊ:

2.3.6. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

LEIA-SE:

2.3.6. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição, se optar pela inscrição realizada in loco, ou por meio de depósito identificado, em formulário próprio disponível neste edital no anexo IV, devendo ser enviado via correio com Aviso de Recebimento-AR em prazo hábil para que sejam homologadas as inscrições, ou seja, até 01 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 11 de janeiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

LEIA-SE:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme

modelo constante do Anexo I.

ONDE SE LÊ:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 12 de janeiro de 2012.

LEIA-SE:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 02 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 15 de janeiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

LEIA-SE:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 05 de fevereiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

INCLUIR:

ANEXO IV - FICHA DE INSCRIÇÃO

(Para os optantes da inscrição por meio de depósito identificado)

NOME		SEXO	
		Masculino	
		Feminino	
DATA DE NASCIMENTO	CPF	IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR
ENDEREÇO (avenida/rua/travessa)		NÚMERO	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP
TELEFONE FIXO	CELULAR	E-MAIL	
ESCOLARIDADE	CARGO		
PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL		DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE ESPECIAL	
SIM NÃO			

* A Taxa de Inscrição deve ser paga mediante depósito identificado junto ao Banco do Brasil, em favor de:

Prefeitura Municipal Monte Carlo Agência n. 1387-0 - Banco Brasil

Conta corrente n. 194.042-2

Identificador:

Nome e CPF do candidato

* Valores:

Nível Fundamental

R\$ 40,00

Nível Médio

R\$ 70,00

Nível Superior

R\$ 100,00

* Inscrições vinculadas a pagamento por cheque somente serão homologadas mediante a compensação do mesmo.

TAXA DE INSCRIÇÃO*

Declaro ter lido e concordado com os termos do Edital n. 05/2011, suas alterações e demais publicações que compõem o regulamento do Concurso Público do Município de Monte Carlo, estando ciente de todos os prazos, condições e requisitos atinentes ao mesmo. Declaro ainda, serem verdadeiras as informações prestadas neste documento. Declaro por fim, que estou apto(a) a participar do Concurso Público n. 001/2011, do Município de Monte Carlo.

(ASSINATURA DO CANDIDATO)

_____, ____/____/20____.

(LOCAL E DATA)

Anexar à ficha de inscrição foto 3x4 recente e cópia autenticada de documento com foto (itens 2.3.2 do Edital)

Monte Carlo, 29 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Concurso 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CONCURSO PÚBLICO 001/2011

EDITAL Nº 005/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 3º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 005/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

ONDE SE LÊ:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 11 de janeiro de 2012, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC.

LEIA-SE:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia

23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 01 de fevereiro de 2012, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC ou via depósito identificado na Conta Conta 194.042-2 – Agência 1387-0, juntamente com a ficha de inscrição contida no anexo IV, que deverá ser encaminhada com todos os dados preenchidos conforme as orientações contidas na Ficha, juntamente com o comprovante do depósito e enviada via correio com Aviso de Recebimento-AR, devendo chegar a Prefeitura Municipal imprerivelmente até 01 de fevereiro de 2012, sob pena de não ser homologada a inscrição.

INCLUIR:

2.3.1.1. Não será fixada data limite para postagem da ficha de inscrição com depósito identificado pois os prazos de entrega dos correios variam dependendo da região do país, portanto é atribuição do candidato fazer com esta chegue a Prefeitura Municipal de Monte Carlo até a data limite de 01 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

2.3.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos pessoais para preenchimento da ficha de inscrição, juntamente com uma foto 3 x 4 recente,. No ato da inscrição não será exigido o comprovante de escolaridade, com fundamento na Súmula 266 do STJ, no entanto fica o candidato ciente de que a escolaridade deverá ser comprovada na data da posse, sob as penas da lei.

LEIA-SE:

2.3.2. No ato da inscrição realizada no paço municipal o candidato deverá apresentar os documentos pessoais para preenchimento da ficha de inscrição, juntamente com uma foto 3 x 4 recente, para os depósitos identificados será necessário juntar cópia autenticada de um documento oficial com foto. No ato da inscrição não será exigido o comprovante de escolaridade, com fundamento na Súmula 266 do STJ, no entanto fica o candidato ciente de que a escolaridade deverá ser comprovada na data da posse, sob as penas da lei.

ONDE SE LÊ:

2.3.4. A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário.

LEIA-SE:

2.3.4. A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário. Para os casos de depósito identificado, este deverá ser juntado à ficha de inscrição.

ONDE SE LÊ:

2.3.6. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

LEIA-SE:

2.3.6. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição, se optar pela inscrição realizada in loco, ou por meio de depósito identificado, em formulário próprio disponível neste edital no anexo IV, devendo ser enviado via correio com Aviso de Recebimento-AR em prazo hábil para que sejam homologadas as inscrições, ou seja, até 01 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por

intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 11 de janeiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

LEIA-SE:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

ONDE SE LÊ:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 12 de janeiro de 2012.

LEIA-SE:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 02 de fevereiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 15 de janeiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

LEIA-SE:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 05 de fevereiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

INCLUIR:

ANEXO IV - FICHA DE INSCRIÇÃO

(Para os optantes da inscrição por meio de depósito identificado)

NOME		SEXO	
		Masculino	
		Feminino	
DATA DE NASCIMENTO	CPF	IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR
ENDEREÇO (avenida/rua/travessa)		NÚMERO	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP
TELEFONE FIXO		CELULAR	E-MAIL
ESCOLARIDADE	CARGO		

PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE ESPECIAL
SIM	NÃO
	<p>* A Taxa de Inscrição deve ser paga mediante depósito identificado junto ao Banco do Brasil, em favor de:</p> <p>Prefeitura Municipal Monte Carlo</p> <p>Agência n. 1387-0 - Banco Brasil</p> <p>Conta corrente n. 194.042-2</p> <p>Identificador:</p> <p>Nome e CPF do candidato</p> <p>* Valores:</p> <p>Nível Fundamental</p> <p>R\$ 40,00</p> <p>Nível Médio</p> <p>R\$ 70,00</p> <p>Nível Superior</p> <p>R\$ 100,00</p> <p>* Inscrições vinculadas a pagamento por cheque somente serão homologadas mediante a compensação do mesmo.</p>
TAXA DE INSCRIÇÃO*	
<p>Declaro ter lido e concordado com os termos do Edital n. 05/2011, suas alterações e demais publicações que compõe o regulamento do Concurso Público do Município de Monte Carlo, estando ciente de todos os prazos, condições e requisitos atinentes ao mesmo. Declaro ainda, serem verdadeiras as informações prestadas neste documento. Declaro por fim, que estou apto(a) a participar do Concurso Público n. 001/2011, do Município de Monte Carlo.</p>	
<p>_____ (ASSINATURA DO CANDIDATO)</p> <p>_____, ____/____/20____.</p> <p>(LOCAL E DATA)</p>	
<p>Anexar à ficha de inscrição foto 3x4 recente e cópia autenticada de documento com foto (itens 2.3.2 do Edital)</p>	

Monte Carlo, 16 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Revoga o Decreto n.º 570 de 06 de abril de 2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 652 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
REVOGA O DECRETO N.º 570 DE 06 DE ABRIL DE 2009

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe

confere o art. 60, III, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os princípios da impessoalidade, da legalidade e da moralidade, previstos no artigo 37, § 1.º da Constituição Federal,
CONSIDERANDO a vedação prevista no art. 1.º da lei federal 6454/77, e o art. 73, II da Lei Complementar 057 de 22 de julho de 2008, que veda a atribuição de nome de pessoa viva a bem público,
CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta n.º 0001/2011, firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina,
DECRETA:
Art. 1.º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n.º 570 de 06 de abril de 2009, que muda denominação de educandário que especifica.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de dezembro de 2011.

Jonas de Souza
Secretário De Administração E Logística

Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

PREFEITURA DE NAVEGANTES
Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

O Município de Navegantes através do Departamento de Compras e Licitações torna público que está convocando a partir do dia 02 de janeiro de 2012, nos dias úteis, no horário de expediente normal das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 Horas, a todos os interessados, de conformidade com o art. 34 da Lei 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis, que se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder o Certificado de Registro Cadastral no Município como fornecedor e/ou Prestador de Serviço da Administração Pública Municipal. A relação dos documentos ou demais informações encontram-se a disposição para retirada pelos interessados por e-mail: daiane.cristina@navegantes.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações, situado a rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes/SC. fone: (47) 3342 9500 e Fax (47) 3342 9530.

Navegantes/SC, 30 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

PREFEITURA DE NAVEGANTES
Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

O Município de Navegantes através do Departamento de Compras e Licitações torna público que está convocando a partir do dia 02 de janeiro de 2012, nos dias úteis, no horário de expediente normal das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 Horas, a todos os interessados, de conformidade com o art. 34 da Lei 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis, que se encontra

aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder o Certificado de Registro Cadastral no Município como fornecedor e/ou Prestador de Serviço da Administração Pública Municipal. A relação dos documentos ou demais informações encontram-se a disposição para retirada pelos interessados por e-mail: daiane.cristina@navegantes.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações, situado a rua João Emilio, 100 - Centro - Navegantes/SC. fone: (47) 3342 9500 e Fax (47) 3342 9530.

Navegantes/SC, 30 de dezembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do Resultado Julgamento DAS PROPOSTAS PL Nº 063/2011

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2011 - CARTA CONVITE Nº 022/2011-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação do Trator de Esteiras Nº 48 e do Rolo Compactador nº 25, que apresentaram problemas, sendo necessário o seu conserto para continuidade dos serviços, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo I (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório, QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentado a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA, a seguinte licitante: TORNEARIA E METALURGICA DOSSA LTDA, para o Lote nº 01, com valor de R\$ 5.435,10 (Cinco mil, quatrocentos e trinta cinco reais e dez centavos), para o Lote nº 02, com valor de R\$ 8.258,40 (Oito mil, duzentos e cinqüenta oito reais e quarenta centavos), totalizando o valor global de R\$ 13.693,50 (Treze mil, seiscentos e noventa três reais e cinqüenta centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 29 de Dezembro de 2.011.

Comissão Permanente de Licitação

Extrato Resultado Julgamento HABILITAÇÃO do PL Nº 063/2011

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2011 - CARTA CONVITE Nº 022/2011-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação do Trator de Esteiras Nº 48 e do Rolo Compactador nº 25, que apresentaram problemas, sendo necessário o seu conserto para continuidade dos serviços, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo I (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório, QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: TORNEARIA E METALURGICA DOSSA LTDA, MECÂNICA E AUTO PEÇAS ANGEVAL LTDA, CATARINENSE MANUTENÇÃO LTDA-ME, as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará

nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 29 de Dezembro de 2.011.

Comissão Permanente de Licitação

Passo de Torres

PREFEITURA

Anexo Lei Complementar 009/2011

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL -

SDS

Paulo Roberto Barreto Bornhausen

Secretário de Estado

DIRETORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Daniel Casarin Ribeiro

Diretor

GERÊNCIA DE DRENAGEM URBANA, ÁGUA E ESGOTO

Thays Saretta Sulzbach

Gerente

GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Claudio Caneschi

Gerente

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Bruno Henrique Beilfuss

Catiusia Gabriel

Daniel Danielli

Eduardo Sartor Scangarelli

Frederico Gross

Livia Ceretta

Maureen Albina Gonçalves

Milton Aurélio Uba de Andrade Junior

Robson Ávila Wolff

Stevens Spagnollo

Solano Andreis

Victor Speck

Analistas Téc. em Gestão do Desenvolvimento Econômico Sustentável

EQUIPE TÉCNICA DA CONCREMAT

Coordenador Geral

Celso Silveira Queiroz

Engº. Civil

Coordenadores da Equipe Especializada em Água e Esgoto

Ivanildo de Araújo Calheiros

Engº. Civil e Sanitarista

José Alcure Neto

Engº. Civil

Márcio Junqueira de Oliveira

Engº. Civil

Especialista em Resíduos Sólidos

Antonio Cosme Iazzetti D'Elia

Engº. Civil

Especialista em Drenagem Urbana

Lidiane Souza Gonçalves

Engº. Civil

EQUIPE DE APOIO**Ediane Rosa - Coordenador Geral**

Engº. Sanitarista e Ambiental

Andressa Ferreira - Especialista em Água e Esgoto

Engº. Sanitarista

Marinela Galvão - Especialista em Água e Esgoto

Engº. Sanitarista

Wilson dos Santos Rocha - Especialista em Água e Esgoto

Engº. Civil

Lívia Maria Ribeiro de Souza - Especialista em Resíduos Sólidos

Engº. Civil

Ricardo Ângelo Dal Farra - Especialista em Drenagem Urbana

Engº. Agrícola

Alexandre José Viveiros da Costa

Engº. Civil

Deisy Maria Andrade Batista

Engº. Civil

Paulo Edgard Fiamenghi

Engº. Civil

Walmor José Prudêncio

Arquiteto e Urbanista

Nara Raquel Alves Gocks

Advogada

Regina M. H. Watanabe

Técnico em Obras Hidráulicas



APRESENTAÇÃO

Saneamento básico é definido como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, como descreve a Lei Federal nº 11.445/07. Esses serviços são essenciais para que seja possível atingir o bem estar social, ampliando assim a qualidade de vida das pessoas.

Destaca-se que a universalização do saneamento básico foi assumida como um compromisso de toda a sociedade brasileira, conforme a Lei 11.445/2007, que ao mesmo tempo aponta para um importante esforço de reforma institucional que envolve governos, prestadores de serviços, indústrias, agentes financeiros e a sociedade por meio de suas organizações e dos canais de participação. Este esforço se manifesta na busca da prestação de um serviço de melhor qualidade, por meio da reorganização e do fortalecimento institucional das atividades de gestão, planejamento, regulação, fiscalização, prestação de serviços e controle social.

Dentro deste contexto, o presente trabalho, objeto do contrato firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina e a Concremat Engenharia e Tecnologia S.A constitui-se na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB de 18 municípios do Estado de Santa Catarina, conforme previsto na Lei Federal nº. 11.445/07, e em conformidade com o Edital de Chamamento nº. 005/2009, emitido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Os 18 municípios contemplados são: Armazém, Ermo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Grão - Pará, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Pedras Grandes, Praia Grande, Rio Fortuna, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, São Martinho, Timbé do Sul, Treviso e Treze de Maio.

Objetiva-se através deste trabalho demonstrar formas de planejamento das ações de saneamento com a participação popular, atendendo aos princípios da política nacional de saneamento básico. Seguindo tais preceitos, os Planos Municipais de Saneamento Básico vem sendo desenvolvidos, observando-se nove fases de execução, sendo elas:

FASE I Processo de participação da sociedade na elaboração do plano;

**Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres**

- FASE II Diagnóstico da situação do saneamento e de seus impactos nas condições de vida da população;
- FASE III Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento;
- FASE IV Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;
- FASE V Ações para emergências e contingências;
- FASE VI Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- FASE VII Elaboração do Sistema de Informações do Plano de Saneamento;
- FASE VIII Elaboração da Versão Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- FASE IX Elaboração da Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico e documento do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico.

No presente relatório constam os resultados obtidos na Fase VIII, que trata sobre a versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Passo de Torres.



LISTA DE SIGLAS

AGESC: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Santa Catarina

AMUREL: Associação dos Municípios da Região de Laguna

APP: Área de Proteção Permanente

ARIS: Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico

BDI: Bonificação de Despesas Indiretas

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento

CASAN: Companhia Catarinense de Água e Saneamento

CDP: Condicionantes Deficiências e Potencialidades

CEF: Caixa Econômica Federal

DBO: Demanda Bioquímica de Oxigênio

EE: Estação Elevatória

EEAB: Estação Elevatória de Água Bruta

EEAT: Estação Elevatória de Água Tratada

EEE: Estação Elevatória de Esgotos

EPI: Equipamento de Proteção Individual

ETA: Estação de Tratamento de Água

ETE: Estação de Tratamento de Esgoto

GE: Grupo Executivo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP/DI: Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna

IPT/CEMPRE: Instituto de Pesquisas Tecnológicas/Compromisso Empresarial para Reciclagem

IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano

ISA: Índice de Salubridade Ambiental

LP: Ligação Predial

MS: Ministério da Saúde

NBR: Norma Brasileira

OGU: Orçamento Geral da União

PM: Prefeitura Municipal

PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico

PNRS: Plano Nacional de Resíduos Sólidos

RH: Região Hidrográfica

RSS: Resíduo de Serviço de Saúde



SAA: Sistema de Abastecimento de Água

SDS: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

SES: Sistema de Esgotamento Sanitário

SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SST: Sólidos Suspensos Totais

VPL: Valor Presente Líquido



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Organograma da estrutura administrativa da prefeitura de Passo de Torres...	17
Figura 2 -	Barragem de Captação – Córrego Estiva do Rodrigues	22
Figura 3 -	Ponteiras de captação do SAA Sede.....	22
Figura 4 -	Desenho Esquemático da ETA Sede	22
Figura 5 -	Leito de Secagem do lodo da ETA Sede	23
Figura 6 -	Reservatório elevado do SAA Sede	23
Figura 7 -	Desenho Esquemático da ETA Bellatorres	24
Figura 8 -	Reservatório elevado do SAA Bellatorres	24
Figura 9 -	Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Abastecimento de Água	36
Figura 10 -	Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Esgotamento Sanitário ...	36
Figura 11 -	Cronograma das Ações para o Sistema Sede Bellatorres de Abastecimento de Água	37
Figura 12 -	Cronograma das Ações para o Sistema Belattores de Esgotamento Sanitário .	37
Figura 13 -	Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Abastecimento de Água	38
Figura 14 -	Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Esgotamento Sanitário	38
Figura 15 -	Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro SANTEC	61
Figura 16 -	Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro Municipal	61
Figura 17 -	Cronograma das Ações para os Serviços de Drenagem Urbana.....	77
Figura 18 -	Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Exclusivamente Municipal.	94
Figura 19 -	Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Parcialmente Municipal....	94
Figura 20 -	Interface do programa ArcExplorer e apresentação de janela de consulta dos dados sobre Planos e Ações	113



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estimativa da população em 2009	18
Tabela 2. Projeção Populacional	19
Tabela 3. Dados e Unidades Operacionais Principais dos SAAs Públicos	21
Tabela 4. Cumprimento a Legislação de Outorga de Captação e Licenças Ambientais da ETA dos Sistemas Públicos	21
Tabela 5. Índices de Avaliação Operacional.....	25
Tabela 6. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Água e Esgoto	27
Tabela 7. Cenário Normativo para os SAAs Sede e Bellatorres	28
Tabela 8. Cenários de Demandas para os Serviços de Esgotamento Sanitário	29
Tabela 9. Critérios de cálculo para projeção de demandas para os sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	30
Tabela 10. Demandas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	31
Tabela 11. Projeção de Ligações, Extensão de Rede e Número de Fossa-Filtro_Sumidouro para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário ...	32
Tabela 12. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Sede	33
Tabela 13. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Bellatorres	34
Tabela 14. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistemas Individuais	34
Tabela 15. Custos Específicos do Sistema Esgotamento Sanitário.....	41
Tabela 16. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água – SAA Sede	43
Tabela 17. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água – SAA Bellatorres	43
Tabela 18. Fluxo de Caixa Projetado para SES Sede – Cenário de Recursos Onerosos..	44
Tabela 19. Fluxo de Caixa Projetado para SES Sede – Cenário de Recursos Não Onerosos	44
Tabela 20. Fluxo de Caixa Projetado para SES Bellatorres – Cenário de Recursos Onerosos	45
Tabela 21. Fluxo de Caixa Projetado para SES Bellatorres – Cenário de Recursos Não Onerosos	45
Tabela 22. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	46



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 23. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	48
Tabela 24. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	50
Tabela 25. Diretrizes para a Elaboração do Plano de Racionamento.....	51
Tabela 26. Quantidade de Caminhões Pipa necessários	52
Tabela 27. Tipos de Resíduos produzidos no município de Passo de Torres e respectivos órgãos responsáveis por seu gerenciamento.....	54
Tabela 28. - Empresas Terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Passo de Torres.....	54
Tabela 29. População Atendida x Quantidade de Resíduos Produzido em 2009	55
Tabela 30. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Resíduos Sólidos	56
Tabela 31. Quantidade de Resíduos a Serem Coletados Conforme Meta de Cobertura Estabelecida para o Município (ton/mês)	58
Tabela 32. Intervenções para os Serviços de Resíduos Sólidos	59
Tabela 33. Metas do Cenário Normativo para Resíduos Sólidos.....	60
Tabela 34. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – utilização do aterro sanitário da SANTEC.....	63
Tabela 35. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – disposição final individual ou consorciada	63
Tabela 36. Despesas em coleta e disposição final e depreciação dos equipamentos	64
Tabela 37. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	65
Tabela 38. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	66
Tabela 39. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	67
Tabela 40. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Drenagem Urbana	72
Tabela 41. Intervenções para os Serviços de Drenagem Pluvial.....	74
Tabela 42. Metas do Cenário Normativo de Drenagem Urbana	75
Tabela 43. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais	79
Tabela 44. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	80
Tabela 45. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	81



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 46. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Sistema de Drenagem e suas possíveis causas	83
Tabela 47. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços	85
Tabela 48. Programas de Ações Intercetoriais e de Educação Sanitária Ambiental	89
Tabela 49. Programas de Inclusão Social	90
Tabela 50. Organograma de Integração dos Entes Envolvidos	92
Tabela 51. Hierarquização dos Serviços de Saneamento Básico	95
Tabela 52. Projeção do Índice de Salubridade Ambiental para 2014, 2019 e 2025 e suas Principais Metas.	98
Tabela 53. Diretos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico.....	101
Tabela 54. Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico	102
Tabela 55. Procedimentos de Avaliações dos indicadores dos Serviços de Saneamento Básico	103
Tabela 56. Alternativas para delegação dos entes responsáveis para realização das ações dos instrumentos	107
Tabela 57. Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico .	108



SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	15
1.1. Aspectos ambientais e socioeconômicos	15
1.2. Aspectos Institucionais e Legais.....	17
1.3. Projeção Populacional.....	18
2. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO ...	20
2.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	20
2.1.1. Abastecimento de Água	20
2.1.2. Esgotamento Sanitário.....	25
2.1.3. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	26
2.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização..	27
2.2.1. Projeções e Demandas.....	30
2.2.2. Metas	33
2.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	35
2.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira dos Serviços	39
2.4. Ações para Emergências e Contingências	46
2.4.1. Ações preventivas de contingências	46
2.4.2. Ações de emergência	47
2.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de racionamento e aumento de demanda temporária	51
2.4.4. Estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços	52
3. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	54
3.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	54
3.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	56
3.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização..	56
3.2.1. Projeções e Demandas.....	57
3.2.2. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço	59



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



3.2.3. Metas	59
3.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	60
3.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira	62
3.4. Ações para Emergências e Contingências	65
3.4.1. Ações preventivas de contingências	65
3.4.2. Ações de emergência	66
3.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de aumento de demanda temporária	68
4. SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	69
4.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	69
4.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	72
4.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização.. ..	73
4.2.1. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço	73
4.2.2. Metas	75
4.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	76
4.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira	78
4.4. Ações para Emergências e Contingências	80
4.4.1. Ações preventivas de contingências	80
4.4.2. Ações de emergência	80
5. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	84
5.1. Objetivos do Plano para os Serviços	84
5.2. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços	85
6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	88
6.1. Programas Complementares	88
6.2. Ações Institucionais	92
6.3. Hierarquização dos Serviços de Saneamento	95
7. CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL	96
8. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS	99



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



8.1.	Instrumentos de Controle Social e de Transparência e Divulgação das ações	99
8.2.	Instrumentos de Avaliação	102
8.3.	Diretrizes para os Instrumentos Regulatórios	105
8.4.	Diretrizes para Compatibilização da Avaliação da Eficácia das Ações com os Planos de Bacias Hidrográficas	106
8.5.	Diretrizes para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, compreendendo entre outros o Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico	106
9. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		111
9.1.	SIG dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Passo de Torres	111
9.2.	Planos e ações propostos no Plano de Saneamento abordados no SIG	112
ANEXO: MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PMSB		117



1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A região do município de Passo de Torres foi povoada no início no final do século XVIII por pescadores. Foi nas margens do rio Mampituba que muitos pescadores passaram a morar, fazendo suas canoas, tarrafas e redes e saindo para pescar.

Segundo relatos verbais dos moradores antigos, a atual denominação de Passo de Torres deve-se ao fato de precisar dar somente um passo para chegar ao município de Torres, sendo que o município pertenceu ao vizinho São João do Sul até 26 de setembro de 1991, quando obteve sua emancipação política administrativa..

Localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina e às margens do rio Mampituba, possui uma área territorial de aproximadamente 95 km². Os limites do município são: a leste o Oceano Atlântico, ao sul o município gaúcho de Torres, ao norte o município de Balneário Gaivota e a oeste os municípios de Santa Rosa do Sul e São João do Sul.

O município pertence à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá e é filiado à na Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina – AMESC, assim como possui outras associações de destaque como a Associação dos Agricultores, vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul.

1.1. Aspectos ambientais e socioeconômicos

Com relação ao clima, As temperaturas durante o ano sofrem variações bastante acentuadas. As médias anuais variam entre 17,7°C e 22,8°C nas estações da primavera e verão, e 14,1°C e 19,1°C nas estações de outono e inverno.

Passo de Torres é um município úmido com precipitação pluviométrica média em torno de 1200 a 1400 milímetros anuais.

Passo de Torres está localizado na planície costeira da região sul, com a totalidade de suas terras formadas por planícies pouco acima do nível do mar, caracterizada por formações de dunas, além da ocorrência de alguns morretes na porção oeste.



Os depósitos sedimentares inconsolidados marinhos e continentais estão associados a grandes variações do nível do mar. Os sedimentos inconsolidados são de espessura variável, podendo atingir centenas de metros, intercalações composicionais em profundidade e grande homogeneidade lateral.

Em relação aos recursos hídricos, o município de Passo de Torres pertence à Região Hidrográfica do Extremo Sul Catarinense - RH 10, que compõe as bacias hidrográficas do Rio Araranguá, do Rio Urussanga e do Rio Mampituba. O município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba.

O rio Mampituba sofre com o processo de degradação decorrente da deposição de esgotos urbanos das cidades de Passo de Torres, Torres, São João do Sul e Praia Grande, além de resíduos químicos das lavouras de arroz, que comprometem o futuro deste importante manancial hídrico.

A vegetação da região é caracterizada por ecossistemas da Floresta Ombrófila Densa e na Área de Tensão Ecológica, constituída pela interpenetração de floras entre duas regiões fitoecológicas. Os capões de floresta são pequenos e encontram-se esparsamente distribuídos na área.

De acordo com o IBGE, em 2000, o município de Passo de Torres possuía 4.400 habitantes, sendo 3.522 na área urbana e 878 na área rural. Os dados demonstram um município tipicamente urbano. Em 2007 a população era de 5.313 habitantes.

A economia do município está baseada em no setor de serviços, com um participação de aproximadamente 80% no PIB de 2007, segundo dos dados disponíveis no IBGE.

De acordo com dados do Ministério da Educação, no ano de 2009, referente ao ensino pré-escolar, Passo de Torres apresentava três escolas municipais. Para o ensino fundamental apresentava uma escola estadual e duas municipais. E para o ensino médio apresentava apenas uma escola estadual. A rede escolar do município desenvolve várias atividades ligadas ao meio ambiente de forma interdisciplinar.

No município de Passo de Torres existem duas extensões de universidades a UNISUL e a FUCAP, porém ocorre o deslocamento significativo da população em busca de educação.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



O transporte escolar municipal atende percursos variados conforme a necessidade das escolas, por número de matrículas e residências dos alunos, porém todo o município é atendido, tanto na área urbana e área rural.

Passo de Torres possui quatro estabelecimentos de saúde cadastrados, todos públicos e municipais, sendo dois postos de saúde (um na área urbana e outro na área rural), uma unidade de vigilância sanitária e uma unidade que executa o Programa Municipal de Prevenção Bucal. Não há hospitais nem leitos para internação na cidade. Os casos mais graves são encaminhados para as cidades vizinhas, como Sombrio/SC e Torres/RS.

As unidades de saúde de Passo de Torres realizam atendimentos simples, deslocando a população para outros municípios em busca de hospitais para internação, consultas com especialistas, exames específicos, entre outros atendimentos.

A maior parte das ações sociais junto à comunidade de Passo de Torres é realizada com recursos provenientes da Prefeitura Municipal. O Governo Federal fornece recursos através do Programa Bolsa Família.

1.2. Aspectos Institucionais e Legais

O organograma da estrutura administrativa do poder executivo da prefeitura de Passo de Torres é apresentado na Figura 1.

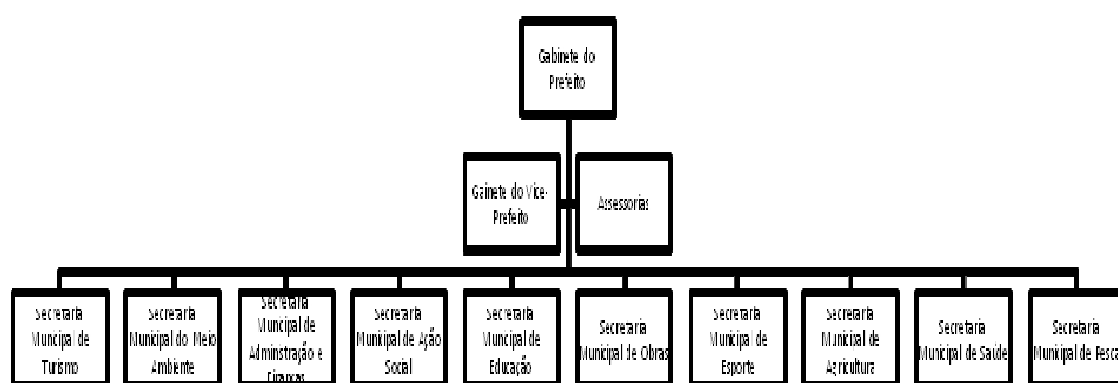


Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da prefeitura de Passo de Torres

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 2, Figura 4.



Com relação aos instrumentos legais, a Fase II – Diagnóstico da Situação do Saneamento e de seus Impactos nas Condições de Vida da População apresenta um levantamento geral da legislação federal e estadual pertinente ao PMSB, assim como da legislação do município de Passo de Torres, que influenciou diretamente na organização dos dados utilizados na elaboração do diagnóstico que norteou a construção do presente PMSB, principalmente no que concerne aos aspectos ambientais. Também relaciona a legislação que tem uma correlação com as regras relativas à administração pública municipal, à base tributária e ao planejamento urbano, todas com a respectiva análise crítica.

1.3. Projeção Populacional

A estimativa da população para o ano de 2009 foi feita com base no estudo demográfico apresentado na Fase II – Diagnóstico da Situação do Saneamento e de seus Impactos nas Condições de Vida da População do presente Plano Municipal de Saneamento Básico. A Tabela 1 apresenta os valores obtidos para a população total, urbana e rural do município.

Tabela 1. Estimativa da população em 2009

População			Total	Urbana	Rural
Ano	2009	Residente	5.518	4.744	774
		Flutuante	1.024	1.024	0
		Total	6.541	5.767	774

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 2, Tabela 2.

O resultado do estudo demográfico apresentado na **Fase II**, Capítulo 3 – Estudo Demográfico, está sintetizado na Tabela 2 e no Gráfico 1, a seguir, com a projeção populacional por ele definida.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 2. Projeção Populacional

População		Total	Urbana	Rural
Ano	2010	5.620	4.862	758
	2011	5.697	4.955	742
	2012	5.774	5.049	726
	2013	5.852	5.142	710
	2014	5.929	5.235	694
	2015	6.006	5.328	678
	2016	6.056	5.394	663
	2017	6.106	5.459	647
	2018	6.157	5.524	632
	2019	6.207	5.590	617
	2020	6.257	5.655	602
	2021	6.288	5.699	589
	2022	6.319	5.743	576
	2023	6.349	5.787	563
	2024	6.380	5.831	550
	2025	6.411	5.874	537
	2026	6.429	5.903	526
	2027	6.448	5.932	516
	2028	6.466	5.960	505
	2029	6.484	5.989	495
	2030	6.502	6.018	485

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 3, Tabela 10.

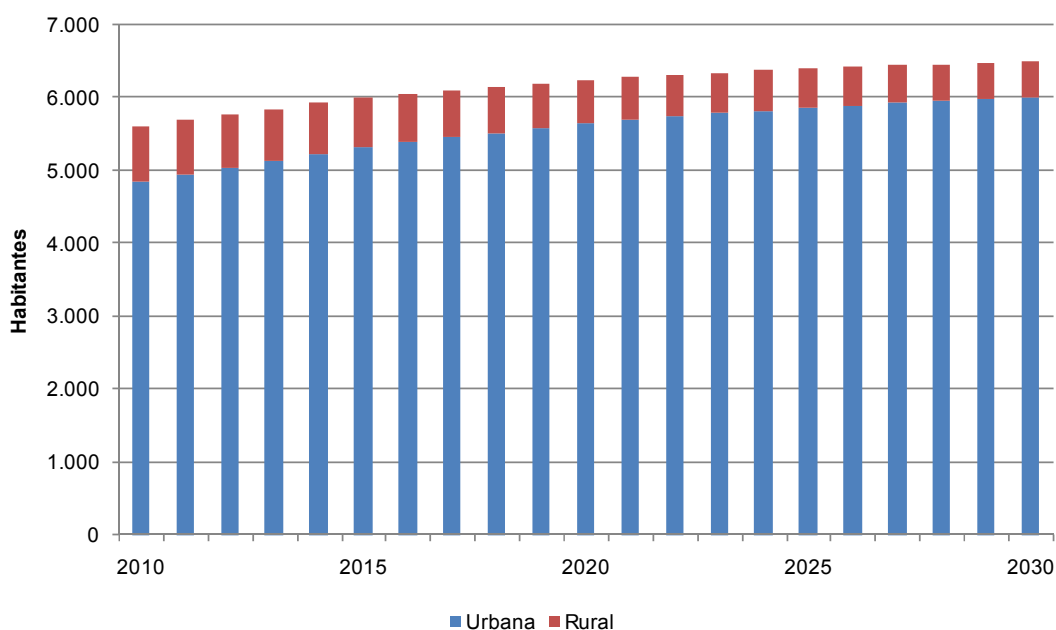


Gráfico 1 - Projeção da População Urbana e Rural do Município



2. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

2.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

2.1.1. Abastecimento de Água

A responsabilidade dos serviços públicos de abastecimento de água no município de Passo de Torres é da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, sociedade de economia mista com administração pública.

O abastecimento urbano do município é composto por dois sistemas distintos. A sede municipal é abastecida por um sistema público operado pela CASAN e os Balneários Bella Torres e Rosa do Mar são abastecidos por um sistema privado operado pela empresa Abastecedora de Água Bellatorres.

A população urbana não atendida pelos SAAs e a população rural são abastecidas através de soluções alternativas coletivas ou individuais, operadas pelos próprios moradores das localidades.

A avaliação da situação atual do sistemas de abastecimento de água é abordada de forma abrangente na **Fase II**, Capítulo 4 do presente plano. A avaliação compreende em: operacional, do consumo, da qualidade da água distribuída e do prestador de serviços.

A seguir, a Tabela 3 apresenta resumidamente os dados e unidades operacionais principais dos dois sistemas públicos de abastecimento de água.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 3. Dados e Unidades Operacionais Principais dos SAAs Públicos**

Dado e Unidade			SAA Sede	SAA Bellatorres
Índice de Atendimento	Urbano	%	38,7	8,0
	Rural	%	0,0	0,0
	Flutuante	%	2,0	98,0
Consumo "Per Capita" Efetiva		l/hab x dia	68	120
Índice de Perdas Totais		%	35	35
Ligações de água		Un.	557	406
Economias de água		Un.	588	406
Rede de distribuição		m	24.500	ND
Manancial	Superficial		Córrego do Estiva do Rodrigues	-
	Subterrâneo		-	Poço tubular profundo
Captação	Superficial		15 l/s	-
	Subterrâneo		5 l/s	20.000 l/s
ETA	Tipo		Tratamento Convencional	Tratamento Convencional
	Capacidade		15 l/s	5,6 l/s
Reservatório		Capacidade	500 m³	ND

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4.

Nota: (*) Este Índice de Atendimento Rural refere-se à população rural do município.

ND = Não Disponível

O cumprimento a legislação de outorga de captação e licenças ambientais da ETA dos sistemas de abastecimento público estão apresentados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4. Cumprimento a Legislação de Outorga de Captação e Licenças Ambientais da ETA dos Sistemas Públicos

Legislação		SAA Sede	SAA Bellatorres
Licença Ambiental da ETA	Existência	Não	Não
	Existência	Sim	Não
Outorga de Captação	Existência	Sim	Não
	Q outorgada	1,10 l/s	-

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4.

2.1.1.1. Sistema de Abastecimento Sede

Atualmente, o SAA Sede atende cerca de 39% da população urbana e 2% da população flutuante na época de veraneio. O manancial utilizado para abastecimento é o Córrego do Estiva do Rodrigues, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Mampituba.

A captação é feita através de barragem construída no canal. A Figura 2 apresenta a barragem de captação instalada no Córrego do Estiva do Rodrigues.

Para assegurar o abastecimento de água à população, foram implantadas 14 ponteiros nas proximidades da ETA, conforme pode ser observado na Figura 3.

A estação de elevatória de água bruta está localizada junto à barragem e utiliza bombas submersas.



**Figura 2 - Barragem de Captação –
Córrego Estiva do Rodrigues**



**Figura 3 - Ponteiras de captação do
SAA Sede**

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4., Figuras 6 e 8.

A adução é feita por recalque e a adutora de água bruta tem extensão de 160 metros.

O processo de tratamento é do tipo convencional, com capacidade nominal de 15 l/s. A seguir, a Figura 4 apresenta um desenho esquemático do tratamento realizado no Sistema Sede.

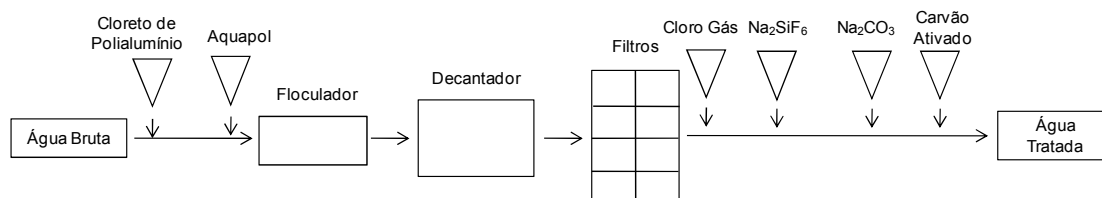


Figura 4 - Desenho Esquemático da ETA Sede

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4., Figura 10..

Atualmente, a ETA opera durante 8 horas no dia, sendo que a quantidade de horas diárias de funcionamento da ETA dobram na época de veraneio. A CASAN tem projetos de melhorias para que a estação possa operar durante as 24 horas do dia, quando necessário.

O lodo proveniente do processo de tratamento é encaminhado para um leito de secagem, conforme apresenta a Figura 5 e após a secagem segue para disposição final em Aterro Sanitário Industrial.

A estação elevatória de água tratada está localizada junto à ETA e a sua adutora tem 3.126 metros de extensão.



A reservação é de montante e conta com um reservatório elevado, feito de concreto armado e com capacidade de 500 m³, conforme mostra a Figura 6.



Figura 5 - Leito de Secagem do lodo da ETA Sede



Figura 6 - Reservatório elevado do SAA Sede

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4., Figuras 11 e 12..

A rede de abastecimento de água do município de Passo de Torres possui 24.500 metros de extensão. A CASAN tem projetos para ampliação da rede de distribuição em 18 km.

2.1.1.2. Sistema de Abastecimento Bellatorres

Os Balneários de Bella Torres e Rosa do Mar abastecidos pelo Sistema Bellatorres compreendem 8% da população urbana e 98% da flutuante na época de veraneio.

O manancial utilizado para o abastecimento dessa população é subterrâneo e poço de captação está localizado na mesma área da ETA.

O tratamento é do tipo convencional, contendo etapas de clarificação (coagulação, floculação, decantação e filtração) e tratamento final por desinfecção, correção de pH e adição de flúor. A ETA tem capacidade nominal de 5,6 l/s.



A Figura 7, a seguir, apresenta um desenho esquemático do tratamento realizado no Sistema Bellatorres.

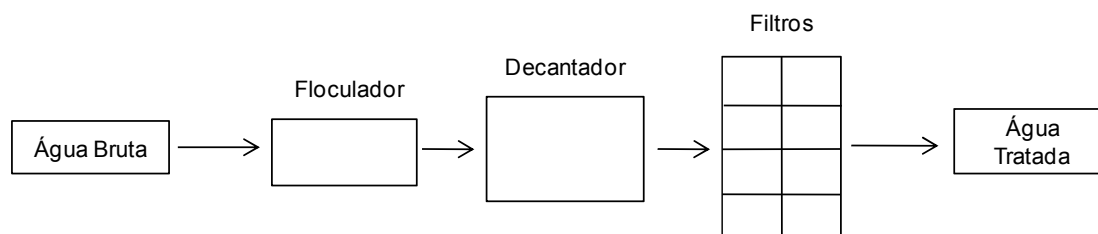


Figura 7 - Desenho Esquemático da ETA Bellatorres

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4., Figura 15..

O reservatório é elevado e de concreto armado. Não há informação sobre a capacidade de reservação do sistema. A Figura 8 apresenta o reservatório elevado do Sistema Bellatorres.



Figura 8 - Reservatório elevado do SAA Bellatorres

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4., Figura 16..



2.1.2. Esgotamento Sanitário

De acordo com o Convênio de Cooperação para Gestão Associada nº 386/09, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN também é responsável pelos serviços de esgotos, entretanto, este serviço ainda não é realizado de fato.

O município de Passo de Torres não possui sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

De acordo com informações obtidas junto a Prefeitura, o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) é caracterizado pela utilização de soluções individuais através de fossas sépticas e filtros anaeróbios. Tanto as fossas, quanto os filtros são associados a sumidouros.

Em alguns casos, as residências não são atendidas pelos dispositivos individuais e são lançados in natura na rede pluvial e córregos, contaminando assim os recursos hídricos existentes na região.

A Tabela 5 abaixo consolida os índices de avaliação operacional dos serviços de esgotamento sanitário apresentados na Fase II.

Tabela 5. Índices de Avaliação Operacional

Índice	Unidade	Valor
Lançamento em corpos d'água ou galerias pluviais	nº de domicílios urbanos	46
	%	3
Atendimento urbano por fossa ou filtro	%	98
Frequência de limpeza das unidades de tratamento	vezes por ano	-

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 45

De acordo com a avaliação da capacidade de absorção dos solos que predominam na região, Passo de Torres localiza em região de solos compostos por sedimentos inconsolidados e marinhos parcialmente recobertos por dunas litorâneas, possuem alto grau de permeabilidade. Com o lençol freático próximo à superfície, estas características representam o perigo de contaminação por dejetos, sendo portanto, desfavorável para a disposição de esgotos no terreno.

As fossas sépticas apresentam baixa eficiência na remoção de $DBO_{5,20}$ e SST, produzindo um efluente de qualidade razoável, que de preferência deve ser encaminhado a um pós-tratamento complementar para a remoção da matéria orgânica dissolvida. O lodo depositado no fundo deve ser periodicamente removido para que não haja perda de eficiência.



Com relação aos efluentes dos filtros anaeróbios, apesar de apresentarem baixa concentração de matéria orgânica e aspecto clarificado, são ricos em sais minerais, com grande quantidade de microorganismos patogênicos.

Assim sendo, a existência de fossas e/ou filtros na maioria das residências não é suficiente para a melhoria das condições de salubridade da região, ressaltando-se a importância de um monitoramento constante por meio de um programa de limpeza e manutenção sistemática das unidades de esgotamento individuais, com a finalidade de diminuir a contaminação do solo e dos cursos d'água.

Há também a necessidade de ser feito, regularmente, uma fiscalização nas edificações e empreendimentos existentes no município para impedir o lançamento de dejetos de animais, efluentes de culturas e efluentes sanitários de edificações (mesmo os oriundos de fossas e filtros) nas galerias de águas pluviais ou diretamente nos córregos e rios da região.

As soluções individuais ainda são formas viáveis de esgotamento sanitário, sobretudo em zonas rurais ou residências isoladas. No entanto, à medida que as comunidades e a concentração demográfica tornam-se maiores, as soluções individuais para remoção e destino do esgoto doméstico devem dar lugar às soluções de caráter coletivo, denominadas sistemas de esgotos.

2.1.3. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 6 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 6. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Água e Esgoto

Sector	Elemento	Classificação	Prioridade
Abastecimento de Água	Sede	Manacial e Captação	CDP
		ETA	CDP
		Rede de distribuição	CDP
		Adutora de Água Bruta	CD
		Adutora de Água Tratada	CD
		Estação Elevatória de Água Bruta	CP
		Estação Elevatória de Água Tratada	CP
		Reservatório	CP
		Controle de Qualidade da água Distribuída	CP
	Bellatorres	Estação de Tratamento de Água	CDP
		Manancial e Captação	CD
		Estação Elevatória de Água Bruta	CD
		Reservatório	CD
		Rede de distribuição	CD
		Controle de Qualidade da água Distribuída	CP
Esgotamento Sanitário	Sistema de Tratamento Individual (Fossas Sépticas/Filtro Anaeróbio)		CDP
	Sistema de Esgotamento Sanitário		CDP
	Contrato de concessão com a operadora (CASAN)		CD
	Plano Diretor Municipal		CP

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 79.

2.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

As alternativas das intervenções físicas nos sistemas que compatibilizem as necessidades diagnosticadas com a disponibilidade de serviços devem considerar, em cada momento de planejamento, um efetivo balanço entre a oferta e demanda.

As premissas da demanda em cenários evolutivos são abordadas no Capítulo 3 da **Fase III** – Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, e a oferta, que se traduz pela capacidade instalada, está descrita e avaliada no relatório da **Fase II**.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Serão apresentadas as intervenções físicas e as metas para o cenário de universalização dos serviços de saneamento básico, estabelecido como cenário normativo, conforme preconizado pela Lei Federal 11.445/2007 e da Lei Estadual 13.517/2005. A Tabela 7 apresenta a composição do cenário de Universalização de demanda para os SAAs Sede e Bellatorres.

Tabela 7. Cenário Normativo para os SAAs Sede e Bellatorres

Parâmetro		Cenário Normativo	
		SAA Sede	SAA Bellatorres
Índice de Atendimento	Sistema	100% em 2030	100% em 2030
Índice de Consumo Per Capita		120 l/hab. x dia a partir de 2020	120 l/hab. x dia a partir de 2020
Índice de Perdas		25% em 2030	25% em 2030

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabelas 10 e 11.

A linha de tendência de cobertura para o SAA Sede e para o município de Passo de Torres considerando o cenário normativo é apresenta no Gráfico 2 a seguir.

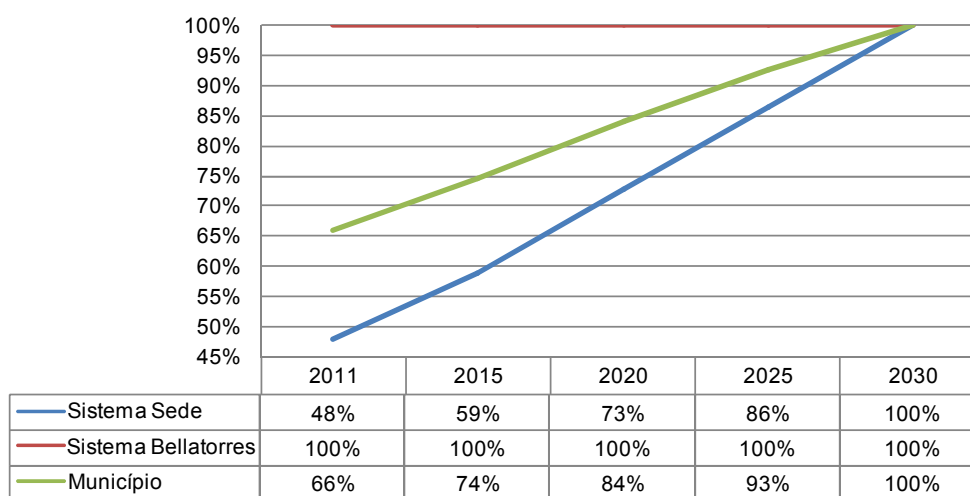


Gráfico 2 - Curva de Tendência do Índice de Cobertura dos Serviços de Abastecimento de Água para o Cenário Normativo de Demanda

Para os serviços de esgotamento sanitário, a escolha do cenário normativo foi baseada também na densidade populacional e existência de abastecimento de água no local. Sendo assim, o cenário normativo mais adequado para áreas urbanizadas, como a sede do município, é o de universalização, e para áreas rurais de um modo geral é o cenário atual. A Tabela 8 apresenta a composição dos cenários normativos para os sistemas de esgotamento sanitário.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



A população não atendida pelos SAAs Sede e Bellatorres, o acesso à água se dá através de sistemas individuais com situação atual considerada igual a 100% de abastecimento.

Tabela 8. Cenários de Demandas para os Serviços de Esgotamento Sanitário

Parâmetro	Cenário Normativo	
	Atual	Universalização
	Áreas Rurais	Sede
Índice de Atendimento por Fossa/Filtro	100% em 2030	0%
Índice de Coleta	0%	100% em 2030
Índice de Tratamento	100% em 2030	100% do esgoto coletado

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabela 20.

Nesse caso, vale ressaltar que para o cenário atual se faz necessário adequar aqueles sistemas compostos por fossa-sumidouro ou filtro-sumidouro ao Código Estadual do Meio Ambiente por meio de tratamento complementar, modificando-os para fossa-filtro-sumidouro.

A linha de tendência de cobertura para o serviço de esgotamnto sanitário em relação ao cenário normativo de demanda é apresentada no Gráfico 3 a seguir.

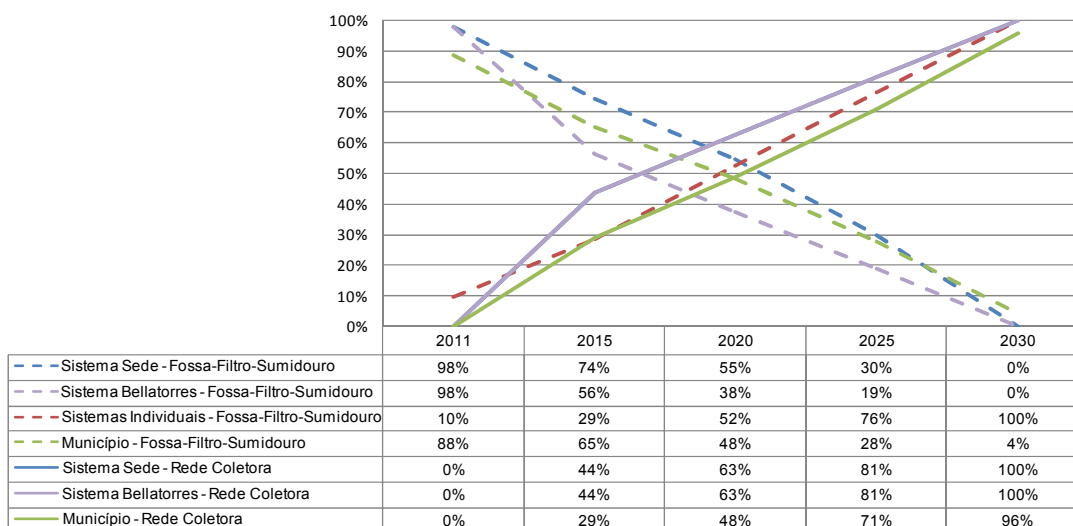


Gráfico 3 - Curva de Tendência do Índice de Cobertura dos Serviços de Esgotamento Sanitário para o Cenário Normativo de Demanda



2.2.1. Projeções e Demandas

Os critérios de cálculo utilizados para projetar as demandas necessárias para o abastecimento de água e esgotamento sanitário foram definidos na **Fase III** e apresentadas resumidamente na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Critérios de cálculo para projeção de demandas para os sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Critérios de Cálculo	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário
	Os percentuais de cobertura a serem perseguidos.	Coefficiente de retorno: $C = 0,80$, conforme admite a NBR 9649/1986.
	A respectiva população a atender nos termos da projeção estudada.	Número de ligações: estimado através da população a ser coletada dividida média de habitantes por ligação de água do SAA.
	Os parâmetros de consumo, metas de perdas e quantidade de consumo per capita.	Extensão de rede: estimada pelo número de ligações vezes a relação extensão de rede de distribuição por ligação de água do SAA.
	A demanda média, em m^3 ao dia.	Taxa de infiltração = adotado $0,05$ l/s.km de acordo com os estudos geológicos e características do município.
	O coeficiente de majoração para os dias de maior consumo: adoção de coeficiente de 20% a mais para os dias mais quentes no ano (pico do consumo diário).	Carga Orgânica: adotado 54 g DBO x hab. x dia.

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.

As demandas para os sistemas de água e esgoto e o total municipal considerando o cenário normativo estão apresentados na Tabela 10. A Tabela 11 apresenta as projeções de ligações, extensão de rede para os sistemas de água e esgoto e nº de fossa-filtro-sumidoro, além da totalização para o município considerando o cenário normativo para cada serviço conforme Tabelas 7 e 8.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 10. Demandas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ano	Demanda Média de Água (m³/dia)				Vazão de Esgoto (m³/dia)										
					Gerada				Coletada			Tratada			
	Sistema			Total	Sistema				Sistema			Sistema			
	Sede	Bellatorres	Individual		Sede	Bellatorres	Individual	Total	Sede	Bellatorres	Total	Sede	Bellatorres	Individual	Total
2011	258	307	91	655	136	162	73	371	0	0	0	0	0	73	73
2012	293	333	89	715	156	177	71	404	0	0	0	0	0	71	71
2013	331	360	87	778	177	193	70	439	0	0	0	0	0	70	70
2014	371	386	85	842	200	208	68	476	80	83	163	80	83	68	231
2015	414	412	83	908	225	223	67	515	98	98	196	98	98	67	263
2016	457	441	81	979	250	241	65	556	119	114	233	119	114	65	298
2017	502	469	80	1.051	277	258	64	599	142	132	274	142	132	64	338
2018	550	498	78	1.126	305	276	62	643	168	152	319	168	152	62	382
2019	601	526	76	1.202	335	293	61	689	197	172	369	197	172	61	430
2020	653	553	74	1.280	367	311	59	737	229	194	424	229	194	59	483
2021	679	583	72	1.335	384	330	58	772	255	219	473	255	219	58	531
2022	705	613	71	1.389	402	349	57	807	281	244	526	281	244	57	582
2023	731	643	69	1.443	419	369	55	843	309	272	581	309	272	55	636
2024	757	672	68	1.496	437	388	54	879	338	301	639	338	301	54	693
2025	783	701	66	1.549	455	407	53	914	369	331	700	369	331	53	753
2026	807	732	64	1.603	472	428	52	951	401	364	765	401	364	52	816
2027	830	763	63	1.656	489	449	50	988	434	398	832	434	398	50	883
2028	854	793	62	1.709	506	470	50	1.026	468	435	903	468	435	50	952
2029	878	824	61	1.762	523	491	48	1.063	504	473	976	504	473	48	1.025
2030	902	853	59	1.814	541	512	48	1.101	541	512	1.053	541	512	48	1.101

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 11. Projeção de Ligações, Extensão de Rede e Número de Fossa-Filtro_Sumidouro para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ano	Ligações (unidade)						Nº de Fossa-Filtro-Sumidouro (unidade)		Extensão de Rede (m)					
	Água			Esgoto					Água			Esgoto		
	Sistema		Total	Sistema		Total	Sistema		Total	Sistema		Total		
	Sede	Bellatorres		Sede	Bellatorres		Individual	Sede		Bellatorres	Sede		Bellatorres	
2011	659	497	1.156	0	0	0	225	225	28.987	11.928	40.915	0	0	0
2012	710	544	1.254	0	0	0	220	220	31.230	13.056	44.286	0	0	0
2013	763	591	1.354	0	0	0	215	215	33.561	14.184	47.745	0	0	0
2014	818	638	1.456	327	256	583	211	211	35.980	15.312	51.292	14.383	6.144	20.527
2015	874	686	1.560	382	300	682	206	206	38.443	16.464	54.907	16.803	7.200	24.003
2016	926	739	1.665	440	351	791	201	201	40.731	17.736	58.467	19.354	8.424	27.778
2017	980	793	1.773	502	406	908	197	197	43.106	19.032	62.138	22.081	9.744	31.825
2018	1.035	846	1.881	569	466	1.035	192	192	45.525	20.304	65.829	25.028	11.184	36.212
2019	1.090	900	1.990	640	528	1.168	188	188	47.944	21.600	69.544	28.151	12.672	40.823
2020	1.147	954	2.101	717	596	1.313	183	183	50.452	22.896	73.348	31.538	14.304	45.842
2021	1.201	1.013	2.214	795	671	1.466	179	179	52.827	24.312	77.139	34.969	16.104	51.073
2022	1.255	1.072	2.327	879	751	1.630	175	175	55.202	25.728	80.930	38.663	18.024	56.687
2023	1.309	1.131	2.440	965	834	1.799	171	171	57.577	27.144	84.721	42.446	20.016	62.462
2024	1.365	1.190	2.555	1.058	922	1.980	167	167	60.040	28.560	88.600	46.537	22.128	68.665
2025	1.421	1.249	2.670	1.154	1.015	2.169	163	163	62.504	29.976	92.480	50.759	24.360	75.119
2026	1.474	1.313	2.787	1.253	1.117	2.370	159	159	64.835	31.512	96.347	55.114	26.808	81.922
2027	1.527	1.378	2.905	1.356	1.223	2.579	156	156	67.166	33.072	100.238	59.645	29.352	88.997
2028	1.581	1.442	3.023	1.462	1.334	2.796	153	153	69.541	34.608	104.149	64.307	32.016	96.323
2029	1.636	1.507	3.143	1.574	1.450	3.024	150	150	71.961	36.168	108.129	69.233	34.800	104.033
2030	1.690	1.571	3.261	1.691	1.571	3.262	147	147	74.336	37.704	112.040	74.380	37.704	112.084

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.



2.2.2. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para os sistemas de abastecimento de água, Sede, Bellatorres e Individuais, considerando o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são apresentadas a seguir nas Tabelas 12 a 14 para cada sistema acima descrito, respectivamente.

Tabela 12. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Sede

Objeto		2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas					
Cobertura de Rede de Água	SAA Sede	51%	67%	84%	100%
Cobertura de Rede de Esgoto	SES Sede	0%	55%	78%	100%
Quantidade mínima					
Quantidade Ofertada de Água	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Tratamento					
Índice de Tratamento de Água	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Índice de Tratamento de Esgoto	SES Sede	0%	100%	100%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade dos planos e projetos					
Educação Ambiental		30%	50%	70%	100%
Gestão adequada para o SAA		100%	100%	100%	100%
Gestão adequada para o SES		100%	100%	100%	100%
Qualidade dos produtos					
Qualidade da Água Distribuída	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Qualidade do Efluente de Esgoto	SES Sede	0%	100%	100%	100%
Metas de eficiência operacional					
Qualidade do abastecimento					
Continuidade do Abastecimento	SAA Sede	5%	0%	0%	0%
Regularidade do Abastecimento	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Qualidade do atendimento ao usuário					
Prazo de solicitação de serviço		90%	100%	100%	100%
Índice de reclamações gerais		10%	5%	0%	0%
Índice (pesquisa) de satisfação		90%	100%	100%	100%
Metas de eficiência operacional					
Medição do serviço					
Índice de Perdas de Água	SAA Sede	33%	31%	28%	25%
Índice de Hidrometração	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Índice de Macromedicação de Água	SAA Sede	100%	100%	100%	100%
Índice de Macromedicação de Esgoto	SES Sede	0%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 65.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 13. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Bellatorres

Objeto		2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas					
Cobertura de Rede de Água	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Cobertura de Rede de Esgoto	SES Bellatorres	0%	55%	78%	100%
Quantidade mínima					
Quantidade Ofertada de Água	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Tratamento					
Índice de Tratamento de Água	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Índice de Tratamento de Esgoto	SES Bellatorres	0%	100%	100%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade dos produtos					
Qualidade da Água Distribuída	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Qualidade do Efluente de Esgoto	SES Bellatorres	0%	100%	100%	100%
Metas de eficiência operacional					
Qualidade do abastecimento					
Continuidade do Abastecimento	SAA Bellatorres	5%	0%	0%	0%
Regularidade do Abastecimento	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Qualidade do atendimento ao usuário					
Prazo de solicitação de serviço		90%	100%	100%	100%
Índice de reclamações gerais		10%	5%	0%	0%
Índice (pesquisa) de satisfação		90%	100%	100%	100%
Metas de eficiência operacional					
Medição do serviço					
Índice de Perdas de Água	SAA Bellatorres	33%	31%	28%	25%
Índice de Hidrometração	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%
Índice de Macromedicação de Água	SAA Bellatorres	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 65.

Tabela 14. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistemas Individuais

Objeto		2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas					
Cobertura de Rede de Água	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%
Cobertura por Fossa	Sistemas Individuais	19%	43%	71%	100%
Tratamento					
Índice de Tratamento de Esgoto	Sistemas Individuais	19%	43%	71%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade dos produtos					
Qualidade da Água Distribuída	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%
Qualidade do Efluente de Esgoto	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 65.



2.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

O conjunto das ações relacionadas as intervenções a serem levadas a efeito pelo responsável dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para os sistemas públicos Centro, Nova Roma e os sistemas individuais, seguem através de cronogramas apresentados nas Figuras 9 a 14, respectivamente.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Meta	Medida	Ação	Período da ação						
			Imediato			Curto		Médio	
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024	
Quantidade e qualidade da água ofertada	Não Estrutural	Ações para correção dos parâmetros que estão fora de conformidade com a Portaria 518/MS							
		Regularização da vazão outorgada da captação de água bruta							
		Obtenção das Licenças Ambientais da ETA							
Universalização	Operacionais	Implantação de programa de recuperação de mata ciliar							
		Programa para evitar o crescimento da vegetação higrofilica							
		Implantação de Ligações de Água		266 unidades		271 unidades		331 unidades	
Eficiência dos serviços	Estrutural	Ampliação da rede de distribuição		9.061 m		11.964 m		14.515 m	
		Deteção de fraudes no conjunto de ligações existentes							
		Pesquisa de vazamentos não visíveis em toda rede							
Qualidade do atendimento ao usuário	Operacionais	Substituição de hidrômetros							
		Atualização do cadastro comercial (usuários)							
		Atualização do cadastro técnico (unidades do sistema)							
		Sistema de indicadores de desempenho							
		Automação e controle operacional a distância							
		Instalação de equipamentos para racionalização energética							
		Regulamento incluindo as regras, prazos para atendimento das solicitações diretos e deveres de usuários e prestador							
		Montagem do sistema de registro de solicitações e reclamações e de indicadores de qualidade do atendimento							
		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação							
		Manutenção do registro permanente de atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade do atendimento							

Figura 9 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Abastecimento de Água

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 3.

Meta	Medida	Ação	Período da ação						
			Imediato			Curto		Médio	
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024	
Universalização	Não Estrutural	Elaboração do Plano Diretor Municipal, definindo estratégias para os serviços de esgotamento sanitário							
		Implantação de rede coletora de esgoto				25.028 m		21.509 m	
	Estrutural	Implantação de Ligações de Esgoto				569 unidades		489 unidades	
Quantidade e qualidade do tratamento de esgotos		Implantação de sistema tratamento de esgotos			6,3 l/s				
	Não Estrutural	Obtenção das Licenças Ambientais da ETE							
		Monitoramento do efluente tratado de esgotos em conformidade com os padrões legais de lançamento							
Eficiência dos serviços	Operacionais	Ações para garantia do volume tratado de esgotos e em conformidade com os padrões legais de lançamento							
		Ações educativas e de incentivo à adesão aos serviços							
		Pesquisa de lançamentos indevidos, tanto de esgoto na rede pluvial quanto de águas pluviais na rede de esgotos							
Qualidade do atendimento ao usuário		Formatação do cadastro técnico (unidades do sistema)							
		Sistema de indicadores de desempenho							
		Automação e controle operacional a distância							
		Instalação de equipamentos para racionalização energética							
		Adequação do regulamento para o serviço de esgoto							
		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação							
		Adequação do sistema de registro de atendimento							
		Manutenção do registro permanente do atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade e satisfação							

Figura 10 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Esgotamento Sanitário

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 4.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Meta	Medida	Ação	Período da ação								
			Imediato			Curto		Médio		Longo	
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030	
Quantidade e qualidade da água ofertada	Não Estrutural	Ações para correção dos parâmetros que estão fora de conformidade com a Portaria 518/MS									
		Obtenção da Outorga de Captação de Água Bruta									
	Melhorias Operacionais	Obtenção das Licenças Ambientais da ETA									
		Instalação de macromedidores no ponto de captação									
		Instalação de macromedidores na saída do tratamento									
Universalização	Estrutural	Programa de controle sobre as quantidades de produtos químicos consumidos									
		Ampliação da ETA						6,0 l/s			
	Estrutural	Implantação de Ligações de Água		185 unidades		255 unidades		344 unidades		381 unidades	
		Ampliação da rede de distribuição		4.440 m		6.120 m		8.256 m		9.144 m	
		Melhorias Operacionais	Cadastro da rede existente								
Eficiência dos serviços	Melhorias Operacionais	Deteção de fraudes no conjunto de ligações existentes									
		Pesquisa de vazamentos não visíveis em toda rede									
		Substituição de hidrômetros									
		Atualização do cadastro comercial (usuários)									
		Atualização do cadastro técnico (unidades do sistema)									
Qualidade do atendimento ao usuário	Melhorias Operacionais	Sistema de indicadores de desempenho									
		Automação e controle operacional a distância									
		Instalação de equipamentos para racionalização energética									
		Regulamento incluindo as regras, prazos para atendimento das solicitações direitos e deveres de usuários e prestador									
		Montagem do sistema de registro de solicitações e reclamações e de indicadores de qualidade do atendimento									
		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação									
		Manutenção do registro permanente de atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade do atendimento									

Figura 11 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede Bellatorres de Abastecimento de Água

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 3.

Meta	Medida	Ação	Período da ação									
			Imediato			Curto		Médio		Longo		
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030		
Universalização	Estrutural	Implantação de rede coletora de esgoto				11.184 m		10.944 m		15.576 m		
		Implantação de Ligações de Esgoto				466 unidades		456 unidades		649 unidades		
		Implantação de sistema tratamento de esgotos				5,9 l/s						
Quantidade e qualidade do tratamento de esgotos	Não Estrutural	Obtenção das Licenças Ambientais da ETE										
		Monitoramento do efluente tratado de esgotos em conformidade com os padrões legais de lançamento										
Eficiência dos serviços	Melhorias Operacionais	Ações para garantia do volume tratado de esgotos e em conformidade com os padrões legais de lançamento										
		Ações educativas e de incentivo à adesão aos serviços										
		Pesquisa de lançamentos indevidos, tanto de esgoto na rede pluvial quanto de águas pluviais na rede de esgotos										
		Formatação do cadastro técnico (unidades do sistema)										
		Sistema de indicadores de desempenho										
		Automação e controle operacional a distância										
Qualidade do atendimento ao usuário		Instalação de equipamentos para racionalização energética										
		Adequação do regulamento para o serviço de esgoto										
		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação										
		Adequação do sistema de registro de atendimento										
		Manutenção do registro permanente do atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade e satisfação										

Figura 12 - Cronograma das Ações para o Sistema Belattores de Esgotamento Sanitário

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 4.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Meta	Medida	Ação	Período da ação									
			Imediato			Curto		Médio		Longo		
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030		
Quantidade e qualidade da água ofertada	Não Estrutural	Ações para correção dos parâmetros que estão fora de conformidade com a Portaria 518/MS										
		Monitoramento permanente dos parâmetros da Portaria 518 e ações visando manter a conformidade dos mesmos										

Figura 13 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Abastecimento de Água

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 3.

Meta	Medida	Ação	Período da ação									
			Imediato			Curto		Médio		Longo		
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030		
Universalização	Estrutural	Adequação dos sistemas individuais existentes em atendimento à Lei 14.675/09										
		Ampliação dos sistemas individuais										
Quantidade e qualidade do tratamento de esgotos	Melhorias Operacionais	Pesquisa de lançamentos indevidos, tanto de esgoto na rede pluvial quanto de águas pluviais na rede de esgotos										
		Controle sobre as atividades de caminhão limpa-fossa										

Figura 14 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Esgotamento Sanitário

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 4.



2.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira dos Serviços

A determinação dos investimentos necessários para as ações de produção e distribuição de água potável, utilizou-se para elaboração dos custos unitários, os preços constantes na “Tabela de Preços – Obras Civil” da CASAN, com lo-dezembro de 2009.

Todos os serviços estimados estão de acordo com os códigos encontrados na Tabela de Preços e a descrição dos serviços contida nas “Regulamentações de Preços e Critérios de Medição” de cada serviço da CASAN. Estão inclusos nos preços um BDI de 30% e a taxa de inflação de 14,74% a.a., baseada nos anos 2010 e 2011, até o mês de maio, do IGP/DI.

Os custos apresentados se referem a uma obra padrão e não devem ser considerados como preço executivo para licitação, uma vez que não foram consideradas particularidades de projetos para cada serviço, mas alguns enquadramentos gerais.

Os investimentos estimado para o PMSB serão referentes às ações propostas para a produção e distribuição de água potável para os sistemas: operado pela CASAN, Sede e pela Abastecedora de Água Bellatorres, Balneários Bella Torres e Rosa do Mar.

Para as localidades rurais do município, não atendidas pelos SAAs Sede e Bellatorres, foi proposta a continuidade de sistemas individuais para o de abastecimento de água. Para essas regiões, a maior deficiência levantada foi à falta de controle sobre a qualidade da água captada necessitando de ações para a correção e monitoramento permanente dos parâmetros de qualidade em conformidade com a Portaria MS nº 518/2004.

Para esses sistemas, a responsabilidade da fiscalização e controle de qualidade fica a cargo da Vigilância Sanitária Municipal. Pode-se viabilizar o controle de qualidade com arranjos consorciados e a instalação de um laboratório próprio, uma vez que com um fator de escala, número de análises, justificaria os investimentos.

Os indicadores de receita e despesa por economia foram obtidos do SNIS – Sistema Nacional de Informações do Saneamento relativo ao ano de 2008.



Considerando que os recursos financeiros para execução das metas e ações de abastecimento de água poderão vir de recursos próprios (da CASAN ou do Governo Estadual) ou ainda de financiamentos nacionais, a taxa de desconto do empreendimento de 6,25% ao ano corresponde ao valor de financiamento dos órgãos nacionais, com valor médio entre o praticado pela CEF e pelo BNDES.

Quanto ao valor de depreciação, observa-se o seguinte: considerando que haverá continuidade da prestação do serviço de água pela CASAN, todos os custos de serviço de água foram calculados com base no já praticado por este prestador, traduzidos em custo por economia atendida. Isto vale também para depreciação, que teve o valor de R\$32,05 por economia.

Na seqüência, as Tabelas 15 e 16 apresentam os fluxos de caixa projetado para os serviços de abastecimento de água Sede (CASAN) e Bellatorres (Abastecedora de água Belatorres), respectivamente. O equilíbrio econômico-financeiro constitui requisito essencial aplicável a qualquer regime de prestação de serviços públicos. Nota-se, a partir dos valores indicados os fluxos de caixa resultante dos serviços de abastecimento de água demonstra que o SAA Sede é sustentável econômico – financeiro, porém o SAA Bellatorres se apresenta insustentável, indicando a adoção de alternativas para atingir o equilíbrio.

A principal alternativa a ser aplicada no município é a gestão tarifária do serviço propondo modificações nos limites das faixas de consumo, da relação entre os valores das tarifas de cada faixa, bem como das categorias de uso.

É fundamental que se aplique uma fórmula paramétrica de reajuste tarifário, reunindo diversos componentes de variação de preços dos fatores efetivamente representativos do serviço de água e esgoto, protegendo o usuário de atos de alteração tarifária não representativos a realidade do serviço, especialmente no que se refere a ineficiência do prestador.

Os investimentos estimados nos serviços de esgotamento sanitário para o PMSB são referentes às ações propostas para a coleta e tratamento dos esgotos gerados do sistema de esgotamento sanitário a ser implantado na Sede municipal.



Para as localidades rurais foram propostas ações para ampliação e adequação (substituição) dos sistemas individuais. O PMSB considera sistemas individuais como sendo fossa-filtro-sumidouro. O custo unitário estimado para a implantação foi de R\$ 3.350,00, sendo que a responsabilidade da execução e manutenção é do morador e a responsabilidade da fiscalização e controle de qualidade fica a cargo da Vigilância Sanitária Municipal.

Para esses sistemas, o controle de qualidade para o atendimento a Lei Estadual 14.675/09 pode-se viabilizar com arranjos consorciados e a instalação de um laboratório próprio, uma vez que com um fator de escala, número de análises, justificaria os investimentos.

Como não existe sistema coletivo de esgotos no município, os indicadores de custo específico por economia foram projetados conforme premissas apresentadas na Tabela 14.

Tabela 15. Custos Específicos do Sistema Esgotamento Sanitário

Pessoal		Energia	Terceiros	Outras
Qtd	R\$/ Mês	R\$/m³	R\$/econ.	R\$/econ.
1 / 500 LP	1.200,0	0,200	14,00	12,50

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 38.

As receitas serão adotadas em função de dois cenários distintos de tarifa dos serviços, conforme apresentado a seguir, onde:

- Cenário 1 - se os investimentos se fizerem a partir de recursos onerosos (financiamento do prestador), quando se fará necessário cobrar 100% da tarifa de água;
- Cenário 2 - se os investimentos se fizerem a partir de recursos não onerosos (fundo perdido obtido pelo município), quando se adotará tarifa de 65% da tarifa de água.

Ainda com base nos referidos cenários, as Tabelas 17 a 20 a seguir, apresentam os fluxos de caixa projetado para os serviços de esgotamento sanitário Sede (CASAN) e Bellatorres (Abastecedora de água Belatorres) considerando respectivamente, recursos onerosos e não onerosos.



O equilíbrio econômico-financeiro resultante apresentado para os serviços de esgotamento sanitário se demonstram insustentáveis econômico – financeiro, para os dois cenários do SES Sede e para o cenário 1 do SES Belatorres, indicando a adoção de alternativas para atingir o equilíbrio. O cenário 2, onde prevê investimentos não onerosos o SES Belatorres se apresenta sustentável econômico-financeiramente.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 16. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água – SAA Sede

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	19.732.974,43	553.149,55	596.066,33	686.668,41	686.668,41	733.558,96	777.270,49	822.571,53	868.667,33	914.763,12	962.448,43	1.007.749,47	1.053.050,51	1.098.351,55	1.145.242,10	1.192.132,65	1.236.638,94	1.281.145,22	1.326.446,27	1.372.542,06	1.417.843,10
Receita operacional		541.516,41	583.530,61	672.227,27	672.227,27	718.131,67	760.923,92	805.272,24	850.398,61	895.524,98	942.207,43	986.555,76	1.030.904,08	1.075.252,41	1.121.156,82	1.167.061,22	1.210.631,51	1.254.201,80	1.298.550,12	1.343.676,49	1.388.024,82
Outras receitas		11.633,14	12.535,71	14.441,14	14.441,14	15.427,29	16.346,57	17.299,29	18.268,71	19.238,14	20.241,00	21.193,71	22.146,43	23.099,14	24.085,29	25.071,43	26.007,43	26.943,43	27.896,14	28.865,57	29.818,29
Saída de caixa	17.122.380,37	469.180,23	554.324,64	599.180,63	599.515,63	639.623,09	676.866,61	715.793,36	754.891,71	794.157,56	834.939,13	873.698,38	912.122,62	950.546,86	990.654,32	1.030.426,79	1.068.511,92	1.106.429,55	1.144.853,80	1.184.287,15	1.222.376,39
Despesa de exploração		405.513,51	436.975,77	503.396,08	503.396,08	537.771,51	569.816,40	603.026,56	636.819,35	670.612,14	705.570,20	738.780,36	771.990,52	805.200,68	839.576,10	873.951,53	906.579,05	939.206,58	972.416,74	1.006.209,53	1.039.419,69
Depreciação		22.308,69	24.039,54	27.693,55	27.693,55	29.584,66	31.347,56	33.174,57	35.033,62	36.892,68	38.815,85	40.642,85	42.469,86	44.296,86	46.187,97	48.079,08	49.874,03	51.668,99	53.495,99	55.355,05	57.182,05
Investimento em produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	72.750,00	25.000,00	25.000,00	26.000,00	26.250,00	27.000,00	27.000,00	27.250,00	27.750,00	28.250,00	28.250,00	28.250,00	28.750,00	28.750,00	29.250,00	29.500,00	29.500,00	30.000,00	29.500,00
Imposto sobre lucro		41.358,02	20.559,34	43.091,00	42.926,00	46.266,92	49.452,66	52.592,23	56.038,74	59.402,74	62.803,09	66.025,17	69.412,24	72.799,32	76.140,25	79.646,17	82.808,83	86.053,99	89.441,07	92.722,57	96.274,65
Saldo de caixa anual	2.610.594,06	83.969,32	41.741,68	87.487,78	87.152,78	93.935,87	100.403,88	106.778,17	113.775,62	120.605,56	127.509,30	134.051,09	140.927,89	147.804,69	154.587,78	161.705,87	168.127,02	174.715,67	181.592,47	188.254,91	195.466,71
VPL (I=6,25% ao ano)	1.398.147,13																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 30.

Tabela 17. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água – SAA Bellatorres

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	15.975.372,31	394.993,29	432.346,78	507.053,76	507.053,76	545.202,00	587.324,02	630.240,80	672.362,82	715.279,59	758.196,37	805.086,92	851.977,47	898.868,02	945.758,57	992.649,12	1.043.513,45	1.095.172,53	1.146.036,86	1.197.695,94	1.248.560,27
Receita operacional		386.686,29	423.254,20	496.390,04	496.390,04	533.736,00	574.972,16	616.986,37	658.222,53	700.236,73	742.250,94	788.155,35	834.059,76	879.964,16	925.868,57	971.772,98	1.021.567,59	1.072.140,24	1.121.934,86	1.172.507,51	1.222.302,12
Outras receitas		8.307,00	9.092,57	10.663,71	10.663,71	11.466,00	12.351,86	13.254,43	14.140,29	15.042,86	15.945,43	16.931,57	17.917,71	18.903,86	19.890,00	20.876,14	21.945,86	23.032,29	24.102,00	25.188,43	26.258,14
Saída de caixa	31.375.308,58	335.032,43	2.744.469,77	1.222.330,35	1.243.450,35	1.289.275,33	1.308.653,75	1.368.486,85	1.405.865,27	1.763.729,10	1.499.371,47	1.532.518,01	1.568.784,54	1.605.051,08	1.662.437,62	1.698.944,16	1.735.164,13	1.780.878,79	1.825.018,76	1.881.533,42	1.904.313,39
Despesa de exploração		289.569,27	316.953,09	371.720,72	371.720,72	399.687,17	430.566,79	462.029,04	492.908,66	524.370,92	555.833,17	590.208,60	624.584,03	658.959,45	693.334,88	727.710,31	764.998,91	802.870,14	840.158,74	878.029,97	915.318,57
Depreciação		15.930,20	17.436,68	20.449,64	20.449,64	21.988,17	23.686,96	25.417,81	27.116,60	28.847,45	30.578,30	32.469,41	34.360,52	36.251,63	38.142,74	40.033,85	42.085,22	44.168,65	46.220,02	48.303,45	50.354,82
Investimento em produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.910,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	2.410.080,00	830.160,00	851.280,00	867.600,00	854.400,00	881.040,00	885.840,00	891.600,00	912.960,00	909.840,00	909.840,00	909.840,00	930.960,00	931.200,00	928.080,00	933.840,00	938.640,00	955.200,00	938.640,00
Imposto sobre lucro		29.532,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de caixa anual	-15.399.936,27	59.960,85	-2.312.122,99	-715.276,60	-736.396,60	-744.073,33	-721.329,73	-738.246,05	-733.502,45	-1.048.449,50	-741.175,10	-727.431,09	-716.807,07	-706.183,06	-716.679,05	-706.295,03	-691.650,68	-685.706,26	-678.981,90	-683.837,48	-655.753,13
VPL (I=6,25% ao ano)	-9.499.890,23																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 31.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 18. Fluxo de Caixa Projetado para SES Sede – Cenário de Recursos Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	14.869.073,20	0,00	0,00	0,00	308.364,98	360.024,06	414.862,16	473.674,04	536.459,69	604.013,88	676.336,59	750.248,82	828.929,57	909.994,59	998.212,41	1.088.814,49	1.181.800,84	1.278.760,96	1.378.900,10	1.484.602,53	1.595.073,49
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	301.879,84	352.452,49	406.137,31	463.712,33	525.177,55	591.311,02	662.112,73	734.470,53	811.496,57	890.856,73	977.219,27	1.065.915,92	1.156.946,69	1.251.867,67	1.349.900,82	1.453.380,24	1.561.527,92
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	6.485,14	7.571,57	8.724,86	9.961,71	11.282,14	12.702,86	14.223,86	15.778,29	17.433,00	19.137,86	20.993,14	22.898,57	24.854,14	26.893,29	28.999,29	31.222,29	33.545,57
Saída de caixa	42.399.303,05	0,00	0,00	0,00	6.847.916,05	1.899.224,86	1.423.267,06	1.531.019,56	1.662.024,87	1.772.996,08	1.923.268,11	1.979.798,40	2.130.604,89	2.207.282,36	2.398.655,95	2.516.932,34	2.605.288,70	2.710.907,88	2.796.453,26	2.936.614,91	3.057.047,77
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	30.517,56	47.974,71	51.293,54	54.941,73	58.935,29	63.318,38	68.101,83	72.397,69	76.957,04	81.702,16	101.193,81	106.470,23	111.871,07	117.506,72	123.346,21	129.481,07	135.880,72
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	17.438,04	20.359,36	23.460,46	26.786,27	30.336,80	34.156,98	38.246,83	42.426,57	46.875,97	51.460,19	56.448,91	61.572,46	66.830,84	72.313,93	77.976,80	83.954,27	90.201,41
Depreciação		0,00	0,00	0,00	198.626,62	251.795,22	277.594,60	304.516,66	335.657,33	364.568,81	395.182,87	424.773,46	455.786,53	486.206,43	523.850,88	576.334,96	598.639,78	619.283,76	637.934,45	655.199,09	670.664,62
Investimento em Tratamento		0,00	0,00	0,00	563.569,44	563.569,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	0,00	0,00	6.037.764,40	1.015.526,12	1.070.918,46	1.144.774,90	1.237.095,46	1.310.951,90	1.421.736,57	1.440.200,68	1.550.985,35	1.587.913,57	1.717.162,35	1.772.554,69	1.827.947,02	1.901.803,46	1.957.195,80	2.067.980,47	2.160.301,02
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de caixa anual	-27.530.229,84	0,00	0,00	0,00	-6.539.551,07	-1.539.200,80	-1.008.404,90	-1.057.345,52	-1.125.565,18	-1.168.982,20	-1.246.931,52	-1.229.549,58	-1.301.675,32	-1.297.287,77	-1.400.443,54	-1.428.117,85	-1.423.487,87	-1.432.146,92	-1.417.553,16	-1.452.012,38	-1.461.974,28
VPL (i=6,25% ao ano)	-16.103.198,61																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 44.

Tabela 19. Fluxo de Caixa Projetado para SES Sede – Cenário de Recursos Não Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	9.664.897,58	0,00	0,00	0,00	200.437,24	234.015,64	269.660,41	307.888,13	348.698,80	392.609,02	439.618,78	487.661,73	538.804,22	591.496,48	648.838,07	707.729,42	768.170,54	831.194,62	896.285,07	964.991,64	1.036.797,77
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	196.221,89	229.094,12	263.989,25	301.413,01	341.365,41	384.352,16	430.373,28	477.405,84	527.472,77	579.056,88	635.192,52	692.845,35	752.015,35	813.713,99	877.435,53	944.697,16	1.014.993,15
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	4.215,34	4.921,52	5.671,16	6.475,11	7.333,39	8.256,86	9.245,51	10.255,89	11.331,45	12.439,61	13.645,54	14.884,07	16.155,19	17.480,64	18.849,54	20.294,49	21.804,62
Saída de caixa	9.901.345,45	0,00	0,00	0,00	240.478,90	313.003,52	344.137,44	376.869,46	414.311,53	450.089,23	488.145,15	524.748,42	563.212,95	601.357,72	661.736,48	722.827,29	758.643,38	799.436,57	839.791,01	880.745,04	921.811,35
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	30.517,56	47.974,71	51.293,54	54.941,73	58.935,29	63.318,38	68.101,83	72.397,69	76.957,04	81.702,16	101.193,81	106.470,23	111.871,07	117.506,72	123.346,21	129.481,07	135.880,72
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	11.334,73	13.233,58	15.249,30	17.411,07	19.718,92	22.202,04	24.860,44	27.577,27	30.469,38	33.449,13	36.691,79	40.022,10	43.440,04	47.004,06	50.684,92	54.570,28	58.630,91
Depreciação		0,00	0,00	0,00	198.626,62	251.795,22	277.594,60	304.516,66	335.657,33	364.568,81	395.182,87	424.773,46	455.786,53	486.206,43	523.850,88	576.334,96	598.639,78	619.283,76	637.934,45	655.199,09	670.664,62
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.692,49	15.642,03	27.825,43	41.494,60	56.635,10	
Saldo de caixa anual	-236.447,87	0,00	0,00	0,00	-40.041,66	-78.987,88	-74.477,04	-68.981,34	-65.612,73	-57.480,21	-48.526,36	-37.086,69	-24.408,73	-9.861,24	-12.898,42	-15.097,87	9.527,17	31.758,06	56.494,05	84.246,60	114.986,42
VPL (i=6,25% ao ano)	-253.926,55																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 45.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 20. Fluxo de Caixa Projetado para SES Bellatorres – Cenário de Recursos Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	13.009.346,27	0,00	0,00	0,00	241.605,55	282.932,82	331.412,88	383.071,96	439.499,57	498.311,45	561.891,86	632.625,06	708.126,80	786.807,55	869.462,08	957.679,90	1.053.845,27	1.153.984,41	1.258.097,33	1.367.773,53	1.482.218,27
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	236.524,41	276.982,53	324.443,02	375.015,67	430.256,57	487.831,59	550.074,86	619.320,49	693.234,37	770.260,41	851.176,65	937.539,18	1.031.682,12	1.129.715,27	1.231.638,61	1.339.008,24	1.451.046,12
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	5.081,14	5.950,29	6.969,86	8.056,29	9.243,00	10.479,86	11.817,00	13.304,57	14.892,43	16.547,14	18.285,43	20.140,71	22.163,14	24.269,14	26.458,71	28.765,29	31.172,14
Saída de caixa	21.735.277,27	0,00	0,00	0,00	2.750.420,34	608.083,25	698.879,10	759.885,34	833.669,25	875.638,24	960.225,08	1.057.072,09	1.134.435,63	1.191.596,16	1.287.124,08	1.376.327,68	1.495.073,24	1.561.931,21	1.638.786,29	1.715.158,15	1.790.972,14
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	28.530,32	45.369,61	48.203,50	51.238,75	54.528,61	57.993,89	61.713,48	65.853,78	70.258,49	74.874,60	94.128,63	99.273,11	104.896,48	110.767,30	116.885,05	123.303,73	129.996,35
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	13.662,79	15.999,85	18.741,40	21.662,72	24.853,70	28.179,51	31.774,98	35.774,95	40.044,57	44.493,97	49.168,08	54.156,80	59.594,95	65.257,82	71.145,40	77.347,59	83.819,44
Depreciação		0,00	0,00	0,00	79.107,23	94.833,79	108.164,21	122.133,88	138.086,94	152.724,84	168.376,62	185.193,36	202.532,58	219.817,59	240.067,37	267.787,77	283.041,81	297.286,09	310.785,84	323.186,83	334.486,35
Investimento em Tratamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	0,00	0,00	2.629.120,00	451.880,00	523.770,00	564.850,00	616.200,00	636.740,00	698.360,00	770.250,00	821.600,00	852.410,00	903.760,00	955.110,00	1.047.540,00	1.088.620,00	1.139.970,00	1.191.320,00	1.242.670,00
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de caixa anual	-8.725.931,01	0,00	0,00	0,00	-2.508.814,79	-325.150,43	-367.466,23	-376.813,39	-394.169,68	-377.326,79	-398.333,22	-424.447,02	-426.308,84	-404.788,61	-417.662,00	-418.647,78	-441.227,98	-407.946,80	-380.688,97	-347.384,62	-308.753,88
VPL (i=6,25% ao ano)	-5.298.413,41																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 46.

Tabela 21. Fluxo de Caixa Projetado para SES Bellatorres – Cenário de Recursos Não Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	8.456.075,07	0,00	0,00	0,00	157.043,61	183.906,33	215.418,37	248.996,77	285.674,72	323.902,44	365.229,71	411.206,29	460.282,42	511.424,91	565.150,35	622.491,93	684.999,42	750.089,87	817.763,26	889.052,79	963.441,87
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	153.740,87	180.038,64	210.887,96	243.760,19	279.666,77	317.090,53	357.548,66	402.558,32	450.602,34	500.869,27	553.264,82	609.400,47	670.593,38	734.314,92	800.565,10	870.355,36	943.179,98
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	3.302,74	3.867,69	4.530,41	5.236,59	6.007,95	6.811,91	7.681,05	8.647,97	9.680,08	10.755,64	11.885,53	13.091,46	14.406,04	15.774,94	17.198,16	18.697,44	20.261,89
Saída de caixa	6.370.730,03	0,00	0,00	0,00	129.891,69	161.593,30	184.016,30	207.762,71	234.148,86	260.341,53	288.524,17	319.479,65	352.102,62	385.591,11	431.823,64	474.938,41	511.922,07	549.345,21	587.385,20	626.220,97	665.642,59
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	28.530,32	45.369,61	48.203,50	51.238,75	54.528,61	57.993,89	61.713,48	65.853,78	70.258,49	74.874,60	94.128,63	99.273,11	104.896,48	110.767,30	116.885,05	123.303,73	129.996,35
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	8.880,82	10.399,90	12.181,91	14.080,77	16.154,91	18.316,68	20.653,74	23.253,72	26.028,97	28.921,08	31.959,25	35.201,92	38.736,72	42.417,58	46.244,51	50.275,94	54.482,64
Depreciação		0,00	0,00	0,00	79.107,23	94.833,79	108.164,21	122.133,88	138.086,94	152.724,84	168.376,62	185.193,36	202.532,58	219.817,59	240.067,37	267.787,77	283.041,81	297.286,09	310.785,84	323.186,83	334.486,35
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	13.373,33	10.990,00	15.466,69	20.309,32	25.378,41	31.306,12	37.780,34	45.178,79	53.282,59	61.977,84	65.668,38	72.675,61	85.247,06	98.874,24	113.469,79	129.454,48	146.677,26
Saldo de caixa anual	2.085.345,04	0,00	0,00	0,00	27.151,92	22.313,03	31.402,07	41.234,06	51.525,86	63.560,91	76.705,53	91.726,64	108.179,80	125.833,80	133.326,72	147.553,52	173.077,36	200.744,66	230.378,07	262.831,82	297.799,28
VPL (i=6,25% ao ano)	909.789,81																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 47.



2.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Para tanto o Prestador deve, nas suas atividades de operação e manutenção, utilizar mecanismos locais e corporativos de gestão no sentido de prevenir ocorrências indesejadas através de controles e monitoramento das condições físicas das instalações e equipamentos visando minimizar ocorrência de sinistros e interrupções na prestação dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e na drenagem pluvial, em decorrência de sua possível implantação.

2.4.1. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 22 a seguir.

Tabela 22. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Serviço	Situações	Ações Preventivas
Abastecimento de Água	Controle dos mananciais	Recarga do manancial subterrâneo: nível e rebaixamento, tempo diário de funcionamento
		Limitações aos usos do solo nas bacias de captação: registro dos produtos químicos utilizados na agropecuária praticada na região, controle da atividade humana e das descargas de águas residuárias
		Fiscalização regular na bacia hidrográfica do rio Mampituba contra atividades poluidoras
	Controle das instalações de produção	Realização de medição periódica na saída da captação e entrada da ETA
		Monitoramento a distância do bombeamento da captação
		Monitoramento a distância dos principais pontos de controle da ETA e do bombeamento da elevatória de água tratada
		Qualidade nos mananciais e controle sanitário da bacia de montante
		Qualidade da água distribuída conforme legislação vigente
	Controle dos equipamentos	Horas trabalhadas e consumo de energia
		Corrente, tensão, vibração e temperatura
		Controle de equipamentos reserva

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 22. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Serviço	Situações	Ações Preventivas
Abastecimento de Água	Monitoramento do sistema distribuidor	Vazões encaminhadas aos setores
		Pressão e regularidade na rede
		Programação de limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios
	Gestão da manutenção	Cadastro de equipamentos e instalações
		Programação da manutenção preventiva
		Programação da manutenção preditiva em equipamentos críticos
		Programação de limpeza periódica da captação
		Programação de inspeção periódica em tubulações adutoras
		Programação de limpeza periódica na ETA
Esgotamento Sanitário	Controle das condições do tratamento	Registro do histórico das manutenções
		Realização de medição na entrada da ETE
		Monitoramento a distância dos principais pontos de controle da ETE e do bombeamento da EEE (elevatória) final
	Controle dos equipamentos	Qualidade dos efluentes conforme legislação vigente
		Horas trabalhadas e consumo de energia
		Corrente, tensão, vibração e temperatura
	Gestão da manutenção	Controle de equipamentos reserva
		Cadastro de equipamentos e instalações
		Programação da manutenção preventiva
		Programação da manutenção preditiva em equipamentos críticos
		Programação de limpeza periódica em coletores e ramais
		Programação de limpeza periódica de elevatórias e na ETE
		Registro do histórico das manutenções

2.4.2. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 23 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 23. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

Ações Corretivas		Responsável	Contato
1	Comunicação à concessionária de energia	CASAN ou Abastecedora de Água Bellatorres	CASAN (48) 3548 0790
2	Comunicação à Polícia / Bombeiros		Abastecedora de Água Bellatorres (48) 3538.1290
3	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil	CASAN ou Abastecedora de Água Bellatorres e Prefeitura Municipal	CASAN (48) 3548 0790 Abastecedora de Água Bellatorres (48) 3538.1290 PM (48) 3548.0035
4	Comunicação ao Órgão Ambiental e/ou Polícia Ambiental	CASAN ou Abastecedora de Água Bellatorres	CASAN (48) 3548 0790 Abastecedora de Água Bellatorres (48) 3538.1290
5	Comunicação ao responsável técnico		
6	Controle da água disponível em reservatórios		
7	Descarga de rede		
8	Disponibilidade de frota de caminhões tanque		
9	Execução de rodízio de abastecimento		
10	Instalação de contenção	Cooperativa Elétrica de Praia Grande (CEPRAG)	(48) 3532-6400
11	Interrupção no fornecimento de energia elétrica		
12	Transferência de água entre setores (manobras de rede)	CASAN ou Abastecedora de Água Bellatorres	CASAN (48) 3548 0790 Abastecedora de Água Bellatorres (48) 3538.1290
13	Paralisação parcial do serviço		
14	Paralisação total do serviço		
15	Possível ação de disponibilidade de gerador de emergência		
16	Reparo das instalações danificadas	Prefeitura Municipal	(48) 3548.0035
17	Solicitação de apoio a município vizinho		
18	Substituição de pessoal	CASAN ou Abastecedora de Água Bellatorres	CASAN (48) 3548 0790 Abastecedora de Água Bellatorres (48) 3538.1290
19	Uso de equipamento ou veículo reserva		

Fonte Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 5 e 6; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

Atualmente, não há prestador do serviços de esgotamento sanitário. Nesse caso, caberá ao prestador escolhido efetuar as ações corretivas delegadas à CASAN na Tabela 23.



Para as localidades rurais, não abastecidas pelos sistemas operados pela CASAN, o responsável pelas ações corretivas para os serviços de abastecimento de água, descritas na Tabela 23, é a Prefeitura Municipal, com exceção da ação de número 11 que é realizada pela cooperativa responsável pelo fornecimento e distribuição de energia elétrica do município.

Foram identificadas as situações adversas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Tabela 24 inter-relaciona as situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas. Para as áreas rurais atendidas por sistemas individuais de abastecimento de água ou soluções alternativas coletivas, pode-se aplicar também aos seus respectivos elementos de sistema a inter-relação das situações adversas com as ações corretivas.

Vale ressaltar que os operadores dos serviços devem fazer o registro das situações de emergência com a avaliação crítica das ações corretivas relacionadas na Tabela 23 a fim de que seja realizado o aperfeiçoamento necessário.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 24. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Elementos do Sistema		Situações Adversas												
		Acidente Ambiental	Deslizamento e movimento do solo	Estiagem	Falta ao Trabalho	Falta de Energia	Greve	Incêndio	Interrupção no bombeamento	Inundação	Rompimento	Vandalismo	Vazamento de cloro	Vazamento de Produtos Químicos
Sistema de Abastecimento de Água	Manancial	2,3,4,5,6,9,10,13,14	2,3,4,5,6,9,13,14,16	1,2,3,5,6,8,9,12,13,15,16						2,3,4,5,6,13,14		2,3,4,5,16,19		2,4,5,10
	Captação / EEAB	2,4,5,7,10	2,3,4,5,6,13,14,16	3,5,6,8,9,12,13	5,6,13,18	1,2,3,5,6,8,9,12,13,15,16	3,5,6,13,18	1,2,3,4,5,6,9,11,13,14,15,16,19	1,2,5,6,8,9,12,13,14,15,16	1,2,3,4,5,6,8,9,11,12,13,14,17	2,5,6,12,13,16,19	1,2,3,4,5,6,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,10,14,15
	Adutora de Água Bruta		2,3,4,5,13,14,16		5,13,18	1,5,13	5,13,18			2,4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	ETA	2,4,5,6,7,9,13,14	2,3,4,5,6,13,14,16	5,6,13	5,6,13,18	1,2,5,6,8,9,12,13,15,16	5,6,13,18	1,2,4,5,6,11,13,14,15,16,19	1,2,6,8,9,12,15,16	1,2,4,5,6,11,13,14	2,5,6,8,13,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19	2,4,5,13,14,16	2,4,5,9,13,14
	EEAT				5,6,13,18	1,2,5,6,8,9,13,15,16	5,6,13,18	1,3,4,5,6,11,13,14,15	1,2,3,5,6,8,9,12,13,14,15,16	1,5,8,11,12	5,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	Adutora de Água Tratada		4,5,16		5,14,18	1,5,13	5,13,18			4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	Reservatórios	2,4,5,6,7,8,9,13,14	2,3,4,5,6,13,14,16	5,6,9	5,6,13,18	1,5,6,13	5,6,13,18		1,5,6	5,6	1,2,5,6,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,13,14
	Rede de Distribuição	2,4,5,13,14	2,3,4,5,13,14,16		5,6,13,18	1,5,6,13	5,6,13,18		1,5,6	4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,7,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,13,14
Sistema de Esgotamento Sanitário	Rede Coletora		4,5,16		5,13,18		5,13,18			2,4,5,13,14	2,5	4,5,16,19		
	Coletores e Interceptores		4,5,16		5,13,18	2,5,13	5,13,18			2,4,5,13,14	1,2,4,5,13,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		
	EEE	1,2,4,15,16	4,5,16		5,13,18	1,2,4,5,13,15,16	5,13,18	1,2,4,5,11,13,14,15,19	1,2,4,5,15,16	1,2,4,5,11,13,14	1,2,4,5,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		
	ETE	2,4,10,13,14,16	4,5,16		5,13,18	1,2,4,5,13,15,16	5,13,18	1,2,4,5,11,13,14,15,16,19	1,2,4,5,15,16	1,2,4,5,13,14,15,16	1,2,4,5,13,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		2,4,5
	Corpo Receptor	2,4,10,13,14												2,4,5,10

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabela 3.



2.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de racionamento e aumento de demanda temporária

O racionamento de água e o aumento de demanda temporária devem ser compreendidos como uma situação de contingência e, portanto, deve ser previsto um conjunto de ações preventivas para o seu controle, conforme apresentado acima.

Nos casos de eventos anormais resulte uma situação de emergência ou nos casos de anormalidade do abastecimento por motivo de força maior, a CASAN deverá estabelecer um plano com a indicação dos períodos de racionamento, que deverão ser submetidos à aprovação ao ente regulador.

Nos casos dos planos de racionamento, a CASAN deverá contemplar, prioritariamente: hospitais, postos de saúde, escolas, asilos, orfanatos, creches, delegacias.

Para uma efetiva aplicação do Plano de Racionamento é fundamental que haja uma adequada articulação no relacionamento da CASAN com a Prefeitura municipal, além das organizações e setores da sociedade. Na Tabela 25 apresenta algumas diretrizes que o prestador deverá considerar para a elaboração do Plano de Racionamento no abastecimento de água.

É fundamental que seja contemplado no Plano de Racionamento um programa de comunicação com o objetivo de avisar à população atingida as diretrizes do plano. Suas ações devem ser executadas por meio das diversas áreas da comunicação: rádio, TV, impressos, jornais.

Tabela 25. Diretrizes para a Elaboração do Plano de Racionamento

Plano e Estratégia	Ação
Plano de comunicação	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil
	Comunicação à concessionária de energia
	Possível ação de disponibilidade de gerador de emergência
	Comunicação à Polícia/Bombeiros.
Estratégia de operação	Controle da água disponível nos reservatórios
	Disponibilidade de frota de caminhões tanque
	Ação com a gestão de recursos hídricos para controle da demanda
	Reparo das instalações danificadas
	Execução de rodízio de abastecimento

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.3.1.



O aumento de demanda temporária deve ser compreendido como uma situação de contingência e, portanto, deve ser previsto um conjunto de ações preventivas para o seu controle.

Em consulta feita ao município foi indicado que não há disponibilidade local de caminhão pipa; para tanto, nas regras contratuais com o Prestador deverá ser exigida a responsabilidade de dispor destes caminhões, em resposta às situações de racionamento de água e aumento da demanda que venham atingir o sistema de abastecimento de água, através de veículos próprios ou locados por contratação junto a terceiros. A Tabela 26 apresenta a quantidade de caminhões necessários para o abastecimento da população em casos de racionamento.

Tabela 26. Quantidade de Caminhões Pipa necessários

Localidade	População Abastecida		Quantidade de caminhão pipa		Responsabilidade
	2012	2030	2012	2030	
Sede	2.368	5.636	3	6	CASAN
Bellatorres	1.846	5.333	2	3	Abastecedora de Água Bela Torres
Rural	726	485	1	1	Prefeitura Municipal

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.3.3.

2.4.4. Estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços

As situações críticas que podem ocorrer nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e/ou drenagem pluvial devem ser ponderadas e consideradas nos planejamentos dos prestadores de serviços.

Em casos de ocorrência das situações críticas deve-se priorizar o atendimento das atividades essenciais relacionadas à saúde pública. Outros fatores também considerados como critério de prioridade de atendimento são: nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

Para essas situações podem ser utilizados mecanismos tarifários de contingência. O emprego das tarifas de contingência é assegurado pela Lei Federal 11.445/2007 através do seu Artigo 46.

Para o município de Passo de Torres, a autoridade gestora dos recursos hídricos é o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Mampituba, responsável pelo estabelecimento da situação crítica e consequentemente pela adoção de racionamento no fornecimento de água.

**Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres**

O responsável pela instituição da tarifa de contingência é o ente regulador da prestação de serviços, seja de abastecimento de água ou de limpeza urbana. O município de Passo de Torres não possui ente regulador desses serviços, o qual deverá ser instituído no prazo imediato das metas.

Caso seja adotada, a tarifa de contingência de abastecimento de água incidirá, preferencialmente, sobre os consumidores que ultrapassarem os limites definidos no racionamento.



3. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

A responsabilidade de gerenciamento dos resíduos gerados no município é especificada de acordo com a sua origem, conforme apresenta a Tabela 27 a seguir.

Tabela 27. Tipos de Resíduos produzidos no município de Passo de Torres e respectivos órgãos responsáveis por seu gerenciamento

Origem do Resíduo	Órgão Responsável
Domiciliar, Comercial, Limpeza Pública	Prefeitura Municipal
Industrial	A própria empresa geradora
Agrícola	Os próprios fornecedores de insumos para a lavoura
Área de Saúde	Vigilância Sanitária

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 49.

Para a realização de outros serviços, a Prefeitura conta com contratos de periodicidade anual com empresas terceirizadas conforme apresenta a Tabela 28 a seguir.

Tabela 28. - Empresas Terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Passo de Torres

Empresa Terceirizada	Serviço Prestado
SANTEC	Aterro Sanitário
COLIX	Coleta, Transporte e Tratamento de RSS
CRIPLAN Terraplenagem Ltda.	Coleta

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 51.

De acordo com as informações recebidas da Prefeitura Municipal, Passo de Torres gera aproximadamente 100 toneladas de resíduos por mês. No entanto, considerando o Balneário de Bella Torres, com características turística, este volume chega a 200 toneladas durante o verão.

Neste contexto, as Tabela 29 a seguir apresenta a população total residente e flutuante e as quantidades de resíduos gerados pelas mesmas.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 29. População Atendida x Quantidade de Resíduos Produzido em 2009**

População Atendida por Coleta - 2009 (hab.)		População Total (hab.)	Quantidade de Resíduo Produzido (ton./mês)
Urbana	4.080	4.744	100
Rural	774	774	
Urbana + rural + flutuante (Temporada)	5.878	6542	200

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 53.

A quantidade de resíduo produzido pelo município apresentado na Tabela 8, corresponde em termos de coleta, ao atendimento em 86% da população urbana e 100% da população rural representando desta forma ao atendimento de 4.854 habitantes.

Quanto à disposição dos resíduos, aqueles gerados pelos serviços de limpeza urbana (varrição, poda e capina) são dispostos em terreno da Prefeitura, localizado na sede da Secretaria da Agricultura, em Curralinho à aproximadamente 4 km do centro da cidade.

Quanto aos resíduos de saúde, conforme informado pela vigilância sanitária, todas as unidades de saúde, públicas e particulares do município, possuem o PGRSS aprovado. O gerenciamento do lixo da área de saúde é de responsabilidade da vigilância sanitária do município. O responsável pela coleta e destinação final dos resíduos de serviços de saúde das unidades públicas e particulares é a Empresa COLIX.

Quanto à disposição final, conforme mencionado anteriormente a área em que foi instalado o Aterro Sanitário no município de Içara - SC apresenta condições ideais para a sua operação, e dispõe de infra-estrutura adequada para realizar as atividades de acondicionamento dos resíduos sólidos domiciliares e industriais, operando de acordo com as normas técnicas e as legislações ambientais vigentes.

Não há coleta seletiva ou centro de triagem e compostagem em Passo de Torres. Os resíduos domésticos e orgânicos são encaminhados diretamente ao Aterro Sanitário da SANTEC, em Içara.



3.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 30 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.

Tabela 30. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Resíduos Sólidos

Setor	Elemento	Classificação	Prioridade
Resíduos Sólidos	Coleta de resíduos domiciliares	CD	2ª
	Coleta seletiva	CD	2ª
	Coleta de resíduos de limpeza pública	CD	2ª
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde - PGRSS	CP	3ª
	Plano de Resíduos Sólidos	CP	3ª
	Coleta de resíduos sólidos de saúde	CP	3ª
	Antigo aterro	D	5ª
	Disposição Final dos Resíduos Domiciliares	P	6ª

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 79.

3.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

O cenário normativo que se pretende estabelecer tem no plano de metas o resumo do que é de essencial no PMSB. Ele diz respeito a metas, não só no sentido preciso de quantidades e prazos a alcançar, mas também a regras, no sentido de padrões de qualidade, eficiência e confiabilidade operacional.



Para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do município, o cenário selecionado como normativo é o cenário de universalização.

3.2.1. Projeções e Demandas

A Tabela 31 a seguir apresenta, ano a ano dentro do horizonte de projeto, as seguintes informações:

- Os percentuais de cobertura a serem alcançados;
- A respectiva população a atender nos termos da projeção estudada;
- A geração média de resíduo, em kg/dia;
- A quantidade total de resíduo a ser coletado (ton./mês);
- A quantidade por tipo de resíduo em ton./mês para disposição final.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 31. Quantidade de Resíduos a Serem Coletados Conforme Meta de Cobertura Estabelecida para o Município (ton/mês)

Marco	Ano	Meta de Cobertura (%)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Atendida Conforme Meta (hab.)	População Flutuante (hab.)	Per capita de Geração de Resíduo (kg/hab./dia)	Projeção da Geração de Resíduo (população total=urbana+rural)		Projeção da Geração de Resíduo (população flutuante)		Projeção da Geração de Resíduo (população total + flutuante)	
									(kg/dia)	(ton./mês)	(kg/dia)	(ton./mês)	(kg/dia)	(ton./mês)
Imediato	2011	90	5.697	4.955	742	5.127	1.321	0,69	3.538	106,14	911	27,34	4.449	133,48
	2012	90	5.774	5.049	726	5.197	1.477		3.586	107,57	1.019	30,57	4.605	138,14
	2013	90	5.852	5.142	710	5.267	1.633		3.634	109,02	1.127	33,80	4.761	142,83
Curto Prazo	2014	90	5.929	5.235	694	5.336	1.789		3.682	110,46	1.234	37,03	4.916	147,49
	2015	90	6.006	5.328	678	5.405	1.945		3.730	111,89	1.342	40,26	5.072	152,15
	2016	90	6.056	5.394	663	5.450	2.126		3.761	112,82	1.467	44,01	5.228	156,83
	2017	90	6.106	5.459	647	5.495	2.306		3.792	113,75	1.591	47,73	5.383	161,49
	2018	90	6.157	5.524	632	5.541	2.486		3.823	114,70	1.715	51,46	5.539	166,17
	2019	95	6.207	5.590	617	5.897	2.667		4.069	122,06	1.840	55,21	5.909	177,27
Médio Prazo	2020	95	6.257	5.655	602	5.944	2.847		4.101	123,04	1.964	58,93	6.066	181,98
	2021	95	6.288	5.699	589	5.974	3.048		4.122	123,65	2.103	63,09	6.225	186,75
	2022	95	6.319	5.743	576	6.003	3.249		4.142	124,26	2.242	67,25	6.384	191,52
	2023	95	6.349	5.787	563	6.032	3.450		4.162	124,85	2.381	71,42	6.542	196,27
	2024	100	6.380	5.831	550	6.380	3.652		4.402	132,07	2.520	75,60	6.922	207,66
	2025	100	6.411	5.874	537	6.411	3.853		4.424	132,71	2.659	79,76	7.082	212,46
Longo Prazo	2026	100	6.429	5.903	526	6.429	4.073		4.436	133,08	2.810	84,31	7.246	217,39
	2027	100	6.448	5.932	516	6.448	4.294		4.449	133,47	2.963	88,89	7.412	222,36
	2028	100	6.466	5.960	505	6.466	4.515		4.462	133,85	3.115	93,46	7.577	227,31
	2029	100	6.484	5.989	495	6.484	4.736		4.474	134,22	3.268	98,04	7.742	232,25
	2030	100	6.502	6.018	485	6.502	4.957		4.486	134,59	3.420	102,61	7.907	237,20

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabela 30.



3.2.2. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço

As intervenções físicas para o cenário normativo, juntamente com as necessidades apontadas na metodologia CDP– Condicionante, Deficiência e Potencialidade dos serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos estão resumidas na Tabela 32.

Tabela 32. Intervenções para os Serviços de Resíduos Sólidos

Meta	Objeto	Intervenção
Imediata	Planos e Projetos	Elaboração do Plano Diretor de Limpeza Pública
	Infraestrutura	Aquisição de equipamentos/veículo para ampliação da abrangência da área de cobertura de coleta(*)
		Implantação do centro de triagem e compostagem para conseqüente aumento da receita, à medida que os resíduos serão separados e comercializados(*)
Curto prazo	Programas / Projetos	Implantação de coleta seletiva através de projetos e educação ambiental(*)
Médio prazo	Programas / Projetos	Implantação de Programa de Óleo de cozinha
		Implantação da coleta de resíduos tecnológicos (Pilhas e Baterias), o qual deverá ser realizado de forma individual (sem misturar com a coleta seletiva), estocando os materiais nos barracões de reciclagem onde permanecerão até a definição do destino final mais adequado.
	Infraestrutura	Ampliação das unidades de triagem acompanhando o crescimento de material reciclável
	Administração	Continuidade das metas de curto prazo, com as melhorias e ampliações necessárias para atingir a meta de cobertura de coleta em 100% da população
Longo prazo	Administração	Continuidade dos programas anteriores, com melhorias, atualizações tecnológicas e busca de economias mantendo o atendimento a todo o território (100%), acompanhando o crescimento populacional do município.

Nota: (*) ações oriundas da metodologia CDP

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 4, Tabela 56.

3.2.3. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços são apresentadas a seguir na Tabela 33.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 33. Metas do Cenário Normativo para Resíduos Sólidos**

Objeto	2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas				
Cobertura (universalização)				
Cobertura de coleta	90%	90%	100%	100%
Coleta Seletiva	30%	60%	90%	100%
Metas Qualitativas				
Qualidade dos planos e projetos				
Gestão adequada para o Sistema de Limpeza urbana	100%	100%	100%	100%
Educação Ambiental	70%	80%	90%	100%
Qualidade do atendimento				
Índice de reclamações gerais	20%	10%	5%	5%
Índice (pesquisa) de satisfação	80%	90%	95%	95%
Metas de eficiência operacional				
Medição do serviço				
Implantação do Centro de Triagem	30%	60%	90%	100%
Índice de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Sólidos	90%	90%	100%	100%
Índice de Saturação do Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 66.

3.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

O conjunto de metas e ações a serem levadas a efeito pelo responsável dos serviços seguem através de dois cenários, um considerando que o município continuará a utilizar os serviços de disposição final da Santec ou de outra empresa nos próximos 20 anos e outro considerando que o município poderá implantar local de disposição final individualmente ou em consórcio. As Figuras 15 e 16 a seguir apresentam o cronograma para os dois cenários.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



			Imediato			Curto						Médio						Longo				
Natureza	Prazo	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social																				
		Serviços de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador																				
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPI's																				
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição																				
		Melhorias no Centro de Triagem																				
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução de melhorias																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos																				
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																				
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional																				
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Municipal de Limpeza Pública como																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação																				

Figura 15 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro SANTEC

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 5.

Natureza	Prazo	Descrição	Imediato			Curto						Médio						Longo				
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social																				
		Serviços de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador																				
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPI's																				
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição																				
		Melhorias no Centro de Triagem																				
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução de melhorias																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos																				
		Disposição final																				
Não Estrutural	2019-2030	Retroescavadeira																				
Não Estrutural	2019-2030	Terraaplanagem																				
Estrutural	2019-2030	Obras Civis																				
Estrutural	2019-2030	Obras Complementares																				
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																				
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional																				
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Municipal de Limpeza Pública como																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação																				

Figura 16 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro Municipal

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 6.



3.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira

O Programa de Investimentos do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é constituído por:

- Gestão adequada dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos - compreende a elaboração dos planos que traçarão as diretrizes para adequação dos serviços.
- Serviços de Limpeza Urbana - estimativa dos equipamentos necessários para a adequação dos sistemas de limpeza urbana no tocante a melhoria dos serviços de coleta, varrição e serviços congêneres.
- Melhorias no Centro de Triagem - compreende reforma do Centro de Triagem existente e aquisição de equipamentos visando melhores condições de trabalho e qualidade do resíduo a ser comercializado.
- Destinação Final - concepção do sistema de destinação final e estimativa dos investimentos necessários para dotar o município de um sistema que assegure a melhoria das condições sanitárias e ambientais.
- Planejamento, fiscalização e regulação - compreende a criação de departamento responsável, aparelhamento institucional, aprovação do plano diretor de limpeza pública e delegação dos serviços de regulação.

Neste contexto, as Tabelas 34 e 35 a seguir apresenta as estimativas de investimentos para as referidas ações propostas para a alternativa de utilização de aterro da SANTEC e disposição final individual ou consorciada, respectivamente.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 34. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – utilização do aterro sanitário da SANTEC

Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	Imediato			Curto					Medio					Longo						
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																								
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública	55.000,00	-	18.333,33	18.333,33	18.333,33																	
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social	20.000,00	-	6.666,67	6.666,67	6.666,67																	
Serviços de Limpeza Urbana																								
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador	250.000,00	12.500,00				54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental	2.880,00	144,00																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPIs	2.520,00	126,00				126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00
Não Estrutural	2014-2030	Caminhões para varrição	1.050,00	100,00				362,50	262,50	262,50	262,50	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Melhorias no Centro de Triagem																								
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução de melhorias	60.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos	25.000,00	1.250,00				1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
Planejamento, Fiscalização e Regulação																								
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana	10.000,00	96.000,00				96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional	40.000,00	3.600,00				3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Municipal de Limpeza Pública como Lei	15.000,00	-																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação	15.000,00	159,40				159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40
Total Geral (Investimentos + O & M até 2030)			496.450,00	116.879,40	28.000,00	28.000,00	28.000,00	158.664,57	158.664,57	158.664,57	158.384,57	158.402,07	158.402,07	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 48.

Tabela 35. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – disposição final individual ou consorciada

Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	Imediato			Curto					Médio					Longo						
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública	55.000,00	-	18.333,33	18.333,33	18.333,33																	
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social	20.000,00	-	6.666,67	6.666,67	6.666,67																	
		Serviços de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador	250.000,00	12.500,00				54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental	2.880,00	144,00																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPI's	2.520,00	126,00				126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00
Não Estrutural	2014-2030	Caminhões para varrição	1.050,00	100,00				262,50	262,50	262,50	262,50	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		Melhorias no Centro de Triagem																						
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução de melhorias	60.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos	25.000,00	1.250,00				1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
		Disposição final																						
Não Estrutural	2019-2030	Retroescavadeira	230.000,00	11.500,00										11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00
Não Estrutural	2019-2030	Terraplenagem	120.000,00	6.000,00										6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Não Estrutural	2019-2030	Obras Cíveis	8.000,00	400,00										400,00										
Não Estrutural	2019-2030	Obras Complementares	5.000,00	250,00										250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																						
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana	10.000,00	96.000,00				96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional	40.000,00	3.600,00				3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Limpeza Pública como Lei	15.000,00	-																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação	15.000,00	159,40				159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40
		Subtotais	859.450,00	135.029,40	28.000,00	28.000,00	28.000,00	158.664,57	158.664,57	158.664,57	158.664,57	158.402,07	158.402,07	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40	134.885,40
		Total Geral (Investimentos + O & M até 2030)		3.509.381,20																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 49.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



As despesas com os serviços de limpeza urbana e a depreciação dos equipamentos (caminhão compactador e retroescavadeira) são apresentados ano a ano na Tabela 36, evidenciando os anos propostos como metas para alcançar a universalização.

A depreciação dos equipamentos (caminhão compactador e retroescavadeira) foi calculada com base no Manual de Gerenciamento Integrado do IPT/CEMPRE, (2000), que considera uma taxa de depreciação de 16% ao ano e vida útil de 5 anos para os equipamentos.

Tabela 36. Despesas em coleta e disposição final e depreciação dos equipamentos

Ano	Despesa Estimada com coleta e disposição final ** (R\$)	Valor anual da depreciação	
		Caminhão compactador	Retroescavadeira
2011	270.000,00	-	-
2012	273.637,65	40.000,00	36.800,00
2013	277.326,17	33.600,00	30.912,00
2014	280.989,26	28.224,00	25.966,08
2015	284.626,91	23.708,16	21.811,51
2016	286.992,65	19.914,85	18.321,67
2017	289.358,39	52.000,00	47.840,00
2018	291.775,01	43.680,00	40.185,60
2019	310.497,46	36.691,20	33.755,90
2020	312.990,39	30.820,61	28.354,96
2021	314.542,11	25.889,31	23.818,17
2022	316.093,84	67.600,00	62.192,00
2023	317.594,69	56.784,00	52.241,28
2024	335.960,99	47.698,56	43.882,68
2025	337.589,03	40.066,79	36.861,45
2026	338.530,24	33.656,10	30.963,62
2027	339.522,33	87.880,00	80.849,60
2028	340.488,98	73.819,20	67.913,66
2029	341.430,19	62.008,13	57.047,48
2030	342.371,40	52.086,83	47.919,88

Notas: * Considera per capita de 0,391 kg/hab/dia

** Para efeito de cálculo, tomou-se como base a quantidade de resíduo coletado em 2009 e o valor dispensado para sua coleta e disposição final. (compreende as despesas com a coleta realizada pela Prefeitura, o centro de triagem e a disposição final no Aterro).

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabelas 50 a 52.



3.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, em decorrência de sua possível implantação.

3.4.1. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 37 a seguir.

Tabela 37. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Situações	Ações Preventivas
Controle dos equipamentos	Manutenção periódica dos equipamentos
	Fiscalização permanente das condições de uso e conservação dos equipamentos, com registro dos responsáveis por quaisquer danos ocorridos nos equipamentos
	Manutenção programada, disponibilidade de guarnição reserva para incrementar a coleta e limpeza pública, e utilização de equipamentos adicionais para dar suporte ao sistema de coleta e disposição final dos resíduos sólidos
Prestadores de Serviços	Cadastro atualizado das empresas prestadoras de serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, como também das empresas detentoras de equipamentos coletores, compactadores e caminhões para aluguel
Segurança do Trabalhador	Treinamento e capacitação sistemática dos funcionários envolvidos na coleta de resíduos sólidos domiciliares / hospitalares
	Campanha de vacinação contra tétano, hepatite e outras, por meio do setor de imunização da Secretaria Municipal de Saúde
	Elaboração de manual que aborde condições sanitárias, EPI, procedimentos em caso de acidentes de trabalho, sinalização, trabalho a céu aberto, prevenção e combate a incêndio
	Avaliação auditiva pela exposição ao ruído proveniente do compactador de lixo
	Elaboração de programas de treinamento em higiene visando esclarecer sobre os métodos de manuseio e utilização de substâncias e seus riscos à saúde
Educação Ambiental	Proibição formal do fumo durante a jornada de trabalho
	Campanhas educativas envolvendo a comunidade para que promovam o acondicionamento correto dos resíduos, em especial o material perfuro – cortante, orientação quanto ao volume a ser acondicionado, colocação do lixo em local seguro e de fácil acesso aos trabalhadores da coleta
	Campanhas educativas envolvendo a comunidade para que descartem o lixo em locais adequados. As vias públicas, bueiros, bocas de lobo, córregos, não podem ser depósitos de lixo, pois em situação de enchente aumentam os riscos de epidemias
Controle Financeiro	Avaliar sistematicamente a sustentabilidade econômica financeira do sistema para reajuste tarifário em caso dos custos dos serviços excederem a receita do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.



3.4.2. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 38 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.

Tabela 38. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Ações Corretivas		Responsável	Contato
1	Comunicação à Prefeitura – Secretaria ou órgão responsável	Prefeitura Municipal	(48) 3548 0908
2	Comunicação à Defesa Civil e /ou Bombeiros		
3	Comunicação à população, instituições e autoridades		
4	Comunicação ao Órgão Ambiental e/ou Polícia Ambiental		
5	Isolamento da área e remoção de pessoas		
6	Paralisação parcial do serviço		
7	Paralisação total do serviço		
8	Responsável Técnico pela operação do aterro sanitário		
9	Solicitação de apoio a município vizinho		
10	Substituição de pessoal		
11	Substituição de equipamento		
12	Uso de equipamento ou veículo reserva		

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 4 e 5; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

No caso do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, atualmente, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal as ações corretivas a serem tomadas quando da ocorrência de uma situação adversa.

Foram identificadas as situações adversas dos limpeza pública e manejo de resíduos sólidos. A Tabela 39 inter-relacionam as situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas.

Vale ressaltar que os operadores dos serviços devem fazer o registro das situações de emergência com a avaliação crítica das ações corretivas relacionadas na Tabela 38 a fim de que seja realizado o aperfeiçoamento necessário.

Com relação à coleta de resíduos sólidos nas áreas rurais, também se pode aplicar a inter-relação das situações adversas com as ações corretivas, apresentada na Tabela 39, aos seus respectivos elementos de sistema.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 39. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**

Elementos do Sistema		Situações Adversas									
		Acidente Ambiental	Escorregamento	Falha mecânica	Falta ao trabalho	Greve	Impedimento de acesso	Incêndio	Inundação	Precipitações Intensas	Vazamento de Chorume
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Coleta			1,6,9,10	1,6,8	1,3,6,8	1,2,6,8	1,2,3,4,5,6,9,11	1,2,3,4,6,7	1,2,6	
	Transporte	1,2,3,4,6,7		1,6,9,10	1,6,8	1,3,6,8	1,2,6,8	1,2,3,4,5,6,9,11	1,2,3,4,6,7	1,2,6	1,2,3,4,5,6,7,11
	Disposição Final	1,2,3,4,6,7,8	1,2,4,6,8,9	1,6,8,10,11	1,6,8,9	1,3,6,8,9	1,2,6,8,9	1,2,3,4,5,6,8,9,11	1,2,3,4,6,7,8,9	1,2,6,8,9	1,2,3,4,5,6,7,8,11

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 3, Tabela 6.



3.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de aumento de demanda temporária

O município Passo de Torres possui um fluxo turístico na localidade de Balneário Bella Torres. Os números mostram que há um movimento muito grande de turistas na época de temporada turística já que a quantidade de lixo aumenta de 100 toneladas/mês para 200 toneladas/mês.

Para o período de baixa temporada o município disponibiliza 1 caminhão compactador para realizar a coleta de resíduos e para o período de alta temporada terceiriza os serviços, sendo necessário o acréscimo de 1 caminhão.



4. SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

4.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

O município de Passo de Torres situa-se na margem esquerda do Rio Mampituba, junto à foz. O rio faz a divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Atualmente está em fase de discussão à implantação do Comitê da Bacia do Rio Mampituba, através de uma comissão pró-comitê, porém na prática não foram identificados instrumentos de gestão.

A drenagem superficial de Passo de Torres se dá pelo escoamento das águas em duas vertentes principais, quais sejam:

- Rio Mampituba;
- Oceano Atlântico.

As águas que drenam em direção oeste, buscam a Lagoa do Sombrio, arroios e canais artificiais que escoam para o Rio Mampituba.

Segundo o CODESC/2008:

“A captação das águas pluviais ocorre em todas as ruas pavimentadas. O destino das águas ou é o Rio Mampituba, em sua margem esquerda, ou a lagoa formada pelo braço morto, antigo percurso do rio, cuja foz está fechada, antes de sua retificação e assegurada pelos molhes. As águas da lagoa têm ligação com o rio Mampituba por meio de comportas abertas sob avenida beira-rio.”

Já a faixa litorânea, localizada mais ao norte, no Balneário Bella Torres realiza a drenagem das águas superficiais diretamente ao Oceano Atlântico. Trata-se da região do município com densidade populacional média, e ainda para onde existe a tendência de crescimento urbano, uma vez que se trata de uma cidade turística voltada às atividades ligadas ao oceano.

O nome e as características dos principais afluentes do Rio Mampituba pela margem esquerda no Estado de SC, são apresentadas a seguir:

- Rio do sertão



O rio do Sertão percorre a região central do município de São João do Sul, com direção preferencial norte sul, até desaguar no Rio Mampituba já no limite com Passo de Torres.

- Rio Canoas

O rio Canoas coincide com o limite municipal entre São João do Sul e Praia Grande. No município de São João do Sul possui direção preferencial nordeste, tendo sua foz no Rio do Sertão, pouco após receber as águas do Rio Leão.

- Rio Mampituba

O Rio Mampituba compreende, em Passo de Torres, o limite sul do município, e a fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Predomina o uso agrícola na margem esquerda, com ocorrências de canais de drenagens retificados, bem como porções esparsas de pastagens.

- Lagoa do Sombrio

A lagoa do Sombrio é o limite entre os municípios de São João do Sul, Passo de Torres, Balneário Gaivota e Santa Rosa do Sul.

Existe 27 ha de lâmina d água do antigo leito do Rio Mampituba junto as sede de Passo de Torres, remanescente da fixação da barra do rio. Além disto, o município é banhado pela lagoa do Sombrio.

São poucas as áreas de APP que se apresentam preservadas. Deve-se ressaltar a importância de transformação do entorno dos rios e lagoas em parques lineares de preservação permanente, garantindo assim sua preservação.

O município de Passos de Torres não possui um instrumento de planejamento do sistema de drenagem municipal, ou seja, um Plano Diretor de Drenagem Urbana, nem um cadastro topográfico do sistema da sede, nem do Balneário Bella Torres.

O sistema de drenagem urbana do município está ao encargo da Secretaria de Obras, os problemas relacionados às inundações são pontuais e consequência da falta de planejamento e implantação de infra-estrutura.

O sistema de microdrenagem é composto por dispositivos de escoamento superficial, ou seja, vias pavimentadas, com presença de meio-fio, sarjetas e bocas de lobo, que conduzem as águas pluviais em direção aos poços de visita, ou diretamente aos cursos d'água ou Oceano Atlântico.



Observam-se alguns poços de visita (PV) que juntamente com a rede tubular existente compõem a microdrenagem subterrânea.

A área urbana não apresenta canais de macrodrenagem. Na zona rural, é composta pelos canais do complexo hídrico, constituindo-se em importante dispositivo de manejo das águas de escoamento superficial do município.

O sistema de macrodrenagem é composto pelos rios e estruturas de transposição das vias, como bueiros, pontes, valas de drenagens e travessias.

Em todas as ruas pavimentadas do município existe sistema de drenagem, o qual tem sua água direcionado para a margem esquerda do rio Mampituba, ou para a lagoa formada pelo braço morto, antigo percurso do rio, o qual tem sua foz fechada. As águas da lagoa tem ligação com o rio Mampituba através de comportas abertas sob a avenida Beira-Rio.

O Balneário Bella Torres apresenta deficiência quanto ao escoamento superficial, seja pela ausência de sistema de drenagem adequado ou ainda pela falta de manutenção das sarjetas. A bacia litorânea tem ligação direta com o Oceano Atlântico.

O município não possui uma estrutura própria adequada para gerenciar o desassoreamento de canais, limpeza das bocas de lobo e sarjetas, e sobretudo arcar com os custos referentes aos prejuízos ocasionados pelas enchentes sazonais, embora de baixa magnitude.

Os problemas de microdrenagem localizados na área urbana são resolvidos pela municipalidade, mais em caráter corretivo, não havendo um planejamento sistemático, assim como na macrodrenagem.

Não há um Plano Diretor de Drenagem para o município e o Plano Diretor Urbano está em fase de conclusão.

Existe a necessidade de elaboração de um estudo integrado da bacia do Mampituba, que realiza a divisa dos estados do RS e SC, sobretudo em função dos eventos de cheia, ocorrências de erosão e desmoronamento de margens, assoreamento dos cursos d'água, envolvendo o zoneamento dos municípios que a compõem e respectivas restrições de uso.

O Comitê da Bacia do Rio Mampituba está em fase inicial de mobilização, cuja efetivação esbarra na questão interestadual e seus entraves burocráticos.



Os recursos hídricos do município de Passo de Torres estão sujeitos à contaminação seja ela pontual e/ou difusa, decorrente do lançamento indevido de efluentes na rede de drenagem pluvial (área urbana), devido à inexistência de rede coletora e do uso de sistema de tratamento de esgoto individual precário.

4.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 40 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.

Tabela 40. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Drenagem Urbana

Elemento	Classificação	Prioridade
Escassez de mata ciliar ao longo dos cursos d'água	CD	2ª
Pontos de alagamentos eventuais na área urbana, com causa provável de assoreamento, sub-dimensionamento ou ainda falta de rede em vias não pavimentadas	CD	2ª
Rede de drenagem antiga na área urbana, implantada sem projeto técnico.	CD	2ª
Bacias Hidrográficas com problemas de ocupação e manejo, como carência de mata ciliar	CD	2ª
Lançamento de resíduos sólidos e esgoto sanitário na rede de drenagem	CD	2ª
Plano Diretor Urbanístico em elaboração	CP	3ª
Inexistência de Plano Diretor Municipal de Drenagem Urbana.	D	5ª
Carência de Projetos para as soluções estruturais da drenagem urbana	D	5ª
Falta de equipamentos apropriados para limpeza e desobstrução de galerias existentes	D	5ª
Não possui estrutura própria para o desassoreamento de canais, limpeza das bocas de lobo e sarjetas	D	5ª
Inexistência de Cadastro da rede de drenagem existente	D	5ª
Existência de Programa de Educação Ambiental	P	6ª
Comitê da Bacia do Rio Mampituba em processo de implantação, exigindo ação inter-estadual	C	7ª
Problemas de erosão das margens dos rios devido a problemas de assoreamento	C	7ª
Existência de núcleos urbanos como Bella Torres, onde verificam-se problemas de inundações por falta de sistema de drenagem	C	7ª
Área urbana localizada às margens do Rio Mampituba que apresenta oscilações significativas em termos de nível d'água	C	7ª

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 79.



4.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

Para os serviços de drenagem urbana e rural do município, o cenário selecionado como normativo pode ser definido como cenário de universalização, tendo com base o conjunto de ações estruturais e não estruturais necessárias, para melhoria do funcionamento do sistema existente (físico), bem como abrangendo as questões institucionais e operacionais envolvidas.

4.2.1. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço

As intervenções físicas para o cenário normativo, juntamente com as necessidades apontadas na metodologia CDP– Condicionante, Deficiência e Potencialidade dos serviços de Drenagem estão resumidas na Tabela 41.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 41. Intervenções para os Serviços de Drenagem Pluvial

Meta	Tipo	Diagnóstico	Intervenção
Imediata	Estrutural	Carência de rede de drenagem na área central e núcleo de Bella Torres	Projeto e execução de sistema de drenagem integrando às soluções previstas pelo GERCO, Plano Urbanístico e Plano de Manejo de Dunas
	Não Estrutural	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente	Execução do cadastro topográfico da rede de drenagem, bem como o conhecimento do comportamento da rede para um controle sistemático das inundações
		Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação	Aparelhamento institucional para realização da fiscalização das obras e manutenção das condições planejadas pelos Planos Diretores de Drenagem e Desenvolvimento Urbano;
			Elaboração e Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei;
			Delegação dos serviços de regulação da prestação de serviços de drenagem;
		Erosão das Margens do Rio Mampituba e afluentes	Intensificação da fiscalização em termos de uso do solo nas APPs;
		Carência de soluções conjuntas para os problemas regionais comuns	Participar ativamente da criação do Comitê de Bacia e promover ações efetivas de integração com municípios vizinhos
Curto Prazo	Estrutural	Alagamentos pontuais na Área Urbana por subdimensionamento da rede	Elaboração de projeto e execução de obras do sistema de micro e macrodrenagem
		Erosão das Margens do Rio Mampituba e afluentes	Projeto e execução da melhor solução de engenharia para o problema, incluindo contenção de margens, pontes, travessias e bueiros;
		Comprometimento da Qualidade da Água no município, com solo arenoso	Implantação de sistema de tratamento de esgotos domésticos separador absoluto (ver metas do Sistema de Esgotos Sanitários)
	Não Estrutural	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente	Elaboração dos projetos e Início das obras prioritárias definidas pelo Plano Diretor de Drenagem
		Escoamento das águas pluviais através das dunas	Elaboração do Plano de Manejo de Dunas em consonância com o GERCO – Gerenciamento Costeiro e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Médio Prazo	Não Estrutural	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem	Elaboração de um Banco de Projetos conforme hierarquia definida pelo Plano Diretor e viabilizar obtenção de recursos
		Erosão das Margens do Rio Mampituba e afluentes	Promover criação de restrições de uso e implementação de parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs; Delimitação e plantio de mata ciliar nativa nas APPs;
Longo Prazo	Estrutural	Alagamentos na Área Urbana	Execução de obras do sistema de micro e macrodrenagem na área urbana
	Não Estrutural	Comprometimento da Qualidade da Água	Implementação de Programa de controle de uso de agrotóxicos para evitar a contaminação dos recursos hídricos
		Erosão do Solo e Assoreamento dos rios e lagoas	Reposição florestal de mata ciliar ao longo do desenvolvimento das APPs
		Falta de consciência quanto à participação da comunidade no PMSB	Ampliação do Programa de Educação Ambiental existente, ampliando o escopo para a gestão sustentável das águas urbanas

Nota: (*) ações oriundas da metodologia CDP

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 4, Tabela 57.



4.2.2. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços são apresentadas a seguir na Tabela 42.

Tabela 42. Metas do Cenário Normativo de Drenagem Urbana

Prazo	Medidas Estruturais	Indicador / Meta
Alagamentos na Área Urbana		
Imediato	Projeto e execução de sistema de drenagem para o núcleo Bella Torres, integrando a solução prevista pelo GERCO, Plano Urbanístico e Plano de Manejo de Dunas.	Conclusão do Projeto e da Obra
Longo	Elaboração de projeto e execução de obras do sistema de micro e macrodrenagem na área central e núcleo Bella Torres	100 % das vias pavimentadas
Comprometimento da Qualidade da Água		
Ver Solução SES	Projeto e execução do Sistema de Esgotamento Sanitário da Área urbana	100 % da cobertura do SES
Curto	Implantação de sistemas individuais e condominiais de tratamento de esgotos domésticos, com o devido dimensionamento conforme normas técnicas;	100 % das economias
Longo	Implementação do Programa de Controle de uso de agrotóxico na agricultura	Participação efetiva dos agricultores
Erosão das Margens do Rio Mampituba e Afluentes		
Imediato	Projeto e execução de recuperação emergencial de áreas degradadas junto às margens do rio e lagoas	Conclusão do Projeto e da Obra
Curto	Projeto e execução da solução definitiva para o Rio Mampituba e afluentes, incluindo pontes, travessias e bueiros	Conclusão do Projeto e da Obra
Prazo	Medidas Não Estruturais	Indicador / Meta
Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios		
Médio	Promover criação de restrições de uso e implementação de parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs	100 % dos Trechos de APP
Longo	Zoneamento e reposição florestal de mata ciliar ao longo do desenvolvimento das APPs	100 % dos Trechos de APP
Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente		
Imediato	Execução do cadastro topográfico da rede de drenagem existente, bem como o conhecimento do seu comportamento, para um controle sistemático de cheias	100 % da rede existente
Imediato	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem com proposição de medidas prioritárias, em comunhão com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e GERCO	Aprovação do Plano Diretor
Médio	Elaboração de um Banco de Projetos conforme hierarquia definida pelo Plano Diretor e viabilizar obtenção de recursos	Conclusão dos Projetos definidos pelo Plano Diretor

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabelas 67 e 68.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 42. Metas do Cenário Normativo de Drenagem Urbana**

Prazo	Medidas Estruturais	Indicador / Meta
Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação		
Imediato	Delegação do Serviços para a Secretaria de Obras	Oficialização da Delegação
Imediato	Melhoria nos recursos humanos e materiais para realização da fiscalização das obras e manutenção das condições planejadas	Funcionamento adequado e abrangente da fiscalização
Imediato	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	Lei
Imediato	Delegação dos serviços de regulação da prestação de serviços de drenagem	Definição da Regulação
Imediato	Participar ativamente da criação do Comitê da Bacia do Rio Mampituba, e promover ações efetivas de integração com municípios vizinhos	Criação do Comitê da Bacia do Rio Mampituba
Plano de Manejo de Dunas		
Curto	Identificação dos pontos de escoamento das águas superficiais advindas da área urbanizada e de expansão urbana na faixa litorânea, em consonância com o GERCO – Gerenciamento Costeiro e Plano Diretor Urbanístico	Aprovação do Plano de Manejo das Dunas
Programa de Educação Ambiental		
Longo	Implementação de um Programa de Educação Ambiental, ampliando o escopo das atividades isoladas realizadas atualmente, para a Gestão Sustentável das Águas Urbanas	Publicação dos resultados do Programa de Educação Ambiental

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabelas 67 e 68.

4.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

O conjunto de metas e ações a serem levadas a efeito pelo responsável dos serviços de drenagem urbana seguem através do cronograma apresentado na Figura 17.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Natureza	Descrição	Imediata			Curto						Médio						Longo				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Alagamentos na Área Urbana																				
Imediata	Projeto e obras de microdrenagem de Bella Torres																				
Curto	Projeto e obras de microdrenagem da Área Central																				
Curto	Projeto e obras de macrodrenagem das Sub bacias do Plano Manejo das Dunas																				
	Comprometimento da Qualidade da Água																				
Longo	Controle de uso de agrotóxico na agricultura																				
	Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios																				
Médio	Sistemas de cultivo mínimo reduzindo a erosão e assoreamento																				
Longo	Reposição florestal de mata ciliar e APPs																				
	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente																				
Imediata	Cadastro topográfico da rede de drenagem																				
Curto	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem																				
Médio	Elaboração de um Banco de Projetos																				
	Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação																				
Imediata	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana																				
Imediata	Aparelhamento institucional																				
Curto	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei																				
Imediata	Delegação dos serviços de regulação																				
Imediata	Promover ações efetivas de integração com municípios vizinhos/comitê																				
Imediata	Implantação de um Sistema de Registro de Atendimento ao usuário																				
Curto	Elaboração do Plano de Manejo das Dunas																				
	Erosão das Margens do Rio Mampituba e Lagoa																				
Médio	Promover zoneamento e restrições de uso, parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs																				
Imediata	Aumento da fiscalização em termos de uso do solo nas APPs																				
	Educação Ambiental																				
Imediata	Incremento do Programa de Educação Ambiental Existente																				

Figura 17 - Cronograma das Ações para os Serviços de Drenagem Urbana

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 7.



4.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira

A Tabela 43 a seguir apresenta uma estimativa de investimentos para as referidas ações/serviços propostos para a drenagem e manejo de águas pluviais.



Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Ajustamento da Área Urbana																								
Estrutural	Imediata	Projeto e obra de microdrenagem de Bela Torres	3.800.000,00	18.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00	318.000,00
Estrutural	Curtio	Projeto e obra de microdrenagem da Area Central	2.800.000,00	14.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrutural	Curtio	Projeto e obra de microdrenagem das Sete bacias do Plano Manjão das Dunas	4.500.000,00	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Longo	Comprometimento da Qualidade da Água	-	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controle de uso do solo e proteção na agricultura																								
Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios																								
Não Estrutural	Médio	Sistemas de cultivo mínimo reduzindo a erosão e assoreamento	-	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Longo	Reposição florestal de mata ciliar e APP's	56.000,00	30.000,00	18.666,67	18.666,67	18.666,67	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Faixa de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente																								
Não Estrutural	Imediata	Cadastro topográfico da rede de drenagem	64.000,00	6.000,00	21.333,33	21.333,33	21.333,33	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Não Estrutural	Curtio	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem	65.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Médio	Elaboração de um Banco de Projetos	545.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa de Planejamento, Fiscalização e Requisição																								
Não Estrutural	Imediata	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	10.000,00	96.000,00	10.000,00	96.000,00	96.000,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	Imediata	Aparelhamento institucional	40.000,00	3.600,00	40.000,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	Curtio	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem como Lei	15.000,00	130.00	15.000,00	130.00	130.00	130.00	13															

79



4.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas drenagem pluvial, em decorrência de sua possível implantação.

4.4.1. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 44 a seguir.

Tabela 44. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Situações	Ações Preventivas
Controle Operacional	Verificação do dimensionamento e das condições físicas de funcionamento das estruturas que compõem o sistema existente, como bocas de lobo, poços de visita, canais, redes tubulares, travessias, bueiros, comportas (necessidade da existência de um cadastro digital atualizado)
	Monitoramento dos níveis dos canais de macrodrenagem e rios
	Qualidade da água de escoamento superficial
	Prevenção de acidentes nos sistemas
	Plano de ação nos casos de colapso de pontes, travessias, bueiros e estruturas
	Gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos ambientais e de recursos hídricos
Gestão de Manutenção	Programação de limpeza e desassoreamento das bocas de lobo, poços de visita, redes tubulares, canais e rios
	Plano de manutenção preventiva de travessias e canais, sobretudo em áreas mais propensas à ocorrência de inundações
	Cadastro de equipamentos e instalações
	Programação da manutenção preditiva em estruturas e equipamentos críticos
	Registro do histórico das manutenções

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.

4.4.2. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 45 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.



Tabela 45. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Ações Corretivas		Responsável
1	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil	Faz-se necessária a definição dos órgãos/instituições por parte do município, bem como a identificação dos responsáveis com os respectivos telefones fixos e móveis
2	Comunicação aos órgãos de controle ambiental e Defesa Civil	
3	Reparo das instalações danificadas	
4	Reparo das instalações e infraestrutura danificadas	

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 4 e 5; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

A gestão do Manejo de Águas Pluviais e da Drenagem no município de Passo de Torres é realizada sob a coordenação da Secretaria de Obras.

Entretanto, a gestão dos assuntos ligados ao sistema de drenagem municipal, no que tange às ocorrências de inundações e deslizamentos, envolve a participação da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Turismo, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria dos Esportes, Secretaria de Pesca, Secretaria de Ação Social.

Destaca-se ainda a Defesa Civil e a EPAGRI que atuam diretamente nos momentos críticos, em se tratando da ocorrência de inundações e deslizamentos associados ao sistema de drenagem.

A eventual implantação de um departamento de drenagem municipal deve centralizar as ações de gestão do sistema, bem como viabilizar a obtenção de melhores resultados seja em termos de prevenção, seja na implantação de medidas corretivas, ou ainda na ação emergencial frente a ocorrência de eventos de inundações, enchentes e deslizamentos.

Cabe salientar que a interface dos sistemas hídricos que compõem o rio Mampituba gera uma interdependência das ações de resposta à ocorrência de enchentes e deslizamentos no município de Passo de Torres e, portanto, sugere-se que cada instituição/órgão setorial, dentro de sua esfera de atribuição, deve interagir de maneira integrada para elaborar um planejamento, com foco na sua operacionalização diante do evento.

Foram identificadas as situações adversas dos serviços de drenagem pluvial. A Tabela 46 inter-relaciona as situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas.



Além disso, se faz necessária a implantação de um sistema de monitoramento, alerta e alarme, gerenciado com auxílio de ferramenta SIG - Sistema de Informações Geográficas para prever a ocorrência dos eventos, com o máximo de antecedência possível, além de reduzir o fator surpresa, os danos e prejuízos, bem como aperfeiçoar as ações de resposta, minimizando as vulnerabilidades.

Embora o Comitê da Bacia do Rio Mampituba não esteja ainda oficialmente operando, recomenda-se uma ação integrada frente a esta demanda regional, de relevante interesse.

Cabe aqui a definição de um Programa de Estudos de modelagem matemática que represente o comportamento dos cursos d'água que compõem a bacia hidrográfica, cuja metodologia utilize conceitos hidrodinâmicos.

Sugere-se a utilização de um programa como o Hydrologic Engineering Centers River Analysis System (HEC-RAS), que pode ser obtido gratuitamente no endereço virtual <http://www.hec.usace.army.mil/software/hec-ras/hecras-download.html>.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 46. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Sistema de Drenagem e suas possíveis causas**

Elementos do Sistema	Situações Adversas*		Causas Possíveis				
Drenagem Urbana e Rural	Inundações em áreas planas	1,3	Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema	Mau funcionamento do sistema por presença de assoreamento, resíduos e entulhos, comprometendo a capacidade de escoamento	Obstrução das calhas do rio por consequência de colapso de estruturas e obras de arte	Efeitos de remanso provocado pela interação de cursos d'água em área de várzea	
	Enxurradas nas áreas dos morros	1,3	Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema	Mau funcionamento do sistema por presença de resíduos e entulhos, comprometendo a capacidade de escoamento	Obstrução de canais por consequência de colapso de estruturas e obras de arte		
	Deslizamento de encostas e movimento do solo	2,4	Remoção da cobertura do solo em áreas de risco	Precipitação de significativa intensidade em períodos intercalados com precipitações de menor intensidade, e prolongados	Desmoronamento de taludes ou paredes de canais	Erosões de fundos de vale	Rompimento de travessias

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 4, Item 4.4.2.

Nota: * Uma vez passado o efeito danoso, devem ser realizadas vistorias, a fim de avaliar o comprometimento das estruturas do sistema de drenagem, bem como das edificações e dos potenciais riscos quanto a novas ocorrências.



5. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Nos termos da Lei Federal 11.445/2007, as funções de gestão dos serviços de saneamento básico envolvem o planejamento, a prestação e a regulação e fiscalização, devendo-se assegurar o controle social de todas as funções. Para facilitar este entendimento, pode-se dizer, de forma resumida, que a maior inovação da lei foi a segregação das atividades que envolvem os serviços, de modo a que os entes envolvidos tivessem seus papéis claros e distintos.

5.1. Objetivos do Plano para os Serviços

O novo marco regulatório dos serviços de saneamento básico tem primordialmente na Lei Federal nº 11.445/2007, e complementarmente nas leis 8.987/1997 e 11.107/2005, a base jurídica e legal fundamental para o entendimento do objetivo do Plano de Saneamento Básico e do seu contexto integral.

O Plano, uma vez estabelecido, será ferramenta básica e fundamental para o Titular e o ente Regulador monitorar os termos contratuais que envolvem a prestação dos serviços, devendo ser parte integrante dos contratos estabelecidos, que podem se dar por instrumentos diversos tais como:

- Por ato de autorização direta e preferencialmente com Contrato de Gestão se o prestador for ente próprio do titular;
- Por delegação a terceiros via gestão associada e Contrato de Programa, conforme disciplina a lei 11.107/2005, se o prestador for uma entidade de direito público ou privado que integre a administração indireta do ente da Federação conveniado;
- Por delegação a terceiros via concessão ou permissão, precedida de licitação, conforme a lei 8.987/1997, se o prestador for uma entidade de direito privado.

A decisão sobre a regulação também pode seguir caminhos distintos, e que demandará do titular os instrumentos legais conforme o caso:

- Por ato de autorização direta e preferencialmente com Contrato de Gestão se o regulador for ente próprio do titular, e neste caso como autarquia criada por lei;



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



- Por delegação a ente público de outra esfera federativa, via gestão associada e convênio de cooperação, ou ente público originado de consorciação com outros municípios, ambas as situações conforme os termos da lei 11.107/2005.

A regulação se dá, portanto, essencialmente como “regulação por contrato” e este por sua vez tem no Plano sua base de legitimação quanto às metas e regras.

5.2. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

A efetivação e sustentabilidade do PMSB dependem fundamentalmente de uma agenda institucional, com objetivos relacionados à concretização dos instrumentos de planejamento, regulação, controle social e prestação dos serviços.

As ações que constituem a agenda institucional estão todas inseridas como metas imediatas e estão descritas seguindo as alternativas sugeridas no Item 2.2 anterior. Os prazos sugeridos terão como marco inicial a vigência do PMSB após sua publicação como instrumento legal do município.

A Tabela 47 apresenta as ações para a institucionalização dos sistemas de planejamento, regulação, controle social e prestação dos serviços de saneamento básico.

Tabela 47. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

Objeto		Prazo
Planejamento	Alternativa de Grupo Executivo Municipal	
	Instituir por portaria o sistema municipal de planejamento	2 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio de Planejamento existente	
	Elaborar o Protocolo de intenções para adesão ao consórcio	1 mês
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio de Planejamento a ser criado	
	Articulação para formação do Consórcio	6 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembléia estatuinte do Consórcio	3 meses

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 67 a 73.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 47. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

	Objeto	Prazo
Regulação	Alternativa de Agência Municipal	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação da Agência	4 meses
	Aprovação legislativa de criação da Agência	3 meses
	Instituição da Agência	1 mês
	Alternativa de vinculação a Agência Reguladora Estadual	
	Aprovação legislativa do Convênio de Cooperação	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio Regulador existente	
	Protocolo de intenções para adesão ao Consórcio	1 mês
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio Regulador a ser criado	
	Articulação para formação do Consórcio	6 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembleia estatuinte do Consórcio	3 meses
Controle Social	Alternativa de Conselho no âmbito municipal	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do Conselho	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do Conselho	3 meses
	Instituição do Conselho e indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Alternativa de Conselho no âmbito de Consórcio Regional	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do Conselho	3 meses
Prestação do Serviço de Abastecimento de Água	Indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Alternativa de Prestação de serviço com a CASAN	
	Negociação para adequação do Contrato vigente	2 meses
Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário	Assinatura de aditivo ao Contrato vigente	2 meses
	Alternativa de Prestação de serviço - Recursos da CASAN	
	Negociação para adequação do Contrato vigente	2 meses
	Assinatura de aditivo ao Contrato vigente	2 meses
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município de forma integral	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	3 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município com contrato de apoio CASAN	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Contrato com a CASAN para serviços de apoio	2 meses
	Instituição do prestador	1 mês

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 67 a 73.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 47. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

Objeto		Prazo
Prestação de Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Prestação de serviço pelo município de forma integral	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	3 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Prestação de serviço por empresa terceirizada	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Contrato da empresa terceirizada com a Prefeitura	2 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Prestação de serviço através de consórcio de forma direta ou por contrato de concessão	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do consórcio	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do consórcio	3 meses
	Contrato de Programa com o Consórcio	2 meses
Prestação de Serviços de Drenagem Urbana	Prestação de serviço pelo Município	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	4 meses
	Aparelhamento institucional	8 meses
	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	24 meses
	Prestação de serviço em Consórcio	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembléia estatuinte do Consórcio	3 meses
	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	4 meses
	Aparelhamento institucional	8 meses
	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	24 meses

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 67 a 73.



6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

O alcance e concretização das metas, programas e ações até aqui propostas tem seu sucesso intrinsecamente relacionado à eficácia do sistema de gestão e sustentação institucional a ser estabelecido. E esta eficácia só ocorre se no arcabouço institucional não apenas a prestação tenha organização estável e eficiente; a Lei 11.445/07 mostra de forma lúcida a necessidade de tornar transparente o exercício distinto das atividades de planejamento, regulação e controle social e mais ainda, a necessidade de que tais entes sejam suficientemente fortes em sua ação para garantir o cumprimento das metas e dar à população usuária dos serviços a garantia de qualidade e sustentabilidade que se precisa.

Foram sugeridas, para cada atividade institucional envolvida – planejamento, regulação, controle social e prestação, diversas alternativas às quais compete ao titular concedente avaliar e decidir.

Seguindo esta lógica sugere-se um conjunto de diretrizes que auxilie a avaliação das metas alternativas de gestão. Este contexto implica em, partindo da estrutura vigente no município, contexto regional e no estado, analisar as estratégias possíveis para cada cenário institucional alternativo, marcando claramente os passos e ações necessárias para a concretização da estratégia.

6.1. Programas Complementares

As Tabelas 48 e 49 apresentam os programas de Ações Intersetoriais, Educação Sanitária e Ambiental e de Inclusão Social, respectivamente, propostos para o município de Passo de Torres.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 48. Programas de Ações Intercetoriais e de Educação Sanitária Ambiental

Programas Complementares	Programa de Ações Intersetoriais	Programa de Educação Sanitária e Ambiental
Conceito	Atividades integradas que pressupõe a formalização de parcerias nas ações públicas.	Consiste num processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, desenvolvendo as habilidades e formação de atitudes.
	Busca a promoção à saúde dentro de um quadro desenvolvimento social, econômico sustentável.	
Objetivo	Promover ações de saneamento básico de forma mais socializada e participativa, tendo por base a integração e a cooperação das comunidades;	Comportamento: comprometimento com uma série de valores e ter interesse pelo meio ambiente, participando da proteção e melhoria do meio ambiente;
	Inserir as famílias que se encontram em situações de exclusão, como carência financeira, falta de saneamento básico adequado e saúde pública deficiente, em programas sociais e ambientais, para que estas sejam acolhidas e qualificadas sob uma perspectiva intersetorial, e assim conquistem uma melhor qualidade de vida;	Consciência: ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões;
	Contribuir para a criação ou a efetivação de redes de compromisso e co-responsabilidade, quanto à qualidade de vida da população, tornando todos, responsáveis e participantes desse processo;	Conhecimentos: adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas;
	Promover ações voltadas para a educação e informação, em saúde e proteção ambiental, tendo em vista a responsabilidade social, através de ações complementares envolvendo a gestão municipal, os demais órgãos públicos em nível municipal, estadual e federal, as organizações e as entidades de representação social e a sociedade civil.	Habilidades: adquirir as habilidades necessárias para identificar e resolver os problemas ambientais;
		Participação: participar ativamente das tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.
Ações a Realizar	Programação de seminários para planejar ações mais direcionadas, com vistas à complementaridade de programas e projetos, que possam vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias em pauta;	Levantamento do perfil ambiental das escolas e dos Projetos já realizados;
	Desenvolvimento de novos programas e projetos ou inserção nos já existentes na esfera municipal, estadual e federal;	Mobilização de toda a comunidade escolar para o desenvolvimento de atividades durante a Semana do Meio Ambiente, com finalidade de conscientizar a população sobre as questões ambientais;
	Sensibilização da população através de campanhas informativas sobre saneamento básico, proteção ambiental e saúde pública, levando-se em consideração as demandas existentes para cada realidade local;	Realização da divulgação do Programa utilizando os meios de comunicação disponíveis e distribuição de panfletos, cartazes, a fim de informar e incentivar a população em relação à problemática ambiental;
	Momentos de lazer, conhecimento, informação, debate e, discussão de propostas e soluções, relacionadas às ações do saneamento básico e às questões sócio-ambientais.	Realização de campanhas educativas sócio-ambientais através de palestras. Promover a integração entre as organizações que trabalham nas diversas dimensões da cidadania, com o objetivo de ampliar o conhecimento e efetivar a implementação dos direitos de cidadania no cotidiano da população.
Prazo do Programa	Concentrados em um período entre 5 a 10 anos a e se dará a partir da institucionalização da gestão dos serviços, esta com prazo até 2013	Caráter permanente até o horizonte do Plano (2030) e se dará a partir da institucionalização da gestão dos serviços, esta com prazo até 2013.

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 49. Programas de Inclusão Social

Programas Complementares		Conceito		Objetivo				Ações a Realizar				
Manejo de Materiais Reciclados		Incentivo ao mercado de recicláveis oriundos dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais.	Um processo fundamental para a construção de um novo tipo de sociedade.	Inserir socialmente pessoas de baixa renda que têm pouca ou nenhuma chance de competir por uma vaga no mercado de trabalho através de formas econômicas do manejo de materiais recicláveis.				Promoção de capacitação em cursos e oficinas voltadas para o conhecimento e a discussão de temáticas como: resíduos sólidos: manejo e aproveitamento de materiais recicláveis; sobre a proteção ao meio ambiente; valor econômico dos materiais recicláveis, entre outros temas.		Realização de campanhas informativas, visando sensibilizar a população e os empresários sobre a importância de ações de reciclagem dos resíduos.		Apoio público permanente como forma de planejar as estratégias de manejo e comercialização dos materiais recicláveis.
Programa Estadual de Coleta Reciclagem e Bebeficiamento de Óleo Cozinha – De Óleo no Futuro		Programa estadual desenvolvido pela SDS, com base na Lei Estadual 14.330/08.		Conscientizar os alunos e a sociedade em favor do meio ambiente, favorecendo assim a exploração econômica da reciclagem dos óleos e gorduras em questão, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar mais emprego e renda para os catarinenses.				Coletar o óleo dos pontos de recebimento, de cada Município pertencente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional			Garantir o destino correto do óleo coletado	
Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2		Programa estadual desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca		Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações.				Implantação da estrutura de gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km2.	Implantação de dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km2.	Implantação de sistemas de coleta de detritos animais em 16.500 propriedades.	Manejo e conservação do solo e água, em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias.	Implantação de mata ciliar em 2.000 km.
								Implantação do Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre agricultores, professores e escolares.	Consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.	Implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias.	Destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias.	Reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.
Saneamento em Municípios com População total até 50.000 habitantes – FUNASA		Programa nacional desenvolvido pela Fundação Nacional da Saúde		Fomentar a implantação de sistemas de abastecimento de água para controle de doenças e outros agravos com a finalidade de contribuir para a redução da morbimortalidade provocada por doenças de veiculação hídrica e para o aumento da expectativa de vida e da produtividade da população.	Fomentar a implantação e/ou ampliação de sistemas de coleta, tratamento e destino final de esgotamento sanitário visando o controle das doenças e outros agravos, assim como contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.	Fomentar a implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento e/ou destinação final de resíduos sólidos para controle de endemias e epidemias que encontram, nas deficiências dos sistemas públicos de limpeza urbana, condições ideais de propagação de doenças e outros agravos à saúde.	Fomentar a construção de melhorias sanitárias domiciliares para controle de doenças e outros agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de saneamento básico nos domicílios.	O município não se encaixa nos critérios de elegibilidade do programa.				
Sistema de Limpeza Publica		Programa nacional desenvolvido pelo Ministério das Cidades		Incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, e promover a inserção social de catadores por meio da eliminação dos lixões e do trabalho infantil no lixo.				Estudos, planos, projetos, implantação, ampliação ou melhoria dos serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, envolvendo implantação ou adequação de aterros sanitários, centrais de reciclagem e compostagem, equipamentos para coleta e acondicionamento, remediação de lixões, inserção social dos catadores, organização de cooperativas de trabalho, outros trabalhos sociais relacionados, bem como capacitação e desenvolvimento institucional.				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 49. Programas de Inclusão Social

Programas Complementares	Conceito	Objetivo	Ações a Realizar
Programas do Governo Federal destinados aos Municípios – Ministério da Integração Nacional	Programa Pró Água Infra-Estrutura	A execução do Programa se dá por meio da construção de obras complementares e da recuperação de obras existentes, da construção de novas barragens para regularização e armazenamento de água e das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso à água para abastecimento e produção.	Elaboração de estudos e implantação de projetos estruturantes que visem aumentar a oferta de água para consumo humano e produção, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região.
Programas do Governo Federal destinados aos Municípios – Ministério da Integração Nacional	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Ações voltadas para a aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o fomento à inovação no agronegócio, o apoio a sistemas de rastreabilidade agroalimentar em cadeias produtivas agrícolas, o apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, o apoio às cadeias produtivas pecuárias e ao cooperativismo e associativismo rural.	-
	Programa de Conservação de Bacias Hidrográficas – PROBACIAS	Promover a conservação e recuperação de nascentes e mananciais hídricos, com articulação institucional por bacia ou sub-bacia hidrográfica. Recuperar áreas degradadas visando a implementação de técnicas de manejo, conservação e uso sustentável do solo e dos corpos d'água com a participação da sociedade local, com vistas ao aumento da oferta de água de boa qualidade e o desenvolvimento econômico e social da região.	-
	Programa de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. As ações integrantes deste Programa possuem objetivos e finalidades específicas, sendo elas: implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental; gestão compartilhada da educação ambiental e publicidade de utilidade pública; formação de educadores ambientais e produção e difusão de informação ambiental de caráter educativo.	-

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6.



6.2. Ações Institucionais

A seqüência de implantação das ações será representada em cronograma onde representa a prioridade e ordem prevalecente em que devem ser colocadas na ordem do dia pelos responsáveis. Contudo, se pode perceber que certas ações de prioridades subseqüentes possam se realizar em tempo mais curto do que a ação prioritária.

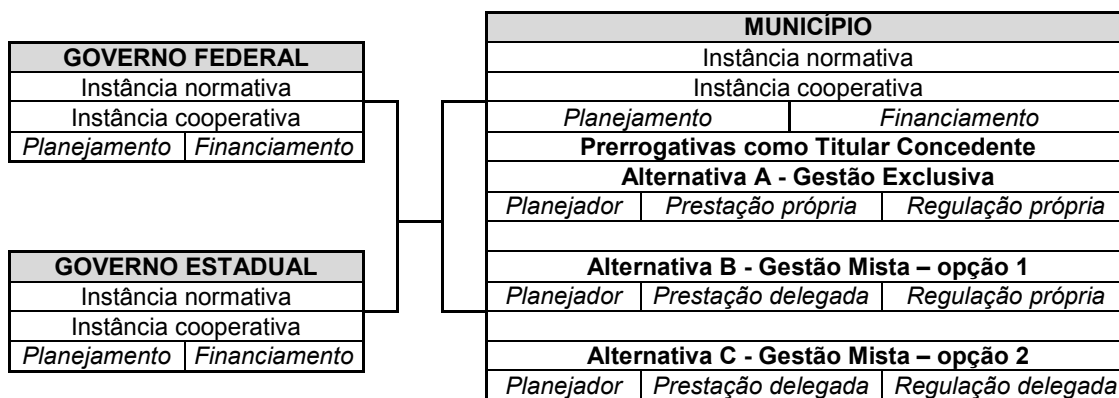
A implementação das ações institucionais, em todas suas fases, serão de responsabilidade integral do Município no caso do Cenário exclusivamente municipal. No caso do Cenário parcialmente municipal as iniciativas devem ser originadas no Município, contudo dependerá de ações coordenadas com os órgãos instituídos (Agencia Estadual ou Consórcio Estadual já existentes) ou com os demais municípios caso se proponha a formação de novo Consórcio.

As Figuras 18 e 19 apresentam os cronogramas de implementação das ações institucionais para os dois cenários descritos acima.

Os instrumentos legais que norteiam as premissas de articulação e integração entre os entes distintos dos poderes federativos – União, Estados e Municípios, para a atividade de serviços públicos, de saneamento e ainda da saúde pública, se inicia nos institutos da Constituição Federal.

As premissas de integração dos entes de todas as instâncias têm então o município como ente central no contexto do PMSB. Considerando a amplitude do arcabouço legal, o que dá margem a diversos arranjos institucionais que podem ser estabelecidos, a Tabela 50 apresenta o papel do Município dentro desta integração em diferentes cenários alternativos.

Tabela 50. Organograma de Integração dos Entes Envolvidos



Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 4, Tabela 19.

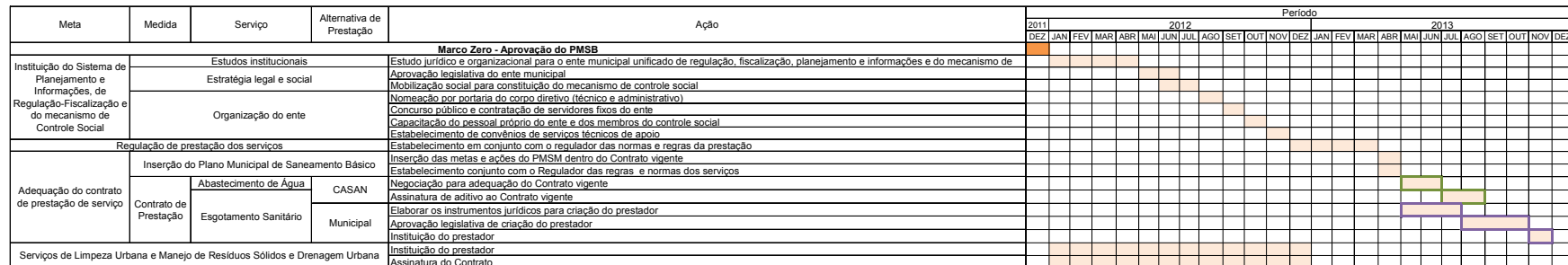


A articulação das informações entre os entes envolvidos deverá ser transparente permitindo a avaliação e o monitoramento da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico. A obtenção das informações entre os entes envolvidos deverão ser desenvolvidas ações com vistas a melhorar o grau de informação, tais como:

- Assinatura de Acordos de Cooperação técnica entre as esferas, viabilizando o intercâmbio de informação e de experiências;
- Criação de Conselhos e/ou Associações e/ou Consórcios;
- Edição e difusão de materiais educativos;
- Estabelecimento de fóruns e/ou mesas redondas, promovendo a interlocução e o debate;
- Parcerias com instituições.



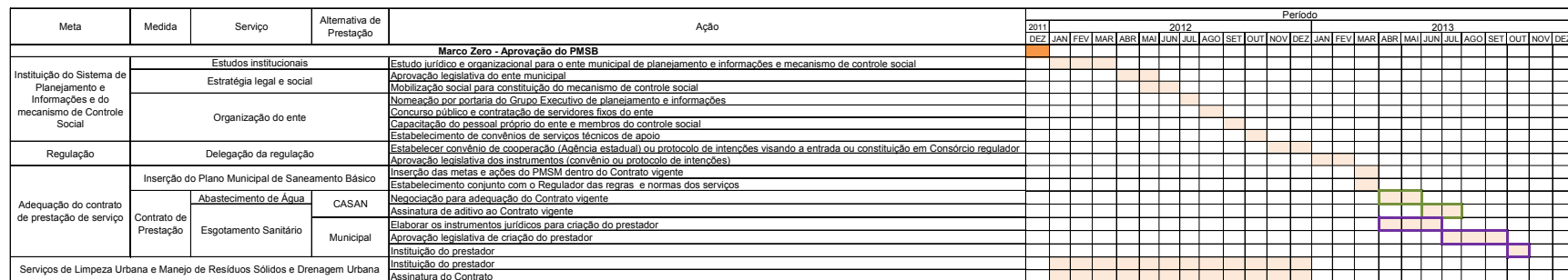
Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Alternativas de Prestador de Serviços
 CASAN
 Municipal

Figura 18 - Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Exclusivamente Municipal

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 1.



Alternativas de Prestador de Serviços
 CASAN
 Municipal

Figura 19 - Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Parcialmente Municipal

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 2.



6.3. Hierarquização dos Serviços de Saneamento

A hierarquização dos serviços de saneamento básico é fundamental para a implementação do PMSB na sede e nos distritos rurais do município. Para eleger a hierarquia foi utilizada a aplicação de três parâmetros:

- Índice Populacional – Ip: Parâmetro de concentração populacional, em relação ao ano de 2009, o resultante de cada área estudada em relação a população total do município;
- Índice de carência na cobertura dos serviços (Ic): 1,0 – índices de cobertura estimados para 2009;
- Índice de insatisfação da sociedade em relação a prestação dos serviços (Iis): estimado, para cada serviço, com base na manifestações da população através das audiências públicas realizadas.

A hierarquização para cada serviço considerando a localidade do município foi estimada através da média os índices apresentadas anteriormente. A Tabela 51 apresenta a hierarquização final do PMSB.

Tabela 51. Hierarquização dos Serviços de Saneamento Básico

Serviços	Localidade	Sede	Bellatorres	Rural
Abastecimento de Água		→	→	↓
Esgotamento Sanitário		↑	→	→
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos		→	↓	↓
Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais		↑	↑	→
↑	Alta Prioridade			
→	Média Prioridade			
↓	Baixa Prioridade			

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Tabela 23.



7. CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL

O Índice Municipal de Salubridade Ambiental pode ser traduzido como o conjunto de indicadores relacionados às condições de saneamento como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Esses indicadores foram selecionados conforme a disponibilidade dos dados e informações do município, buscando a uniformidade da base de dados e informações utilizadas, assim como dos critérios e formas de cálculo, a fim de possibilitar a comparabilidade das situações de salubridade entre os municípios do Estado de Santa Catarina.

Este índice auxilia na avaliação por parte da Administração Pública quanto à necessidade de implantação de medidas de saneamento ambiental, visando à promoção da qualidade ambiental, podendo ser utilizado como um instrumento da política de saneamento.

Dessa forma, o ISA tem como principal mérito reunir e apresentar sinteticamente a “situação de salubridade ambiental” do município através de um valor numérico.

O Índice de Salubridade Ambiental – ISA foi calculado pela média ponderada dos seguintes indicadores:

- I_{AB} = indicador de abastecimento de água;
- I_{ES} = indicador de esgotos sanitários;
- I_{RS} = indicador de resíduos sólidos;
- I_{CV} = indicador de controle de vetores;
- I_{RH} = indicador de recursos hídricos;
- I_{DR} = indicador de drenagem urbana;
- I_{SE} = indicador sócio-econômico.

A metodologia de cálculo desses indicadores, as fórmulas e sua composição, seus objetivos e responsáveis pela informação estão apresentados no Capítulo 9 da **Fase IV** – Programas, projetos e ações.



Para o município de Passo de Torres foi encontrado o seguinte índice de salubridade ambiental:

$$ISA = 0,25I_{AB} + 0,25I_{ES} + 0,25I_{RS} + 0,05I_{CV} + 0,10I_{RH} + 0,05I_{DR} + 0,05I_{SE}$$

$$ISA = (0,25 \times 84,35) + (0,25 \times 28,76) + (0,25 \times 72,5) + (0,05 \times 87,5) \\ + (0,10 \times 80,63) + (0,05 \times 38) + (0,05 \times 68,52)$$

$$ISA = 64,14$$

De acordo com pontuação específica do ISA, o município pode ser considerado de média salubridade ambiental, devendo ser tomadas as providências necessárias para a melhoria deste índice municipal.

Levando-se em consideração as ações, obras e programas que deverão ser executados para atingir essas metas estabelecidas, torna-se possível estabelecer objetivos de longo alcance e de metas de médio e curto prazo, de modo a projetar estados progressivos de desenvolvimento da salubridade ambiental no município.

Sendo assim, em consonância com os marcos das intervenções definidos na Fase III, os índices de salubridade ambiental foram calculados para os anos em que estes marcos se iniciam, conforme descrito a seguir:

- 2014: meta de curto prazo;
- 2019: meta de médio prazo;
- 2025: objetivo de longo alcance.

Na Tabela 52 são apresentados os índices de salubridade ambiental resultantes das intervenções previstas nos serviços de saneamento básico e as principais metas para o desenvolvimento da salubridade ambiental no município. O Gráfico 4 apresenta a linha de tendência da progressão do ISA.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 52. Projeção do Índice de Salubridade Ambiental para 2014, 2019 e 2025 e suas Principais Metas.

Marco			Atual	Curto	Médio	Longo
Ano			2009	2014	2019	2025
Água	Sede	% de cobertura	61%	72%	82%	93%
		% de perda	35%	33%	30%	27%
		Per capita efetivo (l/hab.dia)	68	92	115	120
	Aiurê	% de perda	35%	30%	27%	27%
		Per capita efetivo (l/hab.dia)	120	120	120	120
Esgotos	% de coleta		86%	93%	96%	99%
	% de tratamento		0%	93%	96%	99%
Controle de Vetores	Nº de casos	Dengue	1	0	0	0
		Esquistossomose	0	0	0	0
		Leptospirose	0	0	0	0
	Enchentes		não	não	não	não
Recursos Hídricos	Sede	Qualidade córrego Estiva do Rodrigues	80%	80%	80%	80%
		Qualidade manancial subterrâneo	50%	50%	50%	50%
		Demanda futura (l/s)	11,1	14,0	13,9	14,3
	Bellatorres	Qualidade poço tubular profundo	-	-	-	-
		Demanda futura (l/s)	7,3	9,3	11,4	11,9
Sócio-econômico			69%	74%	79%	85%
Resíduos Sólidos	% de coleta		90%	90%	100%	100%
	% de tratamento e disposição final		100%	100%	100%	100%
Drenagem	Risco de enchente		75%	75%	100%	100%
	Prestação do serviço		0%	60%	85%	100%
Índice de Salubridade Ambiental - ISA			64%	82%	91%	94%

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 9, Tabela 59.

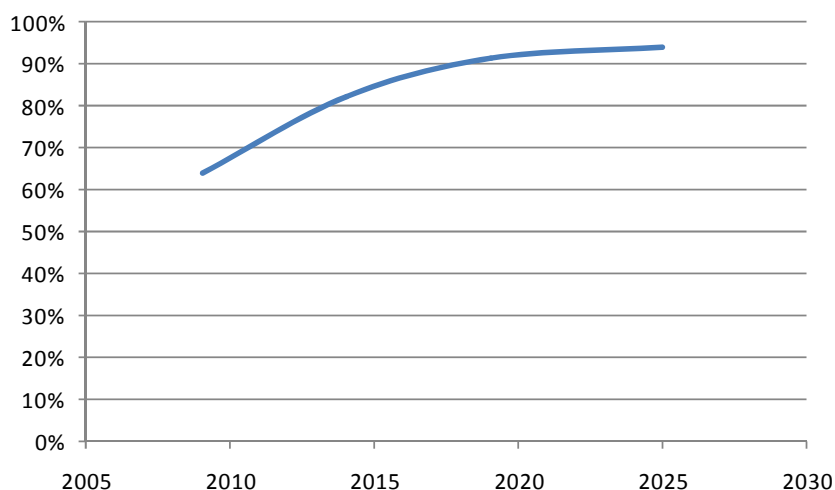


Gráfico 4 - Linha de Tendência da Estado Progressivo da ISA



8. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS

A avaliação das metas, ações e programas terá um endereço legal e institucional principal, que é o Ente Regulador, que tem, por definição dos termos da Lei Federal 11.445/2007, a prerrogativa de monitorar, avaliar, e principalmente agir com poder de “polícia” aplicando procedimentos e sanções legais, poder só dado a ente institucional da característica deste.

Essa avaliação se dará sem prejuízo de que outras ações fiscalizatórias com competência legal definidas sejam também exercidas paralelamente e sem prejuízo ainda de que exista alternativa institucional de âmbito local, como a Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Os aspectos institucionais que envolvem o cumprimento da Lei exigem a atualização periódica do PMSB, o que significa ação permanente do titular dos serviços na obtenção dos dados de base que permitam esta atualização. Assim sugere-se a criação, pelo poder concedente, um organismo de Planejamento e de Informações do Saneamento, com objetivo de:

- Acompanhar as ações programadas para o cumprimento das metas;
- Atualizar os elementos que constituem o planejamento dos serviços;
- Operacionalizar o Sistema Municipal de Informações do Saneamento;
- Coordenar a atualização periódica do PMSB.

8.1. Instrumentos de Controle Social e de Transparência e Divulgação das ações

O Controle Social é conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico

Para melhor eficácia do controle social sobre os serviços, é fundamental que ele seja num contexto estritamente municipal, para um maior grau de participação dos munícipes no processo de formulação da política, do planejamento e informação, e, a depender, da regulação.



A participação social se fará eficiência de sua ação com a instituição de um conselho (não vinculante) com uma estrutura consultiva e com participação indireta e funcional na administração pública.

O melhor formato para este controle se traduzirá, nos termos indicados pela Lei, na constituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Os mecanismos de participação social a serem empregados, quanto aos interesses sociais para o acompanhamento, discussão, implementação, atualização e divulgação das ações podem ser:

- a) Consulta pública (abertura de prazo para manifestação por escrito de terceiros, antes de decisão, em matéria de interesse geral);
- b) Audiência pública (sessão de discussão, aberta ao público, sobre tema ainda passível de decisão);
- c) Assessoria externa (convocação da colaboração de especialistas para formulação de projetos, relatórios ou diagnósticos sobre questões a serem decididas).

É importante a definição clara dos direitos e deveres dos usuários. São poucos os serviços que possuem o regulamento próprio, em geral os de água e esgotos. Mas mesmo nestes, os regulamentos tradicionais ainda em uso pelas companhias estaduais são pouco explícitos nos direitos dos usuários.

Os aspectos importantes de direitos e deveres do usuário que devem constar, no mínimo, de um regulamento dos serviços de Saneamento Básico estão apresentados na Tabela 53.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



Tabela 53. Diretos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico

Serviços	Diretos		Deveres
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Prazos dos serviços a que tem direito	Nova ligação	Remunerar em dia os serviços obtidos;
		Aferição de hidrômetro	Zelar pelo cavalete e hidrômetro quando estiver dentro de seu imóvel, respondendo por furtos ou danos e ainda não provocar alterações no medidor;
		Confirmação de leitura e revisão de erro na conta	Não provocar danos a danos aos componentes do sistema e ainda não executar furos em adutora e rede ou mesmo derivação no ramal;
		Troca de titular da conta	Colaborar no controle do consumo de água, evitando desperdício, corrigindo vazamentos internos ou outros fatores internos ao seu imóvel;
		Eliminação de vazamento em ramal	Executar obrigatoriamente a ligação de esgoto na rede pública disponibilizada;
	Prazos para atendimento a reclamações	Alta de água (descontinuidade)	Não lançar sólidos ou águas pluviais na rede coletora de esgotos;
		Intermitência e baixa pressão (regularidade)	Permitir acesso ao operador, devidamente identificado, para vistoria do hidrômetro ou verificação do consumo no interior imóvel, respeitada a privacidade do lar
		Qualidade ruim da água	
		Desobstrução de rede de esgotos	
		Correção de vazamento na rede água	
	Ter prazo	Para quitar débitos atrasados	
		Para recorrer de sanções impostas	
	Informações a que tem direito	Sobre a potabilidade da água nos termos da Portaria MS 518/2004	
		Sobre a qualidade do efluente de esgotos	
		Sobre as autuações do ente regulador	
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	
Limpeza e Manejo de resíduos	Prazos para atendimento a reclamações	Falta de coleta (descontinuidade)	Remunerar em dia os serviços obtidos;
		Desrespeito a frequência (regularidade)	Não provocar danos a danos aos componentes do sistema, como container, peças de acondicionamento, veículos e ferramentas;
	Ter prazo	Para quitar débitos atrasados	Não depositar resíduos em local não apropriado ou não autorizado;
		Para recorrer de sanções impostas	Colaborar com campanhas de redução de resíduos e de triagem e coleta seletiva
	Informações a que tem direito	Sobre a adequação do destino final	
		Sobre as autuações do ente regulador	
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	
Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Prazos para atendimento a reclamações	Inundações frequentes	Não provocar danos aos componentes do sistema
		Recuperação de estruturas danificadas	Não depositar resíduos na rede de drenagem
	Informações a que tem direito	Sobre a adequação do sistema existente	Desconectar a ligação dos efluentes cloacais na rede de drenagem
		Prazos de melhorias e riscos associados	Atender à legislação que define as restrições de uso das áreas eventualmente alagáveis
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 3, Item 3.2.



8.2. Instrumentos de Avaliação

No contexto deste PMSB e da legislação na qual se insere este plano, um conjunto de metas deverá fazer parte das obrigações contratuais a serem estabelecidas com os prestadores dos serviços, estes em síntese os responsáveis últimos pela sua consecução.

A relação dos indicadores de avaliação dos serviços de saneamento básico está apresentada na Tabela 54, a seguir.

Tabela 54. Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico

Meta	Serviço	Indicador	Definição
Universalidade dos Serviços	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	U1. Cobertura da rede de água e esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de imóveis com acesso a rede sobre o total de imóveis existentes.
		U2. Cobertura do tratamento de esgotos coletados	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de imóveis com esgotos dirigidos ao tratamento sobre o total de imóveis coletados.
	Drenagem Urbana	U3. Cobertura da rede de micro-drenagem	Relação numérica, dado em percentual, entre a extensão do sistema viário coberto com pavimentação e dispositivos de drenagem superficial (meio fio, sarjetas, bocas de lobo, escadas, canaletas) e subterrânea (poços de visita e rede de drenagem) e o comprimento total do sistema viário existente consolidado.
	Resíduos Sólidos	U4. Cobertura do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis não atendidos na frequência estipulada, salvo as interrupções previstas em lei, sobre o total de imóveis coletados.
Qualidade dos Serviços	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Q1. Qualidade da água distribuída	Cumprimento da Portaria 518 do MS.
		Q2. Qualidade do efluente de esgotos tratados	Cumprimento da Legislação ambiental pertinente.
		Q3. Quantidade de água ofertada	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume disponibilizado sobre o volume demandado conforme estimativa do PMSB.
		Q4. Índice de tratamento de esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume tratado e o volume coletado de esgotos.
	Resíduos Sólidos	Q5. Índice de disposição adequada dos resíduos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume dispostos de forma adequada e o volume coletado de resíduos.
	Abastecimento de Água	Q6. Continuidade do abastecimento de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis atingidos pela interrupção e/ou insuficiência do abastecimento, salvo as interrupções previstas em Lei, sobre o total de imóveis existentes.
		Q7. Regularidade do abastecimento de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de pressão conforme medida nos ramais sobre o total de ramais avaliados.
	Resíduos Sólidos	Q8. Regularidade da coleta de resíduos	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis não atendidos na frequência estipulada, salvo as interrupções previstas em lei, sobre o total de imóveis coletados.
	Drenagem Urbana	Q9. Regularidade do funcionamento da rede pluvial	Relação do número de ocorrência de inundações para eventos de precipitação dentro dos critérios de dimensionamento da pluvial (TR 5 anos para microdrenagem e TR 10 anos para macrodrenagem).
	Geral	Q10. Índice de reclamações dos serviços (água, esgotos e resíduos)	Relação numérica, dado em percentual, entre total de reclamações relativas a cada serviço em relação ao número de imóveis atendidos pelo serviço.
		Q11. Índice de satisfação dos usuários (água, esgotos, resíduos e drenagem)	Relação numérica, dado em percentual, da nota média obtida em pesquisa de satisfação sobre o padrão estipulado.

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Itens 4.1, 4.2 e 4.3.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 54 Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico**

Meta	Serviço	Indicador	Definição
Eficiência dos Serviços	Abastecimento de Água	E1. Índice de perdas de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume disponibilizado e a soma dos volumes consumidos de água.
		E2. Índice de hidrometração	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de ligações ativas hidrometradas sobre o número de ligações ativas totais de água.
		E3. Índice de macro-medição de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume macro-medido na saída das unidades de tratamento sobre o volume produzido de água.
	Esgotamento Sanitário	E4. Índice de macro-medição de esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume macro-medido na entrada das unidades de tratamento sobre a estimativa do volume coletado de esgotos.
	Drenagem Urbana	E5: Índice de efetividade das intervenções na rede pluvial	Relação de ocorrência de inundações para eventos de precipitação dentro dos critérios de dimensionamento da pluvial (TR 5 anos para microdrenagem e TR 10 anos para macrodrenagem), após intervenção realizada na rede pluvial.

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Itens 4.1, 4.2 e 4.3.

Os procedimentos de avaliação dos indicadores propostos apresentados na Tabela 55, deverá ser objeto de detalhamento por parte do Ente Regulador, em comum acordo com o Titular concedente.

Tabela 55. Procedimentos de Avaliações dos indicadores dos Serviços de Saneamento Básico

Indicador	Procedimento
Cobertura dos serviços	Número de imóveis cobertos pelo serviço (água, esgoto coletado e esgoto tratado e coleta de resíduos) será identificado pelo cadastro do prestador, o qual deverá estar atualizado e avaliado pelo Ente Regulador
	Número de imóveis totais existentes será fornecido pelo cadastro imobiliário municipal ou por dados censitários e projeções oficiais aceitas pelo Regulador
Indicadores volumétricos de água e esgotos	Volume disponibilizado ou tratado de água: macro-medidor na saída de cada unidade de tratamento de água
	Volume tratado de esgotos: macro-medidor na entrada de cada unidade de tratamento de esgoto
	Volume produzido de água: enquanto não se tem 100% de macro-medição dos volumes disponibilizados, será aceito a quantificação do tempo de adução e respectiva vazão aduzida de água bruta
	Volume coletado de esgotos: enquanto não se tem 100% de tratamento e respectiva macro-medição dos volumes tratados, será aceito a quantificação dos tempos e respectiva vazão bombeada nas elevatórias finais
	Volume consumido de água para aferição das perdas de água será obtido pela soma dos volumes micro-medidos e estimados, estes enquanto não se completar a hidrometração total do serviço
Indicadores volumétricos de coleta de resíduos	Aferidos pela cubagem dos resíduos transportados
Qualidade da água distribuída	Periodicidade e critérios de amostragem definidos nos instrumentos legais
Lançamento do efluente do tratamento de esgotos	
Indicadores para avaliação da continuidade do abastecimento	
Regularidade da coleta de resíduos	
Índice geral de reclamações	

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Item 4.4.



A avaliação de impactos e benefícios deve ser planejada, sistemática, de modo a gerar dados históricos comparativos que permitam a análise do grau de evolução e relevância das intervenções e investimentos empreendidos.

Deve ser realizada pelo Grupo Executivo de Planejamento, Informação e Acompanhamento, e que sua ação seja complementar ao realizado pelo Ente Regulador, este mais voltado para o monitoramento das metas contratuais. Este grupo deverá desenvolver então os itens de avaliação e indicadores de relevância que atendam à missão a que se propõe o Programa. Entre os critérios de avaliação são:

- Eficiência: significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- Eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- Impacto (ou efetividade): indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- Sustentabilidade: mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- Análise custo-efetividade: similar à idéia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- Equidade: procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

A partir deste conjunto de critérios, deverão ser verificadas as conformidades, apurar os dados, analisar e sistematizar os resultados e proceder à análise dos desníveis entre o projetado e realizado.



8.3. Diretrizes para os Instrumentos Regulatórios

O estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico, além das demais Políticas, a nível nacional e estadual, seria o marco regulatório para o município de Praia Grande.

Os instrumentos legais para a regulação no Estado de Santa Catarina foram estabelecidos com a promulgação de uma legislação que dispõe a respeito ao saneamento básico. As principais lei para o setor são:

- Lei Nº 13.517/2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento;
- Lei Nº 13.557/2005 que estabelece a Política Estadual sobre Resíduos Sólidos;
- Lei Nº 9.022/1993 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei Nº 9.748/1994 que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Lei Nº 14.675/2009, que instituiu o “Código Estadual do Meio Ambiente”.

Os instrumentos regulatórios de cada setor do saneamento básico, independentemente da forma de prestação, deverão ser concebidos para garantir o respeito aos contratos e o uso adequado dos incentivos à eficiência, à expansão dos serviços e à modicidade tarifária (inclusive as formas de subsídios), além de serem importantes para garantir a obrigatoriedade da prestadora em fornecer as informações requeridas pelo ente regulador.

A Política de Saneamento Básico institui alguns instrumentos regulatórios:

- Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Sistema Municipal de Saneamento Básico;
- Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- Fundo Municipal de Saneamento Básico.



8.4. Diretrizes para Compatibilização da Avaliação da Eficácia das Ações com os Planos de Bacias Hidrográficas

As diretrizes que devem ser compatibilizadas com os Planos de Bacia Hidrográficas no formato de avaliação da eficácia das ações programadas neste PMSB são:

- Cobertura e eficiência no tratamento dos esgotos: constitui-se em meta regulatória do serviço de esgotos de grande impacto e benefício nos corpos hídricos; os parâmetros de lançamento dos efluentes deverão estar em consonância com as classes dos corpos receptores e seu monitoramento deve estar incluído nas informações manejadas pelo sistema de recursos hídricos;
- Gestão de perdas: tem impacto na demanda dos serviços e sua eficácia traz ganho significativo no uso racional e conservação dos recursos hídricos; para tanto, o monitoramento desta meta regulatória deverá estar em consonância com as diretrizes de conservação da bacia em uso e sua avaliação deve estar incluída nas informações manejadas pelo sistema de recursos hídricos;
- Uso de equipamentos poupadores e re-uso: o incentivo ao uso de instalações hidráulicas poupadoras e ainda a adaptação de instalações sanitárias para o re-uso são ações que devem ser estabelecidas entre metas dos serviços; contribuem para a redução do consumo e conseqüente benefício na conservação dos recursos;
- Captação domiciliar e retenção de águas pluviais: são mecanismos que devem ser colocados como metas não estruturais no serviço de drenagem urbana e manejo de águas pluviais que tem impacto também na diminuição do consumo.

8.5. Diretrizes para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, compreendendo entre outros o Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico

O Sistema Municipal de Saneamento deve contemplar todos os instrumentos que envolvem os serviços de saneamento básico. Será constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no município. Os desenhos possíveis deste Sistema Municipal estão condicionados às diferentes alternativas apresentadas na Tabela 56 a seguir.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 56. Alternativas para delegação dos entes responsáveis para realização das ações dos instrumentos**

Instrumentos				
Instrumentos do Sistema Municipal de Saneamento Básico	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
	Regulação e Prestação dos Serviços Municipal	Regulação Municipal e Prestação dos Serviços Parcialmente Municipal	Regulação e Prestação dos Serviços Parcialmente Municipal	
Regulação	Atividades centralizadas no Ente Municipal de Regulação		Atividades delegadas a Agência Reguladora de outra instância federativa (Estado ou Consórcio)	
Planejamento e informações			Atividades centralizadas no Ente Municipal de Planejamento	
Controle Social	Órgão colegiado funcionando como Conselho Consultivo do Ente Municipal de Regulação		Órgão colegiado funcionando como Conselho Consultivo do Ente Municipal de Planejamento	
Prestação dos Serviços	Atividades centralizadas no Ente Municipal de Prestação dos serviços de água, esgoto, limpeza e manejo de resíduos e drenagem e manejo de águas pluviais	a) atividades da prestação de água: delegadas à CASAN; b) atividades da prestação de esgoto: delegadas à CASAN ou municipal c) atividades da prestação de limpeza e drenagem: através do Ente Municipal de Prestação dos serviços de limpeza e drenagem		a) atividades da prestação de água: delegadas à CASAN b) atividades da prestação de esgoto: delegadas à CASAN ou municipal c) atividades da prestação de limpeza e manejo de resíduos: delegada à terceiro d) atividades da prestação de drenagem: através do Ente Municipal de Prestação dos serviços de drenagem
Fundo Municipal de Saneamento Básico	Formado por recursos orçamentários municipais e extra-orçamentários (transferências por programas estaduais e do OGU) e ainda o superávit operacional da receita de tarifas e taxas dos serviços			
Política Municipal de Saneamento Básico	Instrumento em formato de lei que consolida o Sistema Municipal no formato da alternativa escolhida e institucionaliza o PMSB			
Conselho Municipal de Saneamento Básico	Instância colegiada de caráter deliberativo, consultivo e representação paritária, com a competência de formular as políticas públicas de saneamento ambiental, definir estratégias e prioridades, além de acompanhar e avaliar sua implementação.			

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 7, Tabela 1.

A Instituição da Política Municipal de Saneamento Básico de Passo de Torres tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do município. Os princípios, objetivos e diretrizes da Política estão apresentados na Tabela 57.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

**Tabela 57. Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico**

Princípios	Objetivos		Diretrizes
Universalidade	Estabelecer diretrizes, objetivos e instrumentos para a promoção da melhoria da saúde pública e da salubridade ambiental, do direito à cidade, da proteção dos recursos hídricos e da sustentabilidade ambiental.		Promover ações de saneamento ambiental como uma meta social, subordinada ao interesse público, de forma que cumpram sua função social
Integralidade das Ações	Estabelecer os mecanismos para a adequada articulação do planejamento e da prestação dos serviços de saneamento básico com	a Política Urbana, considerando o Plano Diretor, os Planos de Habitação e os Planos de Mobilidade Urbana	Garantir a prática de tarifas e taxas justas do ponto de vista social
Equidade		as políticas e os planos locais e regionais de saúde, recursos hídricos meio ambiente e inclusão social	Prestar os serviços de saneamento ambiental de forma que seja garantida a máxima produtividade e a melhor qualidade
Participação e Controle Social	Estabelecer a adequada articulação institucional dos atores públicos e privados e demais segmentos organizados da sociedade que atuam nos 4 (quatro) componentes dos serviços públicos do saneamento básico		Realizar o planejamento do uso e da ocupação do solo do município, de forma que sejam adotadas medidas para a proteção dos ecossistemas e dos recursos hídricos
Titularidade Municipal	Definir os instrumentos da gestão: a sistemática de planejamento, o modelo e as diretrizes para prestação, a regulação e a fiscalização dos serviços		Adotar indicadores e parâmetros ambientais, sanitários, epidemiológicos e socioeconômicos para o planejamento, a execução e a avaliação das ações de saneamento ambiental
Gestão Pública	Fixar os direitos e deveres dos usuários		Fomentar a capacitação tecnológica da área e a formação e a capacitação de recursos humanos
Articulação / Integração Institucional	Estabelecer mecanismos institucionais e de acesso à informação para o efetivo controle social e participação popular no planejamento, monitoramento e avaliação do Plano e seus programas e nas atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços, atendendo aos princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) e do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001)		Buscar a adoção de tecnologias apropriadas às condições socioculturais e ambientais de cada local
Sustentabilidade	Estabelecer as condições para a formalização dos contratos: definir a elaboração do plano de saneamento básico e a de estudo da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços; definir as normas de regulação, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; definir casos e condições para a retomada dos serviços; e prever a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato		Aperfeiçoar os arranjos institucionais e gerenciais, de forma que sejam adequados às condições locais em termos econômicos, sociais e culturais
Direto à informação	Estabelecer as diretrizes, os instrumentos e prever os quadros normativos para a fiscalização e a regulação da prestação dos serviços de saneamento básico		Apoiar as ações das instituições responsáveis pela proteção e pelo controle ambiental
Direito à educação sanitária e ambiental	Estabelecer diretrizes para a organização e implementação do Sistema de Informações Municipal em Saneamento Básico, em consonância com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, com a definição de indicadores e índices para o monitoramento e avaliação da situação de acesso, qualidade, segurança, eficiência, eficácia e efetividade na gestão e na prestação dos serviços e nas condições de saúde e de salubridade ambiental		Realizar, sistematicamente, o acompanhamento e a divulgação de informações sobre os indicadores de saneamento ambiental, saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e educação sanitária e ambiental
Prestação adequada dos serviços	Definir diretrizes e indicar os limites e possibilidades para a gestão associada de parte(s) ou de todo o serviço de saneamento básico, considerando as particularidades, local e regional		Respeitar as legislações relacionadas à proteção ambiental e à saúde pública no planejamento e na execução de ações, em obras e serviços de saneamento, cabendo, aos órgãos e às entidades por elas responsáveis, seu licenciamento, sua fiscalização e seu controle, nos termos de sua competência legal

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 7, Itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3.

**Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres**

Um dos mecanismos para dar suporte às ações de saneamento básico no âmbito municipal é a promulgação de lei instituindo a Política Municipal de Saneamento Básico. Como contribuição, apresenta-se, na Fase **VI**, uma minuta do projeto de lei.

A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, composto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico; Conferência Municipal de Saneamento Básico; Conselho Municipal de Saneamento Básico; Fundo Municipal de Saneamento Básico; e do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

O Conselho Municipal de Saneamento Ambiental é a instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo, com representação paritária, composto por representantes do Poder Público municipal, dos prestadores de serviço, dos usuários, de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico e de outros segmentos sociais, devendo ser criado por lei municipal. O Conselho tem a competência de formular as políticas públicas de saneamento ambiental, definir estratégias e prioridades, além de acompanhar e avaliar sua implementação.

Cabe a esse Conselho, e às demais instâncias municipais competentes, regular, avaliar e realizar o controle da prestação dos serviços de saneamento ambiental, mediante apoio técnico de instituição capacitada. Essa instituição pode ser municipal, resultar de associação entre municípios ou pertencer ao governo estadual.

O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental tem como objetivo financiar as ações públicas de saneamento, conforme a Política e o Plano Municipal de Saneamento, constituindo-se em uma fonte complementar e permanente do financiamento das ações a custos subsidiados, visando garantir a permanência da universalização e a qualidade dos serviços. Suas fontes de recursos podem ser constituídas de dotações orçamentárias do município e de outros níveis de governo, bem como de outros fundos, doações e subvenções nacionais e internacionais, além de recursos financeiros de agências de financiamentos nacionais.

**Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres**

A Conferência Municipal de Saneamento Ambiental é realizada a cada dois anos, servindo para subsidiar a formulação da política e a elaboração do Plano. É uma forma eficaz de mobilização pois permite a democratização das decisões e o controle social da ação pública. Possibilita a construção de pactos sociais na busca de políticas democráticas e de serviços de saneamento, com atendimento universal e de boa qualidade, contribuindo para a construção da cidadania.



9. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Em busca de um melhor entendimento e visualização das informações diagnosticadas e das propostas elaboradas referentes aos serviços de saneamento dos municípios contemplados pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, montou-se um banco de dados associado a um Sistema de Informações criado em ambiente de geoprocessamento.

O SIG do Plano de Saneamento e o banco de dados a ele associado têm como objetivo facilitar a manipulação dos dados e a visualização da situação de cada serviço ofertado pelo município, a fim de se identificar os problemas e auxiliar na busca de soluções para os mesmos.

Foram identificados e georreferenciados os principais componentes dos seguintes serviços: Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Drenagem Pluvial e Resíduos Sólidos. Como base para o levantamento e georeferenciamento de todos esses elementos foram utilizadas cartas cartográficas digitalizadas, do Estado de Santa Catarina, disponibilizadas pela SDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável na escala 1:50.000.

Os dados e informações do diagnóstico e propostas referentes a cada município foram tabuladas em um banco de dados (Excel) associado ao programa de geoprocessamento ArcGis 10. Para facilitar o acesso às informações foi utilizado o aplicativo ArcGis Explorer, visualizador SIG gratuito e de fácil manuseio.

9.1. SIG dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Passo de Torres

No município de Passo de Torres foram espacializadas as principais unidades do sistema público de abastecimento operado pela CASAN- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, e do sistema privado operado pela empresa Abastecedora de Água Bella Torres. A localização das unidades foi feita com base em informações obtidas da prefeitura do município, em visitas a campo, na utilização de ferramenta de geoprocessamento, no caso o ArcGis, e a ferramenta Google Earth.

As informações que compõem o banco de dados dos dois sistemas de abastecimento de água referem-se aos seguintes componentes georreferenciados no ArcGis:

- Ponto de captação de água bruta;
- Estações de recalque de água bruta e água tratada;



- ETA – Estação de Tratamento de Água;
- Reservatórios;
- Adutoras de água bruta e de água tratada;
- Áreas atendidas pelo Sistema Público de Abastecimento de Água.

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário do município, poucas informações puderam ser georreferenciadas tendo em vista à falta no município de um sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto, que na maioria das residências se dá por meio de tanques ou fossas sépticas.

A situação dos serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos no município pôde ser visualizada através da identificação e georreferenciamento das seguintes unidades:

- Antigo lixão;
- Terreno de descarte dos resíduos de limpeza pública;
- Hospitais com o Plano de Resíduos Sólidos de Saúde aprovado;
- Aterro.
- Abrangência dos serviços de coleta.

As características de cada componente citado acima são relatadas no banco de dados associado à ferramenta de geoprocessamento no caso o ArcGIS. Essas características foram obtidas do próprio diagnóstico do PMSB (**Fase II**) e se referem às potencialidades e deficiências de cada componente.

9.2. Planos e ações propostos no Plano de Saneamento abordados no SIG

As propostas desenvolvidas para o atendimento das metas e objetivos que visam à universalização dos serviços de saneamento envolvem um conjunto de atividades a serem executadas no município e que foram ordenadas no banco de dados por setor de saneamento (Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem), sendo informados os prazos e o valor do investimento para cumprimento de cada atividade.

A Figura 20 mostra a interface do aplicativo ArcGis Explorer com o usuário, onde podem ser visualizadas, a partir dos marcadores dentro do município, as atividades propostas no PMSB referentes a cada setor do saneamento.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres

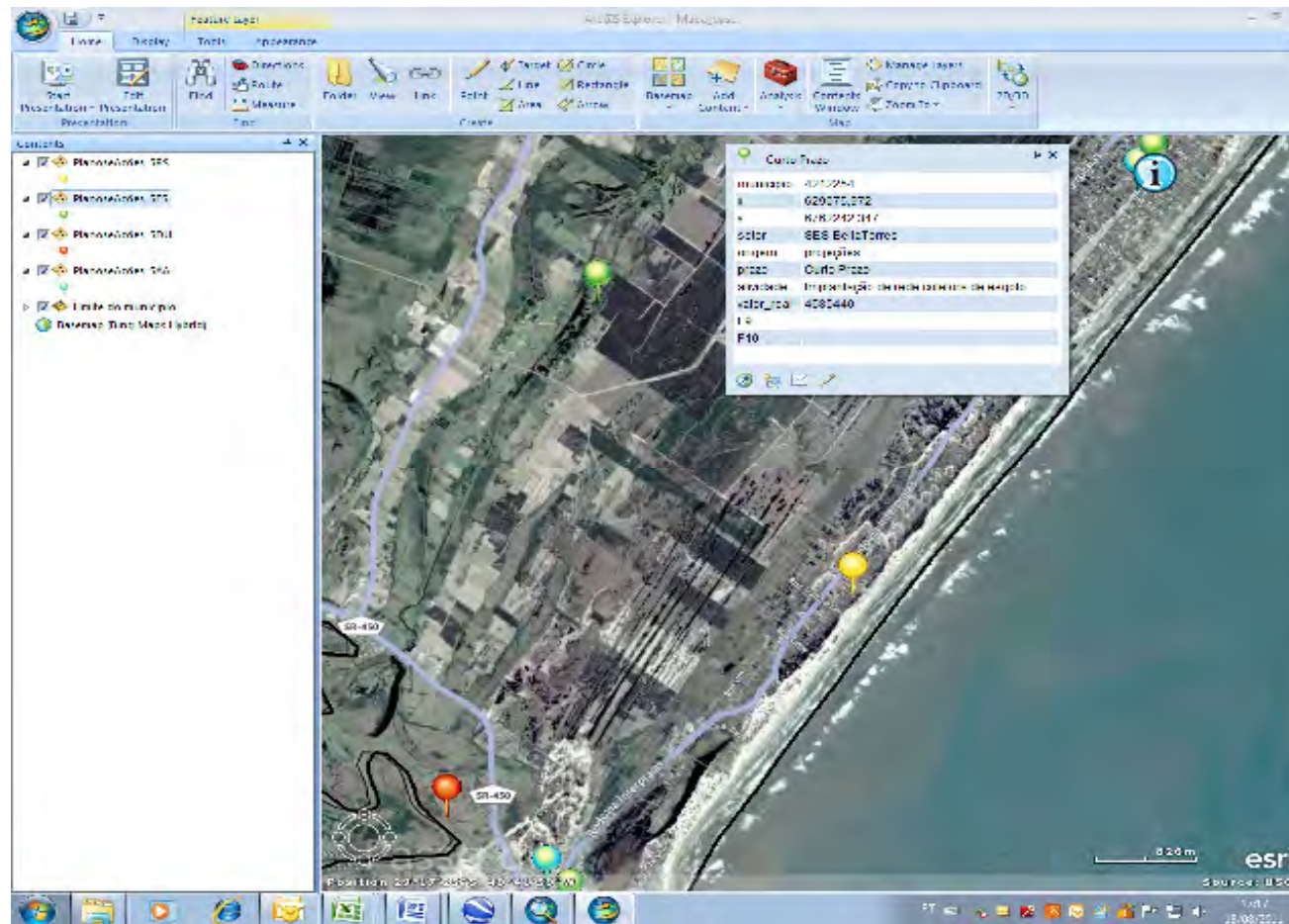


Figura 20 - Interface do programa ArcExplorer e apresentação de janela de consulta dos dados sobre Planos e Ações



GLOSSÁRIO

AFLUENTE: curso de água que deságua em outro curso de água considerado principal. Também corresponde a água residuária ou líquido que flui para um reservatório, corpo d'água ou instalação de tratamento.

ADUTORA DE ÁGUA BRUTA: Tubulação que conduz a água bruta de um ponto ao outro, sob pressão ou gravidade.

ADUTORA DE ÁGUA TRATADA: Tubulação que conduz a água tratada de um ponto ao outro, sob pressão ou gravidade.

ÁGUA RESIDUÁRIA: qualquer despejo ou resíduo líquido com potencialidade de causar dano ambiental.

BACIA HIDROGRÁFICA: espaço geográfico delimitado por divisores de água que concentra o escoamento para um único ponto (corpo d'água, córrego ou rio).

BOCAS-DE-LOBO: estruturas hidráulicas para captação das águas superficiais transportadas pelas sarjetas e sarjetões, normalmente localizam-se sob o passeio ou sob a sarjeta.

BOOSTER: Recalque em linha de adução.

CAPINA: conjunto de procedimentos concernentes ao corte, manual ou mecanizado, ou à supressão, por agentes químicos, da cobertura vegetal rasteira considerada prejudicial e que se desenvolve em vias e logradouros públicos, bem como em áreas não edificadas, públicas ou privadas, abrangendo eventualmente a remoção de suas raízes e incluindo a coleta dos resíduos resultantes.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA: conjunto de equipamentos e instalações utilizados para a tomada de água do manancial.

CHORUME: líquido percolado, de cor escura, geralmente com elevado potencial poluidor, proveniente da decomposição da parcela orgânica biodegradável existente nos resíduos sólidos; e das águas pluviais que perpassam a massa dos mesmos, quando acumulados em depósitos de quaisquer categorias, ou dispostos em aterros (controlados ou sanitários).

COLETA SELETIVA: conjunto de procedimentos referentes ao recolhimento diferenciado de resíduos recicláveis (papéis, plásticos, metais, vidros, etc.) e/ou de resíduos orgânicos compostáveis, que tenham sido previamente separados dos demais resíduos considerados não reaproveitáveis, nos próprios locais em que tenha ocorrido sua geração.



ECONOMIA: para os sistemas de saneamento, são as moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

EFLUENTE: tudo aquilo que eflui, sai de algum lugar, substância que sai de canais, dutos, estações de tratamento etc.

FATURAMENTO: valor da receita operacional decorrente das atividades-fim do prestador de serviços.

GALERIAS: condutos destinados ao transporte das águas captadas nas bocas coletoras e ligações privadas até os pontos de lançamento;

HIDRÔMETRO: aparelho para medir e indicar a quantidade de água fornecida pela rede distribuidora a uma edificação (domiciliar, comercial, industrial, órgão público etc.).

LIGAÇÃO: ramal predial conectado à rede de distribuição de água ou à rede coletora de esgoto. Pode estar ativa ou inativa.

LIXÃO (OU VAZADOURO): local em que os resíduos sólidos urbanos, de todas as origens e naturezas, são simplesmente lançados, sem qualquer tipo ou modalidade de controle sobre os resíduos e/ou sobre seus efluentes.

MANANCIAL: fonte de onde se retira a água.

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: conjunto dos procedimentos inerentes à coleta, ao transbordo e transporte, à triagem, ao reaproveitamento, ao reuso, à reciclagem, ao tratamento e à disposição final de resíduos sólidos urbanos; à varrição, à limpeza, a capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros serviços pertinentes à limpeza urbana, exceto quando referentes aos resíduos cujo manejo seja de responsabilidade do gerador.

REDES: conjunto de tubulações e acessórios de um sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário ou drenagem urbana.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO: condução da água para os edifícios e pontos de consumo, por meio de tubulações instaladas nas vias públicas.

RECALQUE: Estação Elevatória.

RESERVAÇÃO: armazenamento da água para atender a diversos propósitos, como a variação de consumo e a manutenção da pressão mínima na rede de distribuição.



SALUBRIDADE AMBIENTAL: estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural.

SARJETA: o canal longitudinal, em geral triangular, situado entre a guia e a pista de rolamento, destinado a coletar e conduzir as águas de escoamento superficial até os pontos de coleta;

UNIDADE DE COMPOSTAGEM: conjunto das instalações, dotadas ou não de equipamentos eletromecânicos, e destinadas ao processamento de resíduos orgânicos facilmente biodegradáveis, de modo a transformá-los em “composto orgânico” (fertilizante e condicionador de solo), sob controle e monitoramento sistemáticos. Entende-se como compostáveis os resíduos provenientes da poda de árvores e gramados, a fração orgânica resultante de processo de separação executada em unidades de triagem e os provenientes de coletas diferenciadas junto a residências ou junto a centrais de abastecimento, mercados, sacolões, supermercados ou outros locais em que esse tipo de resíduo seja gerado em maiores quantidades. Tais unidades compreendem desde um “pátio” de compostagem até um biodigestor.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Passo de Torres



ANEXO: MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PMSB



MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE “INSTITUI O PLANO MUNICIPAL De SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES”

Artigo 1º - Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais no Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Estadual nº 13.517/2005.

Artigo 2º - O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto periodicidade a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Artigo 3º - A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Artigo 4º - As revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Parágrafo Único – No caso de descumprimento do estabelecido no caput, a prestadora dos serviços fica obrigada a cumprir o Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação, nos termos do art.19, §6º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lei Complementar Nº 009/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais no município, em conformidade com o estabelecimento na Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Estadual nº 13.517/2005.

Art. 2º - O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto periodicidade a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º - A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ - 2º O Poder Executivo, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - As revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Parágrafo Único - No caso de descumprimento do estabelecimento no caput, a prestadora dos serviços fica obrigada a cumprir o Plano Municipal de saneamento Básico em vigor à época da delegação, nos termos do art. 19, §6º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de dezembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

Edson Borba Martins

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 798/2011

LEI Nº 798, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A REALIZAR COMODATO DE BEM IMÓVEL E MÓVEL À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Município de Passo de Torres autorizado a realizar comodato à Associação de Agricultores de Passo de Torres, inscrito no CNPJ sob o nº 02.168.412/0001-60, de bens imóveis e móveis.

§1º. O prédio da Secretaria de Agricultura localizada no bairro de curralinhos, Passo de Torres, será cedida em comodato à Associação de Agricultores de Passo de Torres, no período da data de assinatura do Termo de Comodato até 31/12/2012.

§2º. Será cedido em comodato os bens móveis abaixo relacionados pelo mesmo prazo estipulado no §1º.

a) 02(duas colhedora de forragem, modelo cremasco custon 930-C;

b) 01(um) arado gradeador 24 discos;

c) 01(um) arado de 3 bacias, marca tatu;

d) 01(uma) roçadeira, marca tatu;

e) 01(um) carroção em madeira com pneus e rodas;

f) 01(um) distribuidor de calcário e adubo orgânico para 4 toneladas;

g) 01(um) trator de pneu Massy Ferguson modelo 275;

h) 01(uma) Plaina Niveladora;

i) 01(uma) Bomba d'água;

Art.2º A entidade beneficiada nesta Lei deverá zelar e conservar os bens móveis e imóveis ora posto em comodato, responsabilizando-se civil e criminalmente pelos mesmos.

§1º.A entidade beneficiada deverá devolver os bens a municipalidade em plena forma de uso assim como os recebeu.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 28 de dezembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

Edson Borba Martins

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 206/2011

DECRETO Nº. 206, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DE ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO NAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - O presente Decreto visa regulamentar a concessão de Alvarás de funcionamento nas Áreas Urbanas Consolidadas, instituídas pelo artigo 15, II, da Lei Complementar Municipal nº 008/2011.

Art. 2º - A emissão do Alvará de funcionamento acontecerá mediante a apresentação dos documentos listados abaixo:

I - Documentos comprobatórios de área urbana consolidada;

II - Habite-se, a ser requerido nos termos dos artigos 22,23, e 24, da Lei Municipal nº. 19 de 21 de maio de 1993.

Art. 3º - Para as empresas já estabelecidas e com Alvarás devidamente emitidos no exercício de 2011, que não possuam Habite-se da construção, será emitido Alvará em caráter provisório com validade de 8 (oito) meses.

§-1º Ao final deste prazo, a empresa que não apresentar o Habite-se de construção, não receberá novo Alvará enquanto não efetuar a regularização da obra onde está estabelecida.

Art. 4º - As reformas serão autorizadas mediante análise do setor técnico da prefeitura municipal e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, com emissão da respectiva Autorização Municipal em modelo padrão

Art. 5º - As construções novas e as ampliações ficam proibidas até que Lei posterior disponha em contrário.

Art. 6º - Revogou-se o decreto nº 204 de 27 de dezembro de 2011 e demais disposições em contrário.

Art. 7º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 29 de dezembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de dezembro de 2011.

Edson Borba Martins

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 207/2011

DECRETO Nº. 207, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

"EXONERA, THIAGO DE OLIVEIRA RODRIGUES, DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado , Thiago de Oliveira Rodrigues do cargo de Chefe de Departamento de Contabilidade -Nível - DAS -4.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de dezembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de dezembro de 2011.

Edson Borba Martins

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Termo de Contrato Nº 025/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 25/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: A MICHELS PEÇAS ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO, AMBULANCIA PEUGEOT PLACAS MFF5875 DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO

Valor: R\$ 2.056,00

Vigência: 30.11..2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 11/2011

Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.0064

Passo de Torres, 16 de novembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 026/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 26/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Carina Barchinski Bauer

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção do Veiculo

Gol placas MHR7012, Ambulância montana placas MFB0775.

Valor: R\$ 3.075,80

Vigência: 30.11.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 11/2011

Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.0064

Passo de Torres, 16 de novembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 027/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 27/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Gilnei da Rosa Mattos Me

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção do Veiculo

SPRINTER PLACAS MFJ8112

Valor: R\$ 488,00

Vigência: 30.11.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 11/2011

Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.0064

Passo de Torres, 16 de novembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 028/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 28/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Carina Barchinsk Bauer

Objeto: Aquisição de Peças e serviços para manutenção do veiculo

Ambulância Peugeot placas MFF5875

Valor: R\$ 7.559,42

Vigência: 30.12.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 12/2011

Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.0064,

(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 14 de dezembro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 029/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 29/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Gilnei da Rosa Matos Me

Objeto: Aquisição de Peças e serviços para manutenção do veiculo

Ambulância Montana placas MFB0775.

Valor: R\$ 400,00

Vigência: 30.12.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 12/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0064,
(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 14 de dezembro de 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 030/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 30/2011
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: RH Simão de Matos
Objeto: Aquisição de Peças e serviços para manutenção do veículo moto placas MGM8411.
Valor: R\$ 644,00
Vigência: 30.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 12/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0064,
(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 14 de dezembro de 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Secretario Municipal de Saúde

Extrato de Termo de Contrato Nº 143/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 143/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Valma da Silva Gomes
Objeto: Locação de Imóvel
Valor: R\$ 2.180,00
Vigência: 16/03/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (132) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 16 de novembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 145/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 145/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Man Latin América Indústria e Comercio de Veículos Ltda
Objeto: Aquisição de Veículo para Transporte Escolar
Valor: R\$ 236.840,00
Vigência: 18/11/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Pregão Eletrônico 18/2011
Dotação Orçamentária: (20) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (19) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.0087, (160) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.58, (21) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.0122
Passo de Torres, 18 de novembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 146/2011

Prefeito Municipal em Exercício EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 146/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: MR Construções e Pavimentações Ltda
Objeto: Serviço de Pavimentação com Pedra Irregular, no total de 1.124,00 m², na Rua Getulio Vargas, neste município.
Valor: R\$ 18.187,80
Vigência: 31/01/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 54/2011

Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (125) 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 24 de novembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin

Extrato de Termo de Contrato Nº 148/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 148/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: E.E.Poletto Me
Objeto: Aquisição de um Nobreak Premium Senoidal GII 2200 VA Preto com Modulo de exp. medio p/6 baterias seladas 17Ah 72V, para este centro administrativo.
Valor: R\$ 4.728,00
Vigência: 30/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 56/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (13) 2.007.4.4.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 14 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 149/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 149/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Paulo César Martins dos Santos Me
Objeto: Aquisição de um Centro de Trabalho ref.1161 cor CI, Gaveteiro de Mesa ref.2001 na cor CI, Suporte Teclado ref. 1101 na cor CI, Armario Alto ref.1013, Balcão Cerejeira 1,20, Telefone com fio na cor preta, Cadeira giratoria na cor preta, Cozinha de Canto mdf com 3/50 mts, com tampo em granito com duas cubas de inox. Para uso na Escola Mun.Vila Nova, Sec. de Educação, Ação Social.
Valor: R\$ 6.487,00
Vigência: 30/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 56/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (41) 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (51) 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (52) 2.017.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (81) 2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0052.
Passo de Torres, 14 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 150/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 150/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Gian Carlo Becker Pacheco Me
Objeto: Aquisição de Material Permanente para Construção de Academia ao Ar Livre na Praça dos Pescadores na Rua Manoel Rodrigues, neste município. Conforme Projeto SEITEC Nº 14.992/2011-6.
Valor: R\$ 18.150,00
Vigência: 30/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 57/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (57) 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (161) 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00.0095
Passo de Torres, 16 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 155/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 155/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Nazamak Peças e Equipamentos Ltda
Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção da Maquina Retro Case.
Valor: R\$ 1.268,80
Vigência: 31.12.2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e licitação nº 58/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100
Passo de Torres, 20 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 156/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 156/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Rodosol Transportes de Passageiros Ltda Me
Objeto: Serviço de Atendimento Emergencial na Área de Transporte Escolar da Rede Municipal e Estadual deste Município.
Valor: R\$ 1.900,00
Vigência: 31.12.2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (43) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0061
Passo de Torres, 22 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 158/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 158/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Betha Sistemas Ltda
Objeto: Locação de Sistemas
Vigência: 30.13.2012 (prorrogação de prazo)
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Passo de Torres, 23 de dezembro 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 159/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 159/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Gilnei da Rosa Mattos Me
Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para manutenção do ônibus escolar placas MEJ 9665.
Valor: R\$ 430,00
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 63/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100
Passo de Torres, 26 de dezembro 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 160/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 160/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Gilnei da Rosa Mattos Me
Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para manutenção do ônibus escolar placas MEJ 9665.
Valor: R\$ 430,00
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 63/2011
Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100
Passo de Torres, 26 de dezembro 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 161/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 161/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Oficina Mecanica Smacril Ltda Me
Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção do Ônibus Escolar Placas MEJ 9665.
Valor: R\$ 9.316,90
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 63/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100
Passo de Torres, 26 de dezembro 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 162/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 162/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Paulo César Martins dos Santos Me
Objeto: Aquisição de 04 Tv 42 polegadas, Lg Led Full Hd-42Lv 3500, para as escolas Municipais.
Valor: R\$ 9.876,00
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 62/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (27)1.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (4 1)2.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0100
Passo de Torres, 26 de dezembro 2011.
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº152/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 152/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Latus Consultoria Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda
Objeto: Serviços de contratação de empresa para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Passo de Torres/SC - PLHIS
Vigência: 16.06.2012 (Prorrogação de Prazo)
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Passo de Torres, 16 de dezembro 2011
Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº157/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 157/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Pinho Comercial de Veículos Ltda
Objeto: Aquisição de Veículo
Valor: R\$ 32.500,00
Vigência: 31.12.2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e licitação nº 64/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (20) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.0100, (160)1.0134.4.90.00.00.00.00.00.0058
Passo de Torres, 23 de dezembro 2011.

Emerson Cardoso Kijillin
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de CONTRATTO Nº163/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 163/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: E.E.Poletto Me

Objeto: Aquisição Microcomputadores Completos e Impressora Multifuncional Laser, para uso no laboratório de informática.

Valor: R\$ 39.985,00

Vigência: 31.12.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº 62/2011 Modalidade CV

Dotação Orçamentária: (27)1.015.4.4.90.00.00.00.00.0100, (4 1)2.010.4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 26 de dezembro 2011.

Emerson Cardoso Kijillin

Prefeito Municipal em Exercício

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria Nº. 0809/2011**

PORTARIA Nº. 0809/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal JUCELINO KLAUBERG, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento do Gabinete do Povo, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 131361/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Portaria Nº. 0810/RH

PORTARIA Nº. 0810/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 01/01/2012, o cargo de provimento efetivo Professor, ocupado pela servidora ENEDI FRONZA, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério, conforme Decreto nº 2.271 de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Portaria Nº. 0811/2011

PORTARIA Nº. 0811/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica extinta, a partir de 01/01/2012, uma vaga do cargo de provimento efetivo Marceneiro, nível "D", declarado em extinção, conforme o disposto no Art. 7 da Lei Complementar 208 de 28 de Setembro de 2010, ocupado pelo servidor ELMO FAUSTINO MACHADO, em virtude de sua aposentadoria por tempo de idade, de acordo com o Art. 38, inciso V, da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010 e conforme Decreto nº 2.306 de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Portaria Nº. 0815/2011

PORTARIA Nº. 0815/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal RODRIGO FACHINI, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 131303/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Salto Veloso**PREFEITURA****Edital Nº 0001/2012 - CHAMAMENTO de INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO e ATUALIZAÇÃO do CADASTRO de FORNECEDORES**

EDITAL Nº 0001/2012 DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo junto ao setor de Licitações

da Prefeitura Municipal, sito à Travessa das Flores, 58, nesta cidade, inscrição para novos fornecedores e atualizações para os já existentes, conforme previsto na Lei 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

I - OBJETO:

O presente Edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e atualização dos já existentes no Cadastro de fornecedores do Município de Salto Veloso, para efeito de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

Será exigido dos interessados, para que comprovem a habilitação o presente Edital, os seguintes documentos:

- a) Contrato Social e ultima Alteração contratual;
- b) Cartão do CNPJ ou CPF;
- c) Prova de Inscrição Estadual;
- d) Certidões Negativas de Débitos: Federal, Estadual e Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débito com INSS;
- f) Certidão Negativa de Débito dom FGTS;
- g) Último Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado;
- h) Em caso de S/A, cópia da Ata da Assembléia que constitui seus administradores;
- i) Certidão Negativa quanto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, referente a todos os sócios do Contrato Social da Empresa e/ou da ultima Alteração Contratual.

Certidão encontra-se disponível em <http://www.cnpj.jus.br/sistemas>.

Os documentos não originais deverão estar autenticados ou acompanhados das cópias originais.

Prefeitura de Salto Veloso - SC, em 02 de janeiro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Edital foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

Matheus Abati Périco

Responsável pela Secretaria de Planejamento

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato Dispensa Nº 433/2011

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 433/2011

OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para recuperação do edifício escolar Dr. Hercílio Malinowsky, localizado no Bairro Dona Francisca, edificação esta que foi atingida pelo vendaval.

CONTRATADO: Empreiteira de Obras Leão Ltda.

Valor: R\$ 120.877,70

SÃO BENTO DO SUL, 29 de dezembro de 2011.

JAYME FUCK - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

MAGNO BOLLMANN - Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA Dispensa Nº 433/2011

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à

contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para recuperação do edifício escolar Dr. Hercílio Malinowsky, localizado no Bairro Dona Francisca, edificação esta que foi atingida pelo vendaval.

II - Contratado: Empreiteira de Obras Leão Ltda.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: Na data de 22 de dezembro de 2011 ocorreu, na cidade de São Bento do Sul e imediações, um desastre natural classificado como vendaval e granizo. Como se vê no laudo acostado, foram inúmeros os danos causados às edificações particulares (mais de 65 casas destelhadas, além de galpões de empresas) e às edificações públicas, entre elas a Escola Básica Municipal Dr. Hercílio Malinowsky, Bairro Dona Francisca. A proximidade de início do calendário escolar exige que tal unidade educacional esteja pronta para o uso já em final do mês de janeiro, sob pena de prejuízos ao ensino de centenas ou milhares de alunos da rede pública. Não se diga que a caracterização emergencial requer decreto de emergência ou mesmo de calamidade pública, pois os Prejulgados n. 1288, 1311 e 1395, do TCE/SC, denotam situações de emergência em que não se cogita de estado de emergência ou de calamidade, no sentido adotado pelos órgãos da Defesa Civil. Também o TCU, em recente decisão, afirmou que "A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações" (AC-1138-15/11-P, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR). Portanto, considerando a essencialidade do ensino público e considerando que a realização de prévia licitação faria coincidir o início das aulas com a plena execução das obras de recuperação dos prédios escolares e, considerando ainda que a cobertura deste prédio escolar precisa ser reparada imediatamente, sob pena de inundarem-se ainda mais tal edifício, com novas perdas materiais, caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: a empresa Empreiteira de Obras Leão Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (obras civis); (II) detém acervo de obras públicas de características semelhantes àquelas que serão executadas, aliás, muitas destas obras tendo como contratante o Município de São Bento do Sul; e (III) é empresa que se prontificou a fazer tais reformas, mesmo sendo final de ano e sob circunstâncias em que, como se sabe, o mercado de obras civis está aquecido por conta do programa "Minha Casa, Minha Vida", com generalizada falta de mão-de-obra, o que dificulta a contratação de serviços emergencialmente.

V - Justificativa do Preço: o preço praticado é de mercado, considerando que a obra custará R\$ 120.877,70 para um total de 930,55 M2 de construção reformada, donde se estima uma mão-de-obra de R\$ 43.143,75 e, destacadamente, a aplicação de R\$ 77.733,95 em materiais, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado de obras civis.

Assim, submeto a presente justificativa ao Secretário Municipal de Administração para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimento e Patrimônio.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no DOM e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo,

5 dias.

MARCO REDLICH
Secretário Municipal de Administração

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº177.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº177/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº603/2010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizando a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 201.717,60 (Duzentos e hum mil setecentos e dezessete reais e sessenta centavos) por conta do excesso de Arrecadação nas dotações abaixo identificadas:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.1.31.1.2001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal R\$ 3.900,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 3.900,00

02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.2.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito R\$ 8.750,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 8.700,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 50,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2003 - Func. e Manutenção da Secretaria De Adm. Finanças e Planejamento R\$ 18.760,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 17.560,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 1.200,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2005- Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 11.280,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 10.150,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$

1.130,00

04.01.12.361.04.2.006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 65.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 60.700,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 4.800,00

04.01.12.365.4.2008 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 68.410,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 61.600,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 6.810,00

04.01.27.812.7.2010 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.09.2.011 - Func. e Manut. da Assistência Social R\$ 3.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 300,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.19.2015 - Func. e Manutenção do Turismo R\$ 2.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2.017 - Func. e Manut. da Coord. de Serviços Públicos R\$ 2.246,60

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 1.900,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 346,60

07.01.26.782.22.2.016 - Func. e Manut. da Coord. de Obras R\$ 5.661,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 661,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.2.023 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Munic. Agropecuario R\$ 10.710,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 9.750,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Direas R\$ 960,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 21 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº187.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITOSés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº187/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº603/2010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 14.672,00 (quatorze mil, seiscentos e setenta e dois reais) por conta do excesso de Arrecadação nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS03.01.04.122.03.2.003 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração
Finanças e Planejamento R\$ 172,00

3.1.91.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 172,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2.017 - Func. e Manut. da Coord. de Serviços Públicos R\$ 14.500,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas
R\$ 13.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 28 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria 410.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITOPraça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 410/2011
Exonera AILSO EGER do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar AILSO EGER do cargo de Motorista II , contrato de trabalho nº. 039/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 411.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITOPraça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2011

Exonera ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal , contrato de trabalho nº. 035/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 412.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITOPraça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 412/2011

Exonera JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II , contrato de trabalho nº. 013/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 413.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 413/2011

Exonera TEREZINHA KUHN HAMES do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar TEREZINHA KUHN HAMES do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 044/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 414.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 414/2011

Exonera VAGNER EDESON MACAGNAN do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VAGNER EDESON MACAGNAN do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 023/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 415.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 415/2011

Exonera VALERIO LUIZ PAULI do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VALERIO LUIZ PAULI do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 014/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 416.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 416/2011

Exonera DAIANY CRISTINA HOFFMANN do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DAIANY CRISTINA HOFFMANN do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, contrato de trabalho nº. 006/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 417.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 417/2011

Exonera MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, contrato de trabalho nº. 037/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 418.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 418/2011

Exonera JULIANO TEIXEIRA DE SÁ do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JULIANO TEIXEIRA DE SÁ do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho nº. 049/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 419.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 419/2011

Concede férias ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 420.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 420/2011

Concede férias a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 421.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 421/2011

Concede férias a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 422.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 422/2011

Concede férias a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 423.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 423/2011

Concede Férias a servidora ISOLENE BERNADETE HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ISOLENE BERNADETE HOFFMANN, ocupante do cargo de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 424.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 424/2011

Concede férias a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 425.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 425/2011

Concede férias à servidora MARIA DAS GRAÇAS GESSER JUNCES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DAS GRAÇAS GESSER JUNCES, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 426.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 426/2011

Concede férias a servidora MARILENE PETRY KOERICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARILENE PETRY KOERICH, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a

partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 427.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 427/2011

Concede férias a servidora MÁRCIA JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MÁRCIA JUNCKES, ocupante do cargo de Telefonista, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 428.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 428/2011

Concede férias a servidora ROSEMERI CLASEN HAMES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEMERI CLASEN HAMES, ocupante do cargo de Fiscal, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 429.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 429/2011

Concede férias a servidora NARA SILVERIO COELHO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 430.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 430/2011

Concede férias a servidora REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES, ocupante do cargo de Assistente Social, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 431.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 431/2011

Concede férias a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 432.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 432/2011

Concede férias ao servidor VALDENIR ANTÔNIO SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor VALDENIR ANTÔNIO SCHMITZ, ocupante do cargo de Motorista, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 433.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 433/2011

Concede férias a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCQUES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCQUES, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 434.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 434/2011

Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 435.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 435/2011

Concede férias a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 436.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 436/2011

Concede férias a servidora JOCELIA LOHN HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCELIA LOHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 437.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 437/2011

Concede férias a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do Cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 438.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 438/2011

Concede férias a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCES, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Finanças e Planejamento, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 439.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 439/2011

Concede férias ao servidor CARLINHO SCHMITT.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Secretário de Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 440.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 440/2011

Concede férias a servidora NAZARÉ DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NAZARÉ DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 441.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 441/2011

Concede férias ao servidor ORLANDO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ORLANDO HOFFMANN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 442.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 442/2011

Concede férias a servidora CERLI ANTONIA DA COSTA ROCHA THIESEN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CERLI ANTONIA DA COSTA ROCHA THIESEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 443.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 443/2011

Concede férias a servidora LORENICE REITZ KUHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LORENICE REITZ KUHN, ocupante do cargo de Diretora de Escola, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 444.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 444/2011

Concede férias ao servidor AUDI SCHVAMBACH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor AUDI SCHVAMBACH, ocupante do cargo de Administrador de Cemitério, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 445.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 445/2011

Concede férias a servidora ZILMA KAMERS DOS SANTOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ZILMA KAMERS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 446.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 446/2011

Concede férias a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, férias por 30

dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 447.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 447/2011

Concede férias ao servidor PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS, ocupante do cargo de Odontólogo - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2012 a 31/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 448.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 448/2011

Concede férias a servidora ROSEANE ROSÉLIA VERLICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEANE ROSÉLIA VERLICH, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 09/01/2012 a 07/02/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 449.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 449/2011
Concede férias ao servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH, ocupante do cargo de Enfermeiro - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 10/01/2012 a 08/02/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 450.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 450/2011
Concede férias ao servidor ARLINDO EGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 09/01/2012 a 07/02/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 451.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 451/2011
Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 09/01/2012 a 07/02/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Timbó

PREFEITURA**Aviso de Homologação Concorrência 127-2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 127/2011

O Prefeito Municipal em Exercício, Darcízio Bona, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Concorrência nº. 127/2011, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO BINÁRIO DE ACESSO A CIDADE, LIGANDO A RUA SETE DE SETEMBRO COM A RUA BLUMENAU POR INTERMÉDIO DE PONTE, CONFORME PROJETO, PLANILHAS, MEMORIAL DESCRITIVO, QUANTITATIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO, PLANTAS E DEMAIS ANEXOS.

Empresa vencedora: ENGEPLAN Terraplanagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.

Valor da proposta vencedora: R\$ 5.271.548,14 (cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e catorze reais).

Timbó, 02 de janeiro de 2012.
Darcízio Bona
Prefeito Municipal

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO ao Edital 34_2011

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000034/2011

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº. 34-2011, do tipo menor preço, que trata da AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS ELETRÔNICOS, INFORMÁTICA E OUTROS DESTINADOS A NOVA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA recebeu recursos da empresa DENTAL ALTA MOGIANA LTDA contra a Empresa MEDICAL VENDAS LTDA referente aos itens 21 - (COMPRESSOR) e 23 (MOCHO) declarando que a empresa não atende o edital.

Fica intimada a empresa a apresentar contra-recurso a contar da publicação deste extrato. A integral do recurso está disponível na Divisão de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, 700 Centro, Timbó/SC. Data: 29/12/2011.

DARCIZIO BONA

Prefeito De Timbó Em Exercício

Tunápolis**PREFEITURA****Processo de Licitação nº 134/2011 Rádios**

Processo de Licitação nº 134/2011

Edital de Pregão Presencial nº 96/2011.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a Contratação de Serviços de radiodifusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, com duração de 15 minutos aos sábados das 11h15min às 11h30min.

Entrega das propostas até às 14h dia 13/01/2012.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 29 de dezembro de 2011.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Processo de Licitação nº 135/2011 Tubos de concreto

Processo de Licitação nº 135/2011

Edital de Pregão Presencial nº 97/2011.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município.

Entrega das propostas até às 9h dia 13/01/2012.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 30 de dezembro de 2011.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 136/2011 Técnico em informática

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 136/2011

Convite para Compras e Serviços nº 12/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para Compras e Serviços que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços Técnicos em Informática a serem prestados pelo contratado em todas as secretarias desta municipalidade, durante o exercício de 2012 compreendendo os seguintes itens, a saber:

" Manutenção completa de computadores na parte software (programas);

" Atualizações e Backup;

" Assistência e manutenção das Redes de Internet, site;

" Assistência e manutenção das impressoras;

" Ampliação da rede; Manutenção e Reparar.

Entrega das propostas até às 9h30min dia 11 de janeiro de 2012.

Informações, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 30 de Dezembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 9.907/11**

DECRETO N.º 9.907/11, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 12550/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Olivino de Lima;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 300,00 m2 (trezentos metros quadrados), de propriedade de Olivino de Lima, constante da matrícula 20.770, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 2.138,10 m2 (dois mil cento e trinta e oito metros e dez decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 12550/2011.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 9.908/11

DECRETO N.º 9.908/11, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 16322/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Luizabete Scussiato;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (dois) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 2.323,54 m² (dois mil trezentos e vinte e três metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 1.043,28 m² (mil e quarenta e três metros e vinte e oito decímetros quadrados), de propriedade de Luizabete Scussiato, constante da matrícula 26.106, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 6.633,18 m² (seis mil seiscentos e trinta e três metros e dezoito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 16322/2011.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 336,68 m² (trezentos e trinta e seis metros e sessenta e oito decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 26.106 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 16322/11.

Art. 3º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar o presente compromisso de doação da área pública com 336,68 m² (trezentos e trinta e seis metros e sessenta e oito decímetros quadrados), na matrícula 26.106 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira da área remanescente do presente desmembramento.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena

de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 9.909/11

DECRETO N.º 9.909/11, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 16713/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por José Machienavie;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 2.422,12 m² (dois mil quatrocentos e vinte dois metros e doze decímetros quadrados), de propriedade de José Machienavie, constante da matrícula 12.855, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 24.699,11 m² (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove metros e onze decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 16713/2011.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 9.910/11

DECRETO N.º 9.910/11, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera o valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano na cidade de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e no artigo 4º, da Lei Municipal nº 631/99 e, ainda, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16727/2011,

DECRETA

Art. 1º O valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano da cidade de Videira, fica reajustado de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) para R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos), a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º O preço da passagem fixada no artigo anterior terá a redução de 50% (cinquenta por cento) para estudantes e servidores municipais.

Art. 3º Ficam ressalvados os casos de gratuidade do Transporte Coletivo Urbano, estabelecido pela Lei Municipal nº 156/96, para os professores municipais e estaduais e atendentes de creche.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0944/11

PORTARIA nº 0944/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16565/2011,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SALETE MARIA GELAIN FABIAN, Professora, de 18 de abril de 2012 até 18 de julho de 2012, referente ao quinquênio de 03 de março de 2003 até 02 de março de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de abril de 2012.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0945/11

PORTARIA nº 0945/11

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora TAÍS BORSATTI, Professora de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, a partir do dia 28 de dezembro de 2011 até 25 de abril de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0946/11

PORTARIA nº 0946/11

Torna sem efeito a Portaria nº 0124/11, que designou servidor para exercer Função Gratificada

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, a Portaria nº 0124/11, que designou a servidora GRAZIELA GOETTEMES, para exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar II, símbolo FG-4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0905/11.

Videira, 29 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Pregão Presencial Nº 01/2012-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CALÇADOS DE SEGURANÇA E EPIS PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 16 de Janeiro

de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Anexo IV GASTOS COM SAÚDE**DECRETO 8.766/07****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE NOVEMBRO DE 2011**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	3.042.820,43
1.2 - ITBI	1.165.557,24
1.3 - ISS	5.213.747,67
1.4 - IRRF	1.082.472,62
1.5 - FPM	14.355.346,30
1.6 - ITR	13.931,24
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	179.855,17
1.8 - ICMS	31.845.838,27
1.9 - IPVA	4.669.198,45
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	624.654,55
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	346.892,60
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	298.418,97
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	62.838.733,51

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	9.425.810,03
2.2 - RECURSOS PAB	776.005,50
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	23.597,52
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	243.381,36
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.432.780,57
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.102.214,48
TOTAL	15.003.789,46

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	9.425.810,03	9.445.616,60	19.806,57
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3+2.4+2.5+2.6)	5.577.979,43	2.681.445,20	-2.896.534,23
TOTAL	15.003.789,46	12.127.061,80	-2.876.727,66

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 13 de Dezembro de 2.011.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Sandro Antonio Caregnato
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Complementar n.º 069/2011

LEI COMPLEMENTAR N. 069/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 049 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera o caput do artigo 24 da Lei 049/2009, suprime os incisos e inclui parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, são destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento e integram os quadros de pessoal da administração pública municipal consoante especificações do Anexo I.

Parágrafo único. Quando os cargos comissionados criados no Anexo I forem ocupados por servidores efetivos do quadro de pessoal do município, estes poderão optar entre o vencimento do cargo comissionado ou o vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do respectivo cargo comissionado ocupado."

Art. 2º Fica revogado o inciso II do artigo 26 da Lei 049/2009.

Art. 3º Altera o caput e parágrafos do artigo 46 da Lei 049/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 - As funções de confiança a serem exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Ficam criadas 10 (dez) funções de confiança no quadro de pessoal do Município, a serem exercidas junto às Secretarias Municipais, limitadas a 3 (três) designações por Secretaria.

§ 2º O servidor efetivo designado para o exercício de função de confiança terá acrescida ao seu vencimento gratificação correspondente a 15% (quinze por cento) do vencimento do cargo em comissão de Diretor estabelecido no Anexo I desta Lei".

Art. 4º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 29 de dezembro de 2011
IVANOR BOING
Prefeito Municipal de Vitor Meireles

ANEXO I

ARTIGO 24

CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO: CC

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
1	Chefe de Gabinete	40	DSU-1	XI-01
1	Diretor de Educação	40	DIN-1	VIII-1
1	Diretor de Saúde	40	DIN-1	
1	Diretor de Obras e Serviços Públicos	40	DIN-1	

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 004 - Rateio - Schroeder

Extrato de Contrato nº 004/2012

Contrato de Rateio - Schroeder

CONTRATANTE: Município de Schroeder

CNPJ: 83.102.491/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 208/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Schroeder e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 44/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 001 - Rateio - Arroio Trinta

Extrato de Contrato nº 001/2012

Contrato de Rateio - Arroio Trinta

CONTRATANTE: Município de Arroio Trinta

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 075/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Arroio Trinta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 004/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art.

8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 002 - PGC - São Pedro de Alcântara

Extrato de Contrato nº 002/2012

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATO Nº: 02/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet;

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 003 - Rateio - Iomerê

Extrato de Contrato nº 003/2012

Contrato de Rateio - Iomerê

CONTRATANTE: Município de Iomerê

CNPJ: 01.612.744/0001-20

CONTRATO MUNICIPAL Nº: CT110079

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Iomerê e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 37/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 005 - Rateio - Forquilha

Extrato de Contrato nº 005/2012

Contrato de Rateio - Forquilha

CONTRATANTE: Município de Forquilha

CNPJ: 81.531.162/0001-58

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 95/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Forquilha e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 27/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 006 - Rateio PGT - Navegantes

Extrato de Contrato nº 006/2012

Programa de Gestão Tributária - Navegantes

CONTRATANTE: Município de Navegantes

CNPJ: 83.102.855/0001-50

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 007 - Rateio - Lindóia do Sul

Extrato de Contrato nº 007/2012

Contrato de Rateio - Lindóia do Sul

CONTRATANTE: Município de Lindóia do Sul

CNPJ: 78.510.112/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 189/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Lindóia do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 42/2011.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 008 - Rateio PGT - Schroeder

Extrato de Contrato nº 008/2012

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Schroeder

CONTRATANTE: Município de Schroeder

CNPJ: 83.102.491/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 222/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI);

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

CISAMA

Ata CISAMA do DIA 29 de Dezembro de 2011 - (Retificação)

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Retificação) Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e onze, com início às oito horas e trinta minutos na Sede da AMURES, reuniram-se os Prefeitos abaixo relacionados para tratar da seguinte pauta: 1) Análise do pedido de retirada do CISAMA dos municípios de Capão Alto, Bom Jardim da Serra, Palmeira e Painel; 2) Deliberação sobre encaminhamentos empenho emenda de bancada. Dando início aos trabalhos o Diretor Executivo do CISAMA, Senhor Gilsoni Albino saudou a todos e convidou o Senhor Denilson Luiz Padilha para compor a mesa fazer a abertura da

Assembléia do Consórcio, que agradeceu a presença de todos os Prefeitos e outras autoridades que se fizeram presentes. Apresentou a pauta da reunião, conforme edital de convocação enviado no dia 22 de dezembro de 2012. Dando início aos trabalhos o Presidente colocou a ata da assembléia anterior de quatorze de dezembro em discussão, perguntou se todos estavam de acordo com a dispensa de leitura da ata devido ao fato da mesma ter sido entregue com antecedência aos prefeitos e colocando em votação a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando início ao primeiro ponto de pauta, analisados os pedidos de retiradas do CISAMA, os mesmos foram aceitos por unanimidade, ficando definido que os municípios de Capão Alto e Palmeira deixam de figurar como consorciados. Quanto ao segundo ponto, definiu-se que o trâmite referente as emendas de bancada segue regularmente e que os Municípios que compõem a diretoria do CISAMA não possuem pendências ou pedidos de exclusão. Esta ATA foi redigida por mim Gilsoni Lunardi Albino, diretor executivo do CISAMA e segue para publicação no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) conforme previsão legal deste consórcio.XXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX